

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

OUTUBRO DE 1980

VELHAS E NOVAS HISTÓRIAS DE JOSUÉ GUIMARÃES

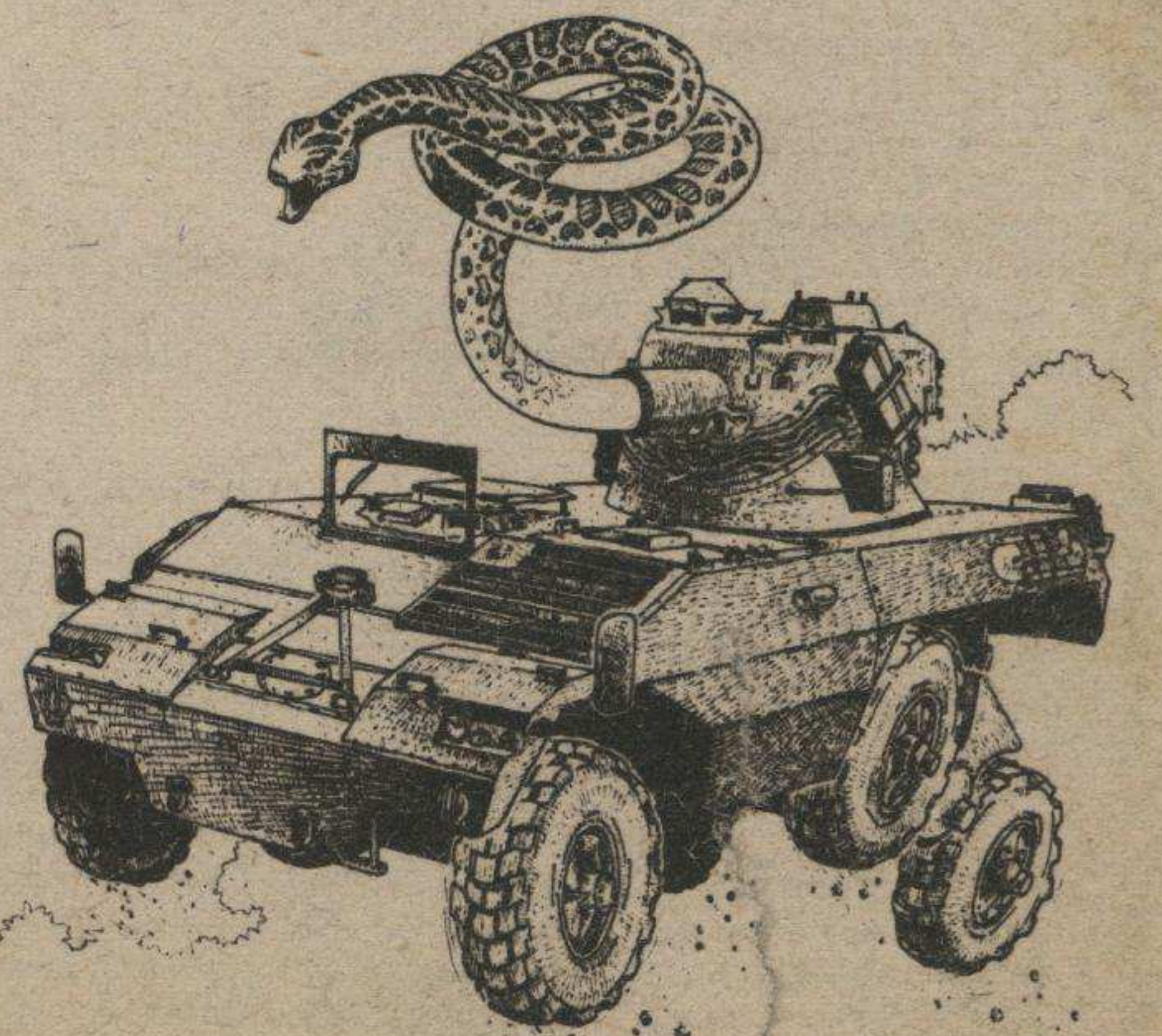
"A ABERTURA NÃO PRECISA DOS LOUQUINHOS"

Jarbas Passarinho diz que a direita exerce a ideologia do medo e que a esquerda precisa entender que não vai derrubar o governo



Alencar Monteiro

FICÇÃO: O BOTE DA SUCURI



O dia em que Khomeini bloqueia Ormuz e o Brasil marcha sobre o petróleo da Venezuela



Daniel de Anchieta

Está se aposentando o Pastor das idéias conservadoras, o homem que há 34 anos exerce controle absoluto sobre a Igreja gaúcha

VICENTE SCHERER, O CARDEAL DO PODER

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor

Osmar Trindade
Secretário
Manoel Canabarro

Redação

Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Antônio Vieira da Cunha, Eduardo Bueno, Luiz Afonso Franz, Waldir da Silva, Tomás Pereira, Eloisa Henck, Edgar Vasques, Luiz Carlos Ferré, Eugênio Neves, Ariosto Teixeira (Brasília), Geraldo Hasse (São Paulo), Marcelo Pontes (Rio), Paulo Marconi (Salvador), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Mário Alberto Nascimento (arquivo e pesquisa), Graziela Cuchiarelli (laboratório), Mirtz Marques (secretaria executiva).

Gerência Administrativa

Jorge Crippa

Gerência Técnica

Francisco Alba

Comercial

Leon Denisar Fischer (gerente), Hermínio Pereira, Eliete de Santana, Ilse Reichert, Arlete Andreadza

Circulação e Assinaturas

Egídio Dalmina

Industrial

João Luis Lupak, Júlio Cesar Romano Martins (composição), Paulo Walter Opplinger, Rosa Maria Pontual Falcão, Rosalinda Flores Khal (revisão), Atil Vinetton Medeiros, Odone Vintainer (fotolito), Luis Gustavo Machado, Ari Roberto da Silva (montagem), Paulo Sá (coordenador).

À venda somente a partir da edição nº 13.

Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372

CEP 90000 — Porto Alegre — RS

Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605

Distribuição exclusiva em todo o território nacional:

FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — PEX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA ASSOCIADOS:

José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretaria), Affonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademair Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armindo Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Anitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Koleca, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanazio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Matias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintonowicz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneid, José Erasmo Nascetes, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lillian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Arteche, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloi, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Baires, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otília Goulart, Paulo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarsó Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Manera, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Toniello, Severino Coes, Sílmar Muller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Veraine Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaum, Waldoar Teixeira, Walter Eirimo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Um quarto pequeno, com decoração simples e paredes brancas, no bucólico e silencioso retiro da Vila Betânia, a 15 quilômetros do centro de Porto Alegre, já está sendo preparado para servir de moradia definitiva ao cardeal Vicente Scherer. Cansado, ele vai aos poucos desvincilhando-se de seus compromissos, enquanto aguarda uma resposta do Vaticano para seu pedido formal de renúncia, apresentado há dois anos, quando completou 75 anos, idade limite para permanência na chefia de uma arquidiocese. Os boatos sobre a sua saída de cena, desde então, proliferam não só na Igreja gaúcha, que ele controla há 34 anos, como também no episcopado nacional. É natural: dom Vicente é homem de confiança de Roma e tem sido o principal opositor das mudanças verificadas no clero brasileiro, nos últimos 10 anos.

...

Dom Vicente ainda não recebeu sua aposentadoria da Santa Sé porque não tem sido fácil encontrar um nome para substituí-lo. É preciso encontrar alguém que esteja identificado com a nova realidade da Igreja brasileira e que, ao mesmo tempo, seja do agrado do Cardeal. Afinal, é sabido, dom Vicente não permitirá que um progressista assumo o posto que, durante tantos anos, esteve sob sua responsabilidade.

...

A força de dom Vicente Scherer é indiscutível. Em meados da década de 60, ele tomou para si a tarefa de fechar a Ação Católica, o mais importante segmento da Igreja brasileira entre os jovens, que optara decididamente pela militância política. E, sem alarde, foi desmontando a entidade pedaço por pedaço, até não sobrar mais nada. Dez anos depois, nova demonstração de força, ao conseguir que nenhum parlamentar gaúcho, da Arena ou do MDB, votasse a favor da emenda do divórcio. Na época, dom Vicente ameaçou distribuir entre os eleitores católicos do Rio Grande do Sul a lista dos deputados e senadores que votassem a favor do divórcio. Outro exemplo do peso de dom Vicente: suas opiniões, expressadas através do programa radiofônico A Voz do Pastor, em defesa dos princípios mais ortodoxos do Cristianismo e condenando as influências políticas do marxismo dentro e fora da Igreja, alcançam sempre repercussão nos jornais de todo o país.

...

Durante mais de dois meses, o repórter Rafael Guimarães, que recebeu a incumbência de fazer uma reportagem-perfil sobre dom Vicente Scherer enfrentou inúmeras dificuldades para realizar a missão. A maior delas, segundo seu relato, foi o receio que as pessoas procuradas demonstravam ao falar sobre o Cardeal. Muitas acabaram falando, mas sempre pedindo sigilo para seus nomes. Um padre de uma paróquia porto-alegrense resumiu este receio: "Não é conveniente indispor-se com o Cardeal". Além disso, muitas lendas circulam em torno da figura de dom Vicente e cada informação teve de ser conferida em pelo menos três fontes diferentes. Há quem jure, por exemplo, que viu dom Vicente abraçado ao governador Leonel Brizola, em 1961, disposto a dar a vida pela legalidade. Ou que, no dia 31 de março de 1964, ele ajoelhou-se numa rua central de Porto Alegre para dar graças aos céus pela queda do governo de João Goulart. E nada disso é verdade. Veja da página 15 a 19.

...

A partir da nossa próxima edição, comemorativa dos cinco anos de existência do Coojornal, uma informação que espelha a realidade do país: nosso exemplar passará a custar Cr\$ 50,00 e a assinatura anual (12 edições), Cr\$ 550,00. Até lá você tem chance de assinar ou renovar sua assinatura do Coojornal pelo preço atual de Cr\$ 440,00.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 34.500 exemplares.

ALLÁ, MEU BOM ALLÁ,
MANDE ARMA PRA' IÔIÔ...



A ambição pelo poder também mata e causa o terror

"Só mesmo aqueles que têm posto no Senhor Deus a sua confiança encontram forças para enfrentar um momento doloroso como este que aconteceu com dona Lyda Monteiro da Silva, arrancada de repente do convívio dos que a amavam pelas mãos insensíveis de pessoas muito carentes da misericórdia divina.

O que fez com que dona Lyda fosse a maior vítima inocente dessa violência desenfreada, que começou depois da partida do João de Deus, sem dúvida foi o amor ao poder.

O amor ao poder foi uma das três tentações a que foi submetido Jesus Cristo no início do seu ministério na terra. O diabo lhe apareceu no deserto e, mostrando-lhe todos os reinos do planeta, prometeu: 'Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares'. O Mestre de Nazré o despediu, dizendo: 'Vai-te, Satanás. Ao Senhor teu Deus adorarás e só a Ele servirás'.

Tão arraigado está no ser humano o amor ao poder que Cristo deixou seu próprio exemplo, mostrando ser o poder um privilégio para servir e nunca um objetivo a ser perseguido para que se possa mandar. Bem sabia o Mestre, que tão bem conhecia a natureza humana, a que ponto pode levar a ambição pelo poder.

A morte de dona Lyda, enlutando toda a nação, deve servir para nossa reflexão em torno deste ponto em destaque do Evangelho de Jesus. Não conformados com o fato de que a abertura política do general Figueiredo é um imperativo histórico, cegos pelo amor ao poder, não estão enxergando estas tristes figuras do cenário nacional, que deixam de lado seus sentimentos nobres para entregar-se ao desespero terrorista, morra quem morrer.

Acostumados às mordomias e privilégios da era Médici, tempos que só por conhecimento histórico deverão ser lembrados, de tão tristes que foram, tais pessoas, vendo escapar-lhes a tranquilidade de tempos passados e, por certo, amedrontadas com as conseqüências de seus atos nada louváveis, atiram-se sobre inocentes, incendiando-lhes seus locais de trabalho, explodindo bombas anônimas e revelando sua irreflexão.

A estas figuras, peço que procurem entender que o amor ao poder não está com nada, não leva a lugar algum. E que abram seus corações para o Evangelho. E lembro que é preciso devolvermos à prateleira das verdades a afirmação de Osório Duque Estrada: No Brasil, 'nossos bosques têm mais vida' e 'nossa vida, no teu seio, mais amores'."

Pastor Roberto Vicente T. Lessa,
São Paulo, SP

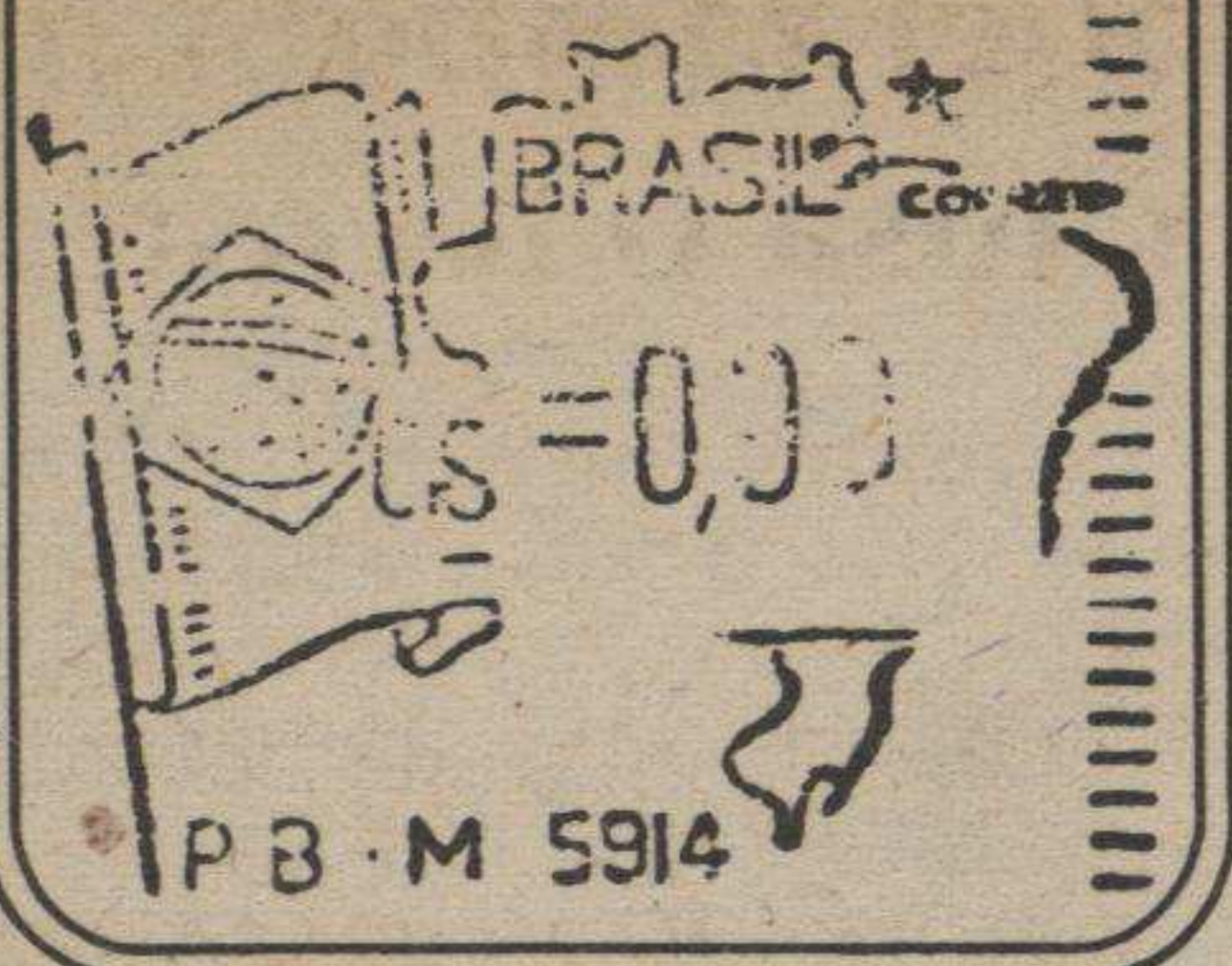
Privilégios na Lei do Boi (ou conto de vacas)

"Dentro em breve recomeça a luta por vagas na faculdade. Com ela faz aniversário o *boi legal*, haja visto ter sido o vestibular passado, para as faculdades de Agronomia e Veterinária, o centralizador da polêmica. Na realidade, esta *Lei do Boi*, ou conto de vacas, não é de hoje. Vem da época em que se faziam coisas à revelia da população, do período Vargas.

O problema é bem mais amplo do que simples malandragem jurídica. Num país já carente de bons profissionais, vão surgir agora os protegidos do sistema. A desculpa geral é de que vai, a Lei do Boi, fixar o homem na terra. É? E o que dizer dos pequenos produtores que são obrigados a largarem suas terras por ninharias em benefício destes filhinhos que graças ao bom fertilizante, como diz a propaganda da tevê, hoje têm alguma coisa — isto é, milhares de hectares?

A finalidade deste sistema é que se mantenham inalteradas as velhas estruturas que vigem nas zonas rurais. Assim, aquele que herda a terra herda também as dívidas, os fertilizantes, os elogios do pai ou iap...

César A. Cossi,
Porto Alegre, RS



Todo apoio aos que são ameaçados

"A Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em reunião realizada no dia 28 de agosto, aprovou, por unanimidade, voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, Câmara Municipal do Rio de Janeiro e jornal *Tribuna Operária*, que foram vítimas de atentados terroristas, que provocaram a morte de dona Lyda Monteiro da Silva, secretária da OAB, e ferimentos graves em José Ribamar, assessor da Câmara Municipal.

Durante a mesma reunião, por iniciativa do Departamento de Comunicação Social, a Congregação da Faculdade de Filosofia decidiu também colocar seu saguão à disposição de todas as publicações que atualmente estão impedidas de chegar ao público através das bancas de jornais. Enquanto persistirem as ameaças, o saguão da faculdade poderá ser utilizado para venda das publicações recusadas pelas bancas."

Prof. Délcio Vieira Salomon, diretor, Belo Horizonte, MG

De um desenhista muito cético e pouco humorado

"Não adianta nada a realização de salões de humor, feiras ou equivalentes, como o de Piracicaba que se realizará agora (*Coojornal* de agosto). O que resolve mesmo é emprego decente pro pessoal que desenha, que é ilustrador, cartunista, essas coisas.

Esses salões são um fiasco. Os desenhistas participam, em sua maioria, visando unicamente o prêmio em dinheiro, porque o desemprego come solto — aliás, como em qualquer outra área... Isto apesar de saberem que a comissão julgadora costuma favorecer amigos...

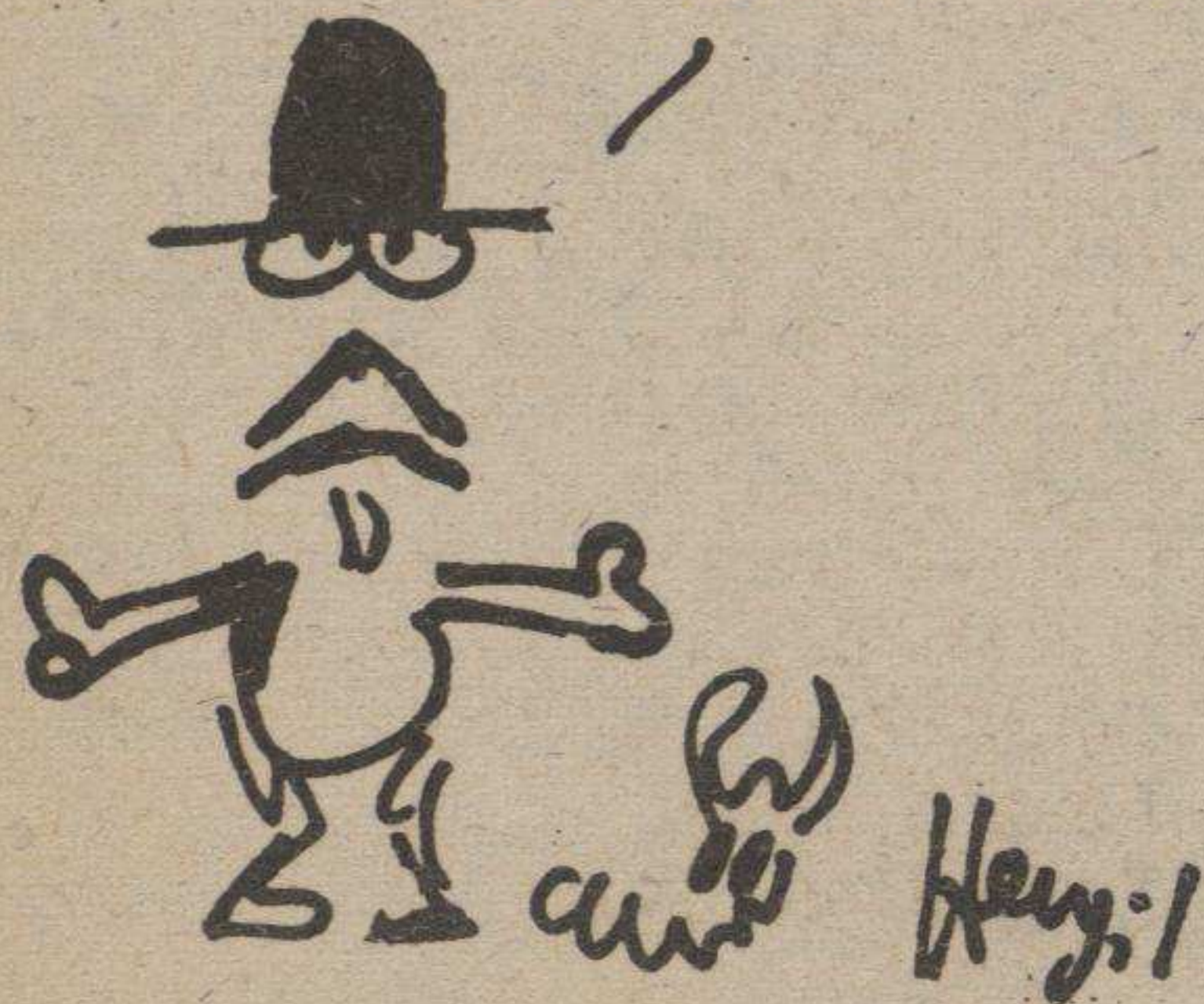
Não acho, como diz o Fausto, que o Salão de Piracicaba é uma abertura para os anônimos. Os anônimos são os anônimos, ora! As seções de arte dos jornais já têm donos e cartunista novo que se dane, porque o mercado não aceita concorrente.

E já que falamos em desenho, aproveito e falo do desenho animado. Dizem que no Brasil não tem desenhista animador: não tem uma conversa, tem sim. Mas o problema é que este é outro campo fechado, com cão de guarda no portão e tudo mais. A maioria dos desenhistas passa fome porque uma minoria tem medo de que surja alguém melhor e ela perca o seu pão com melão.

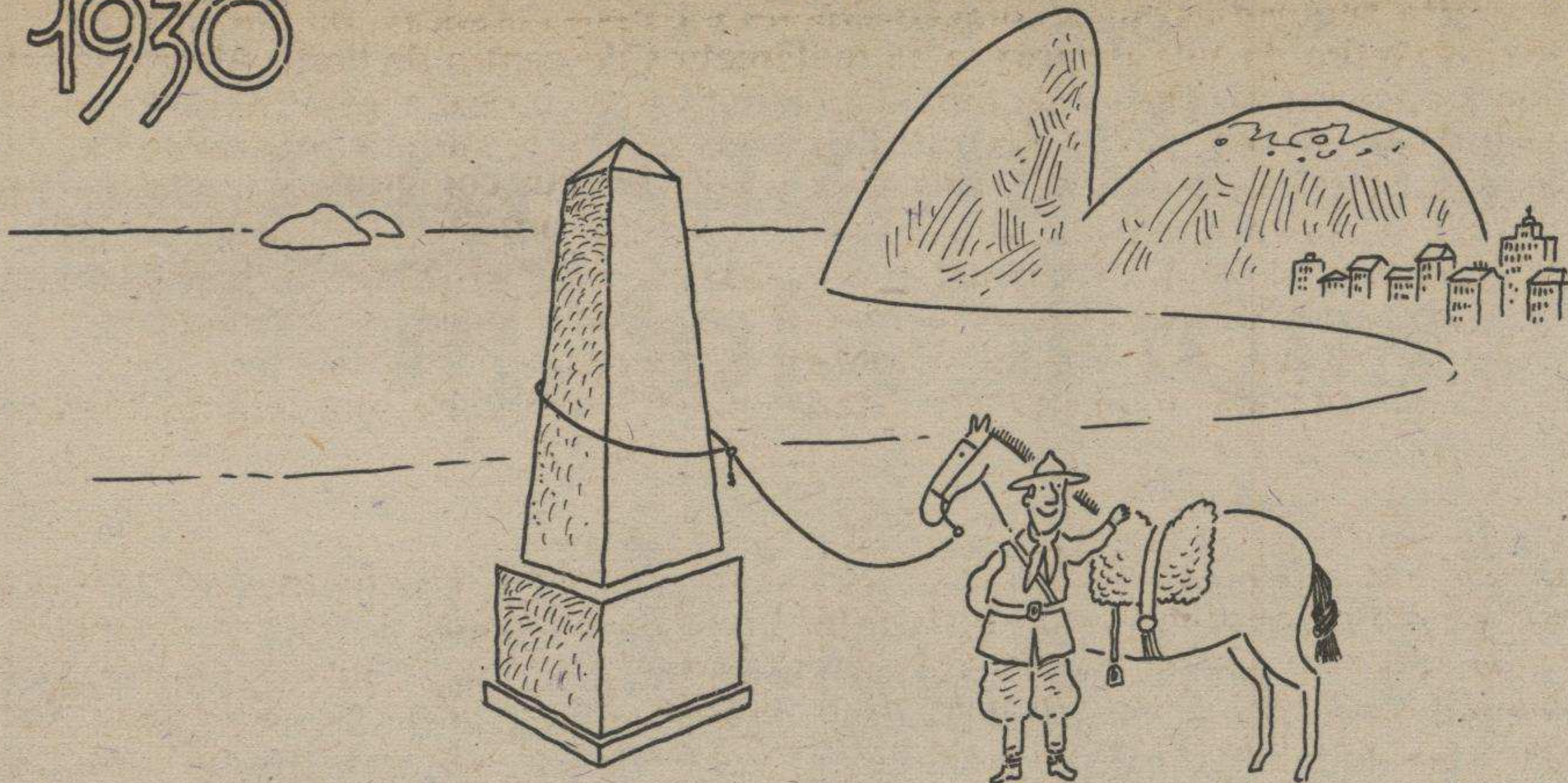
Zero, portanto, para estes, para o Salão de Piracicaba e qualquer outro que apareça. Queremos mesmo é trabalhar."

Mário Luís, São Paulo, SP

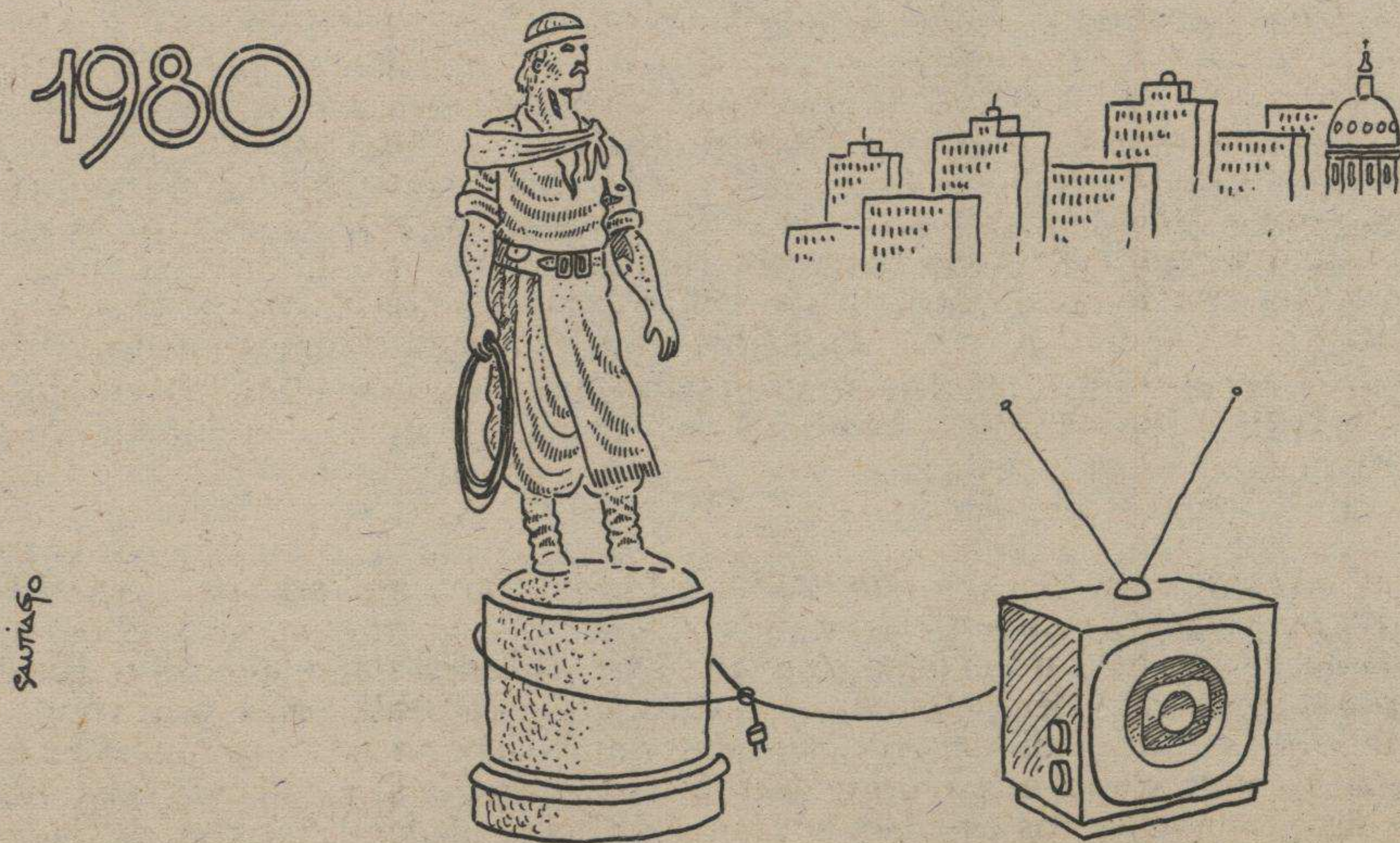
CADE MINHA ASSINATURA DO COOJORNAL?



1930



1980



Chiavenato, o que pegou no pé do Gilberto Freyre

"O sr. Júlio J. Chiavenato talvez fique para Gilberto Freyre como o sr. Raimundo de Magalhães Júnior está para Ruy Barbosa. O sr. Magalhães Júnior, biógrafo indulgente de gaitos como José do Patrocínio Filho e ralés como Artur de Azevedo, gozou de alguma notoriedade entre o grande público ao enfeixar em aranzel de 400 páginas boa parte das críticas que os contemporâneos lançaram contra o ilustre orador baiano.

Mais tarde, certamente o implacável ruiófobo será lembrado como 'aquele cara que escreveu 400 páginas metendo o pau no Ruy Barbosa'. Não é unir o útil ao agradável passar à posteridade às expensas de alguma figura superior de que nos ocupamos demolidoramente? O sr. Chiavenato pode ser, no futuro, aquele cara que pegou no pé do Gilberto Freyre.

Parte dos nossos descendentes de alemães costumam exhibir claramente seu horror aos negros sem que por isso nos

lembramos de os qualificar de 'discípulos do nazismo'. Freyre escreveu um soberbo elogio paternalista do negro, paternalismo que não me parece tão censurável para o tempo — 1933 — e o meio — o Brasil. E passa por nazista. Qual é?

Até a palavra 'discípulo' (do nazismo) não cabe. Freyre como que já nasceu sabendo, já nasceu mestre. Ergo, seria, quando muito, um adepto ou um simpatizante do nazismo, um fã de Adolf Hitler. Não há, entretanto, nenhuma prova disso. Anti-semitismo ou hostilidade ao judeu não é a mesma coisa que nazismo. Marx, que era judeu, não gostava de judeus. Voltaire, Shakespeare, Hugo, Gide, Jorge Luiz Borges, entre tantos outros, não morrem de amores pelos judeus, para dizer o menos.

Gilberto Freyre, doentamente, quase puerilmente vaidoso, cometeu erros tremendos, inclusive ao cultivar um possível anti-semitismo. Mas não é melhor pensar nele como um artista que os europeus compararam a Proust e Tolstói do que o desancar mesquinamente por um pormenor, um ponto de vista, uma particularidade?"

Ronaldo Cruz, Porto Alegre, RS

O brasileiro e a desconfiança em seu país

"A lei contra os estrangeiros que o nosso governo criou e quer fazer aprovar é um supremo paradoxo num país até excessivamente receptivo a tudo que vem de fora. Nós somos tão delicados e reverentes em face do estrangeiro, que muita vez evitamos esta palavra como se fosse injúria, substituindo-a por outras que consideramos eufemismos: exterior, internacional. Notícias vindas do exterior, música internacional...

Se existe povo desprovido de xenofobia, este é o povo brasileiro. Adotamos, prestigiamos, copiamos tudo que vem de fora de uma maneira única no mundo. Recriminamos nossa própria macaqueice e seguimos macaqueando o estrangeiro, deliciados. Essa fácil submissão ao estrangeiro tem origem certamente na nossa formação étnica. Somos, basicamente, o produto de portugueses, filhos da nação mais atrasada da Europa; negros, secularmente escravizados e, por conseguinte, tidos como inferiores; e índios, cujos derradeiros remanescentes ainda agora

carecem de tutela estatal. Daí nosso terrível complexo de inferioridade étnica.

Se ausência de xenofobia e adesão cega ao estrangeiro é cosmopolitismo, somos o povo mais cosmopolita do mundo. Até no futebol só a custo admitimos nossa manifesta superioridade. Isto quando não andamos enamorados do futebol húngaro, holandês, alemão ou argentino. Na música popular, onde temos uma poderosa tradição, artistas estrangeiros, repelidos em todos os outros sítios, aqui se radicam e aqui fazem sucesso.

Tirante a mulher, o futebol às vezes, a música de quando em quando, tendemos a nada ver de prestável no Brasil. Depreciamos o nosso cinema, tantas vezes premiado no estrangeiro, digo, no exterior. Deprimimos a nossa língua ('Que língua a nossa!'), repete infatigavelmente um humorista carioca, uma das mais belas e ricas. E não falta entre nós quem descubra no cabelo louro e nos olhos azuis qualidades nobres, dignas de inveja e admiração.

Uma palavra com Geraldo Vandré

"Li na última edição deste jornal uma reportagem sobre Geraldo Vandré, na qual vocês citam o bairro onde ele mora, em São Paulo. Seria possível conseguirem seu endereço completo para mim? Há muito tempo que estou tentando entrar em contato com Geraldo Vandré. Já escrevi para gravadoras, para jornais, mas infelizmente nada consegui.

Tudo o que desejo é conhecê-lo pessoalmente. Sou estudante e coleciono tudo que se refere ao Vandré, e o que mais me alegraria seria poder conversar com ele."

Celso Canaan da Silva, Belo Horizonte, MG

Nota da Redação: Infelizmente, também não podemos atender seu pedido. Tente com a gravadora que está reeditando seus discos.

Alerta para a luta ecológica

"Somos professores de Técnicas Agrícolas da Unidade Estadual de Ensino Oswaldo Vergara, da Vila Farrapos, e estamos lhes enviando a Coletânea Realidade Ecológica. É um trabalho que realizamos baseado especialmente em notícias veiculadas em nossa imprensa. Se de um lado estas notícias nos mostram a gravidade do problema, de outro, bem demonstram o comprometimento deste jornal e da imprensa gaúcha com a luta ecológica.

Nosso objetivo com este trabalho é o de, utilizando estas informações, associadas às nossas opiniões, alertar e fazer um chamamento à reflexão em torno desta problemática."

Miguel Viegas Cardoso e Valdir João Spanholi, professores, e Neusa Merça dos Santos, diretora, Porto Alegre, RS

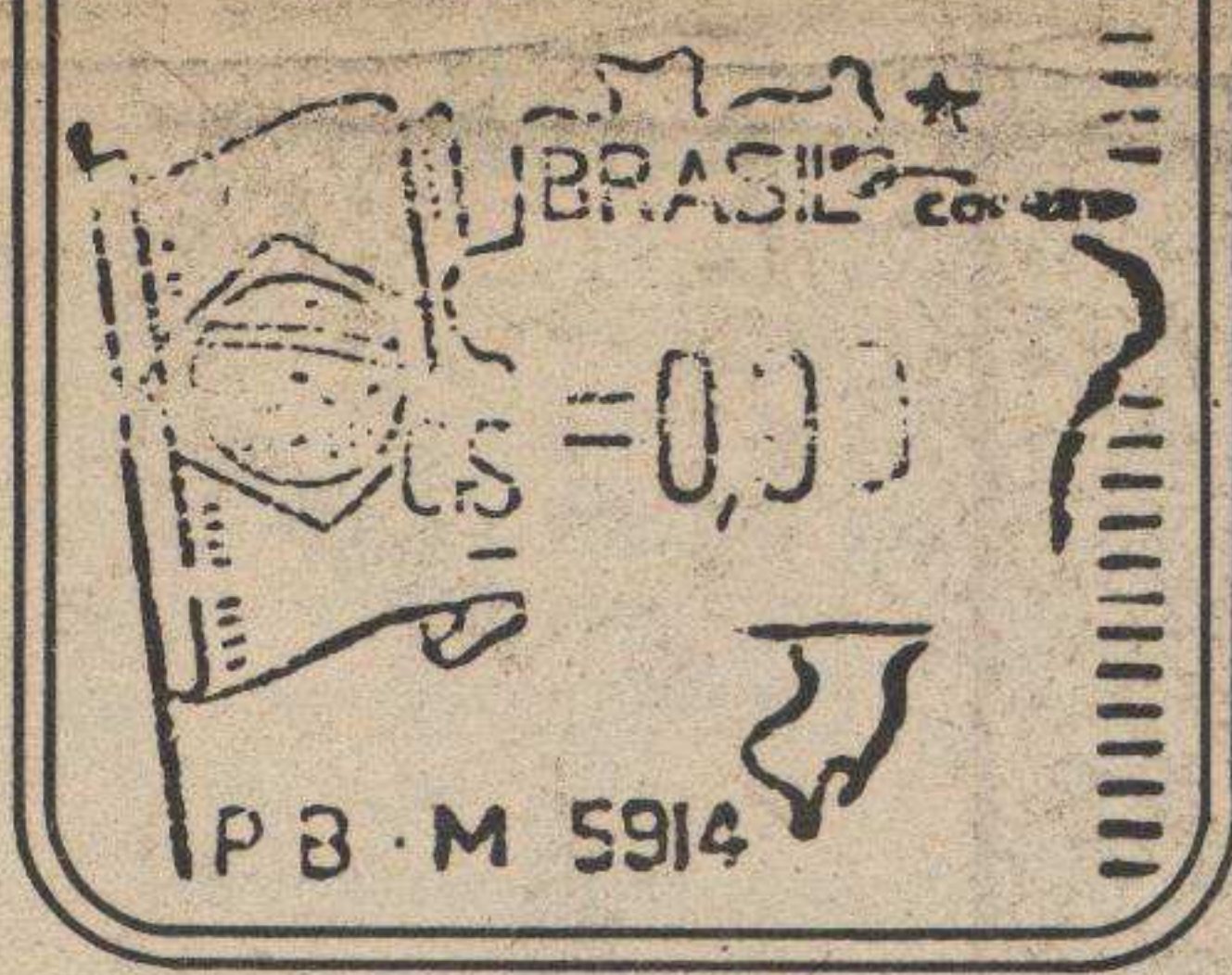
"Luiz Gonzaga, nem todos ganham o que pedem!"

"Depois de ler a edição de agosto do *Coojornal* venho, por meio desta, dar minha palavra de solidariedade e de confiança com respeito aos atentados feitos às bancas que revendem este jornal, e também dar força para que continuem a manter o mesmo nível em suas reportagens e nas suas críticas.

Sobre a entrevista com o Luiz Gonzaga, tenho que dizer que o achei muito egoísta, pois ele diz que o que pede para o governo ele ganha, mas basta fazermos uma pequena enquete entre os habitantes do Nordeste para constatarmos que ganham muito pouco do que pedem."

Eduardo A. Kunrat, Novo Hamburgo, RS.

R.C., Porto Alegre, RS



"Omissão da Funai mata inocentes!"

"A Comissão Pró-Índio — Rio de Janeiro, pede sua colaboração para esclarecer a origem dos recentes acontecimentos no Pará envolvendo os índios Kaiapós, da aldeia Gorotire, e os Txucarramãe, da aldeia Cretire, no norte do Xingu, e apontar os verdadeiros responsáveis pela ação dos índios.

A morte destas pessoas só vem corroborar o que já é notório: a Funai, enquanto órgão tutelar das tribos indígenas brasileiras, é omissa e comprometida com interesses que não os dos índios, que tem por dever atender. Sua resposta às reivindicações e aos conflitos é o envio da Polícia Federal para a área, numa total incapacidade de resolvê-los.

Diante de um quadro de terras invadidas e sistematicamente devastadas, líderes assassinados sem que os responsáveis sejam punidos, terras não demarcadas, necessidades básicas não atendidas, o que enfim configura ameaça à vida destas populações; os índios estão tomando seu destino em suas próprias mãos e procurando, a seu modo, defender o que assegura sua sobrevivência: a terra.

A demarcação das terras pertencentes aos índios é urgente e a Funai insiste em não cumprir com esta obrigação, abandonando os índios à ganância de empresas e fazendeiros. A reserva Gorotire ainda não foi demarcada porque existem grandes grupos econômicos desenvolvendo projetos na área, como o Bradesco e a Atlântica Boa-Vista e a empresa Andrade Gutierrez, que está desmatando em seus limites, além de ser uma área onde já foi constatada a existência de minérios (cassiterita) e ouro de aluvião.

Por este motivo morreram pessoas inocentes, fato este que todos lamentamos. No entanto, há que se apurar a real responsabilidade desta ação: a Funai é responsável! De acordo com o Estatuto do Índio, a ela cabe responder a inquéritos policiais e não aos índios, como vem ocorrendo com os Txucarramãe envolvidos no conflito com posseiros. E exigimos que responda a estes fatos com algo mais do que delongas da solução dos conflitos existentes não só no Pará, mas em todas as áreas indígenas no Brasil."

Comissão Pró-Índio,
Rio de Janeiro, RJ

Recomendações para leitura

"Em 1975 surgiu em Porto Alegre um jornal defensor dos direitos dos cidadãos, da democracia, dos Direitos Humanos, do direito do povo — este periódico é o **Coojornal**. Como jornalista e professor, desde que pela primeira vez tive a felicidade de conhecê-lo jamais deixei de lê-lo em todas as suas edições e recomendar sua leitura aos amigos, leitores e alunos.

O **Coojornal** deve ser lido e meditado por todos os cidadãos brasileiros e latino-americanos, pois nos apresenta fatos e notícias que todos devem conhecer. É um jornal útil porque o povo deve ler e instruir-se, estar a par dos acontecimentos, da situação difícil e calamitosa criada pela inflação galopante, pelo capitalismo selvagem, egoísta e pela má distribuição da renda que gera a fome, as doenças e a miséria.

É por isto que felicito este jornal e os colegas jornalistas do Rio Grande que editam este valioso periódico, líder e defensor do povo no difícil caminho da democracia."

Eletto Giovanella,
Rio do Sul, SC.

Um caso literário entre Walmir Ayala e Leopoldo Jobim

"O famoso processo Dumas-Maquet abalou a Paris do século XIX. Acusado de plágio por Auguste Maquet, Alexandre Dumas foi desafiado pelo juiz da causa a recompor, de cor, um trecho do *Conde de Monte Cristo*. Dumas, para regozijo da platéia, que lotava as galerias, não só recompôs, quase *ipsis litteris*, o capítulo pedido, como fez uma nova versão, que intitulou de "melhorada", e que representava sua nova interpretação do célebre romance. O pobre Maquet não chegou às dez linhas e teve de sair de Paris, esbafoado.

Para quem pensa que tais histórias, dignas do melhor folhetim, ocorriam apenas nos idos do século passado, informamos que, não raro, as fraudes literárias e as piratarias de texto se repetem em nossos dias.

Agora mesmo, aqui no Rio, está ocorrendo algo semelhante. Walmir Ayala, o extraordinário polígrafo, laureado com os maiores prêmios literários, poeta, teatrólogo, crítico de arte, é também um excelente tradutor. E, principalmente, do castelhano, como o provam suas transposições, para o português, de Neruda, Huidoboro, Alfonsina Storni, Cardenal, e tantos outros. Perito, sobretudo, na difícil arte da tradução poética, o que requer, quase sempre, a tarimba de um outro *verse maker*, familiarizado com os segredos da métrica, as ciladas da rima, os compassos ocultos do ritmo.

Certamente que por tais qualidades, foi Ayala procurado, em 1977, pelo Sr. Leopoldo Collor Jobim. Leopoldo, contando com o indispensável apoio financeiro de seu cunhado, o editor Ênio da Silveira, fundara, à época, uma empresa de livros de arte, a Philobiblion.

Mas a nova Philobiblion não vingou. Nasceu e morreu no mesmo ano e, de um projeto inicial de doze obras a serem editadas, parou nas duas primeiras: *Cartas de Abelardo a Heloisa* e *Noanoa*, de Paul Gauguin.

No entanto, Walmir Ayala executou o que a Philobiblion lhe encomendara. Com espírito profissional e rara competência, trouxe para o português uma nova tradução da *Bíblia* dos argentinos, o *El Gaucho Martín Fierro*. Dizemos nova, pois já saíra, anos atrás, em Porto Alegre, pela Bels, uma tradução sofrível, executada por Nogueira Leiria.

Feito o trabalho, Ayala levou-o à Civilização Brasileira, então sede da Philobiblion — Livros de Arte Ltda., onde recebeu, de seu diretor, em 29 de abril de 1977 — conforme cópia do recibo em seu

poder — a quantia de três mil e seiscentos cruzeiros.

Isso é ponto pacífico, inclusive porque vários bibliófilos possuem um convite, impresso pela Philobiblion, no lançamento das *Cartas de Abelardo a Heloisa*, onde a editora dava a lista dos novos lançamentos, entre os quais, o de *Martín Fierro*, na tradução de Walmir Ayala.

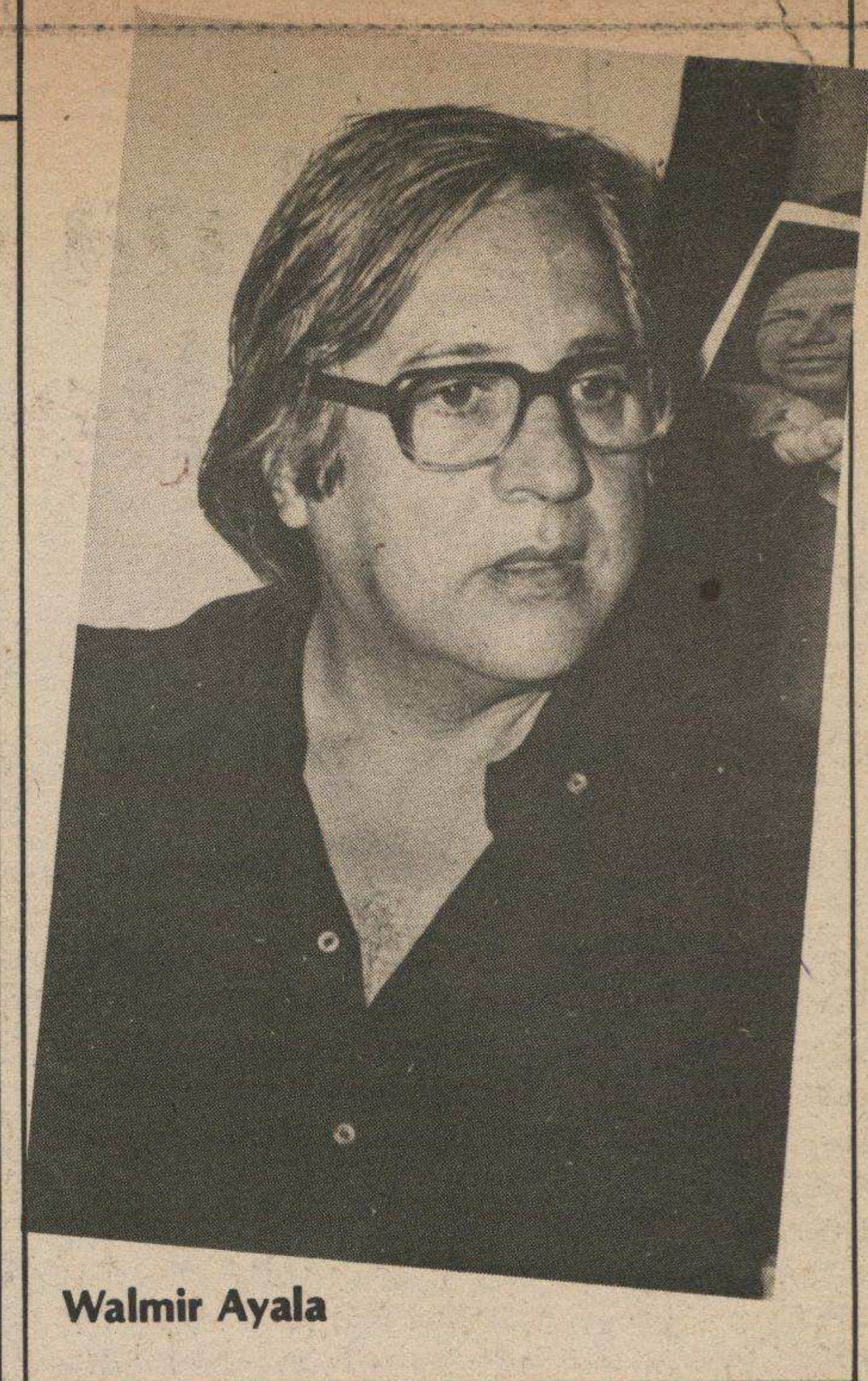
Outra prova interessante a favor de Ayala é a *avant-première* que o mesmo fez de seu trabalho, publicando, em 25 de junho daquele ano, dezenove das estrofes por ele traduzidas — já com algumas melhorias estilísticas — no Caderno de Sábado, prestigioso suplemento cultural editado pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Por tão documentadas razões, Ayala surpreendeu-se, dias atrás, ao ver que o Sr. Leopoldo Jobim — hoje radicado na capital gaúcha, como diretor do Instituto Estadual do Livro — publicara, como de sua lavra, a tradução encomendada pessoalmente para ser editada pela Philobiblion.

Em realidade, não é preciso sermos uma sumidade em Edótica, para verificarmos que essa tradução que Leopoldo nos apresenta como sua, editada, em 1980, pela Universidade de Caxias do Sul, é basicamente a que comprou de Walmir Ayala, em 77. Não só pelos originais, cujas cópias compulsamos nos arquivos de Walmir, como pelos dezenove trechos por este publicados em 1977.

E o que surpreende é o fato de Jobim ter, inclusive, para a sua tradução, encomendado um prefácio ao crítico Guilhermino Cesar, há longos anos radicado no Sul, o qual elaborou um duto proêmio, enfatizando a poesia nativista em geral e, especialmente, o trabalho de José Hernandez em seu *Martín Fierro*. Mas quanto à tradução em si, o crítico a menciona, apenas, de raspão, ao dizer: "Esta obra-prima da gauchesca pedia, há longa data, uma boa tradução brasileira. A que adiante nos oferece Leopoldo Collor Jobim é excelente; ainda nos pontos mais difíceis, assimilou a tonalidade íntima do original".

Seria o elogio de Mestre Guilhermino endereçado a um Carlos Nejar, tradutor emérito e também poeta, que nos deu, recentemente, pela Nova Fronteira, uma ótima transposição de Neruda? Não. Dirige-se a um professor de História, do qual não se conhecem anteriores traduções, nem poemas publicados, nem contos, nem ensaios. Isto é, a um ilustríssimo nada literário. Talvez o caso denote



Walmir Ayala

uma gênese repentina, ou uma abrupta irrupção de abscondita genialidade, o que é quase impossível numa profissão de pedra sobre pedra como a de escritor. E, sobremodo intrigante, é o fato de que, se o Sr. Jobim já tinha a sua tradução do *Martín Fierro*, por que não a publicou, indo encomendar uma outra a Walmir Ayala? Ou necessitava se respaldar num *ghost writer* para desenvolver o embrião da sua?

Mistério que deixa transparecer alguma luz, ao examinarmos as orelhas do livro ora editado no Sul. Raul Bopp, que as assina, diz: "Há dias, quando menos esperava, recebi um telefonema da Editora Philobiblion — Livros de Arte, pedindo que eu passasse os olhos numa tradução para o português de *Martín Fierro*. Tarefa de alto quilate, assinalar os versos com a necessária justeza". Ao que tudo indica, era a tradução de Ayala que a Philobiblion remetera para a apreciação do renomado poeta de *Cobra Norato*, mas já sem a indicação explícita do nome do tradutor. Ou, caso contrário, Raul Bopp não diria na continuação da orelha: "Nas *entrelinhas* dessa conversa telefônica vim a saber que a tradução havia sido feita por um dos sócios da editora, o escritor Leopoldo Collor Jobim".

Afinal, de quem é realmente a tradução? De Jobim ou de Ayala? Caberia invocar a prudência do magistrado francês e, como no *affaire Dumas-Maquet*, dar a ambos uma pequena tarefa: a de traduzirem publicamente a segunda parte do livro argentino, a nem sempre lembrada *Vuelta de Martín Fierro*, para ver quem tem tarimba para tanto, ou seja, observado o mesmo nível de perfeição da primeira. E não é preciso ser leitor de folhetim para saber quem será o herói dessa novela".

Sérgio Ribeiro da Rosa
Rio de Janeiro, RJ

Águas barrentas na ponte chamada Brasil

"Há crise de confiança no Brasil, os brasileiros não acreditam no futuro de seu país.

Esta catilinária tem sido repetida com muita insistência pelas autoridades brasileiras e parlamentares governistas, alguns chegando até a afirmar que não entendem por que isto acontece.

Ora, meus amigos, não se trata de nenhum revanchismo, mas o que acontece é que muita coisa andou errada neste nosso amado torrão nos últimos anos. A revolução de 1964 tinha vindo para acabar com a corrupção e a inflação, fundamentalmente. Muitos anos de archo depois, isto não aconteceu. Pelo contrário, o que se vê é a inflação chegando a mais de 100% ao ano e a corrupção comendo solta e desenfreada.

Anos e anos de salários achatados não conseguiram derrubar este monstro inflacionário porque a causa de sua existência não estava no salário. Inflação existe por uma série de fatores conjun-

gados, o que o ministro Delfim Netto só conseguiu esconder durante os duros anos da ditadura Médici, quando todos os fatos só tinham uma versão verdadeira, que era a do poder.

Privilégios ficaram intocados durante todo este tempo; a acumulação de capital foi ilícita e desonesta em muitos casos; a diferença entre os muito pobres e os muito ricos deste país aumentou consideravelmente. Tudo indicava que apenas o debate livre e franco no seio da sociedade ajudaria a alterar esta situação, mediante o livre trânsito de idéias e a democrática representação de interesses da população junto ao Parlamento e ao Governo.

Estes passos foram ensaiados no governo Geisel e acelerados até um certo limite no atual governo. Mas agora volta a existir a perplexidade e a desconfiança, porque os deputados e senadores e vereadores continuam atrelados a regras e normas geradas nos tempos do arbítrio. A abertura ensaiada começa a esbarrar no terrorismo.

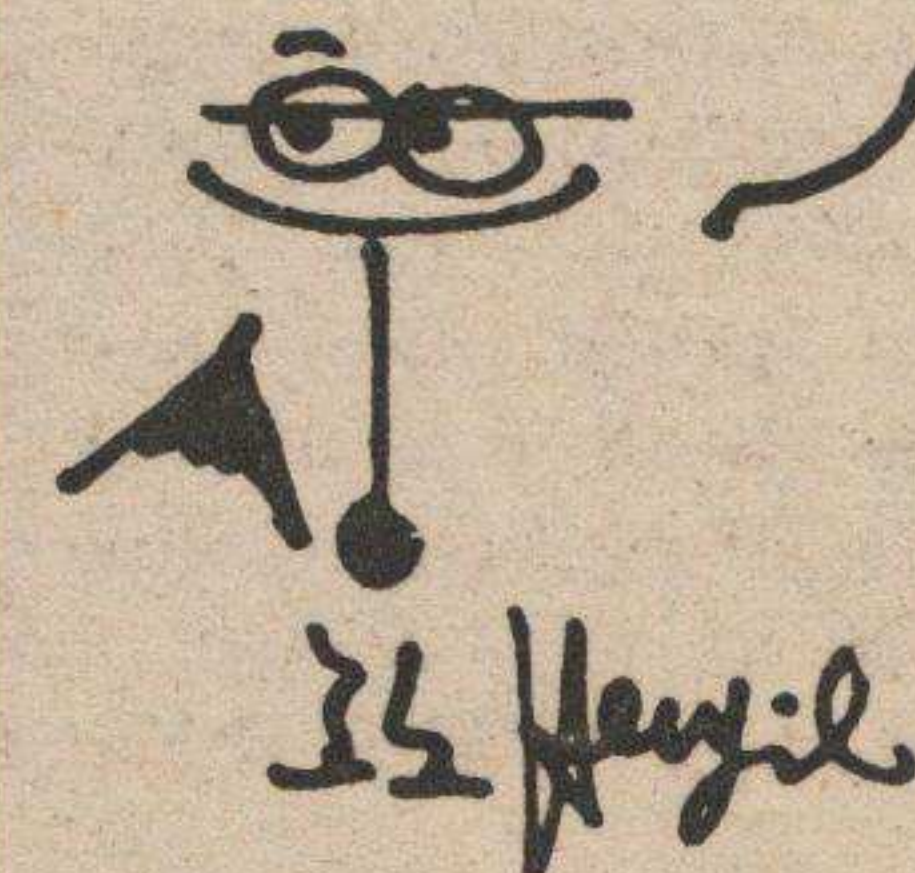
Como confiar nos governantes do país se atentados terroristas destroem e matam, no nariz do aparato policial, sem que nenhuma ação efetiva aconteça para identificação dos culpados? Como confiar, se o Governo revela "por baixo do

pano" que já sabe quem são os responsáveis por estes atentados, mas não tem a coragem de revelar publicamente seus nomes e anunciar as medidas para puni-los?

Sou dos que gostariam muito de confiar quase cegamente no futuro deste país. Sabemos muito bem que país é este, sim senhor. Mas para readquirirmos a confiança nele esperamos que muita água passe debaixo da ponte. E água limpa e cristalina, que lave as barrentas que hoje estão placidamente estagnadas sob esta imensa ponte que é o Brasil."

Álvaro Dias,
Brasília, DF

ASSINE O
COOJORNAL!



O Brasil na estrada, com os alternativos

E a ascensão de uma nova classe energética ao poder

Todos os cálculos foram efetuados, as projeções realizadas e os técnicos do Governo, ligados ao setor de transportes, não têm mais dúvidas: o racionamento de combustível virá como resultado de uma imperiosa circunstância ditada pelos humores do mercado internacional de petróleo, permanentemente assaltados pela instabilidade do mundo árabe. Os cenários montados para que o racionamento seja implantado variam em função das possibilidades de o Brasil continuar a adquirir seus preciosos barris de petróleo no exterior. E aí começa a dificuldade: nenhum dos importantes senhores responsáveis pela questão energética revelou as necessidades brasileiras de redução de compra de petróleo.

Vamos admitir que dentre os quatrocentos mil barris de petróleo que o Iraque deixou de fornecer, por causa da guerra, o Brasil consiga repor a metade, em função das dificuldades do mercado internacional ou de uma política deliberada de redução das despesas com a compra de óleo cru. Dizem os técnicos do Ministério dos Transportes que nestas circunstâncias o país teria que reduzir em 55% seu consumo de gasolina, para poder manter o mesmo nível de utilização do óleo diesel. As outras variáveis são mais ou menos dramáticas em função das oscilações previsíveis no Golfo Pérsico. Se o Estreito de Ormuz for fechado — o que é altamente improvável — o Brasil viveria uma situação de guerra.

Mas é curioso notar que a turbulência petrolífera não começou ontem nem vai acabar amanhã. Desde 1973, quando aconteceu a guerra de Yom Kippur, os analistas do mundo ocidental perceberam que o petróleo ganhara condição de moeda estratégica. Terminou naquela escaramuça árabe-israelense a época do petróleo abundante e barato e com ela principiou a ter fim o ocidente industrializado com base e fundamento na energia, cujo custo maior era seu transporte. Este fenômeno foi visível por volta de 1974 quando o Programa Nacional do Alcool foi lançado no país, pelo então ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, hoje membro ativo do PMDB.

Desde então, o Governo brasileiro adotou uma estranha estratégia de esconder-se na ilha de tranquilidade, apostando na recuperação econômica do ocidente, maneira escolhida para que o país reencontrasse suas possibilidades de transitar pelos caminhos milagreiros da economia. Os países centrais do ocidente reorganizaram suas economias impondo barreiras tarifárias e protecionistas, empurrando seu custo da conta petróleo para o comércio com o mundo subdesenvolvido.

A rara oportunidade histórica de vencer o que distancia o subdesenvolvimento do desenvolvido está quicando às portas do país como uma bola na marca do pênalti. Mas não só o plano do álcool rolou pelas gavetas da burocracia nos últimos anos — na verdade o projeto começou a ser implantado neste ano. O Governo desde 1977 — quando anunciou a *simoneta* nunca implantada — adotou 28 medidas racionalizantes, das quais apenas duas foram efetivas: o fechamento dos postos nos finais de semana e o aumento sistemático do preço do combustível.

Pode-se alegar incompetência administrativa e burocrática, mas há um mistério recoberto esta inércia da ação oficial. Por que o Governo demorou-se tanto na definição de seus objetivos energéticos e ainda não conseguiu definir comercialmente o substituto do óleo diesel? Incompetência à parte, há questões relevantes. Por exemplo: a linha de motores de caminhões fabricados pelas empresas norte-americanas no Brasil é basicamente à gasolina e, portanto pode

funcionar com álcool, o diesel, não. Tenta-se a experiência do álcool aditivado, patrocinada pela Mercedes-Benz, e a longo prazo a substituição daquele produto por óleos vegetais. Na realidade, a curto prazo não há substituto para o óleo diesel — combustível dos motores da linha europeia instalados no Brasil.

A disputa dos *lobbies* da indústria automobilística seria uma explicação razoável. Mas, certamente, não é a única. É razoável perceber que a modificação do perfil energético do país provocaria uma série de mudanças políticas relevantes. A produção de álcool — fora do controle da Petrobrás, que será apenas uma distribuidora — e de outros combustíveis alternativos vai modificar o esquema de forças políticas do país e provocaria maior distribuição de renda no interior do país. Este seria um processo político incontrolável, porque ninguém pode se arcar a prever suas consequências políticas.

A ascensão de uma nova classe energética, por assim dizer, determinará realinhamentos internos na sociedade brasileira, além de que na gangorra política quando sobem uns descem outros. E ao que parece os que vão descer, aqueles que vivem do petróleo, não terão mais chances de ascender. O fim da era do petróleo determinará também o fim dos petrocratas. A crise, portanto, já não é exclusivamente energética. É um problema de mercado de trabalho para quem opera no setor.

O Governo Federal, é bom que se saiba, tem planos de racionamento de emergência prontos desde o início deste Governo. Estes planos vêm sendo atualizados mês a mês. Mas a decisão política de racionar e jogar o país no caminho do combustível alternativo, seja óleo de mamona, carvão vegetal ou mineral, significa também o rompimento com as amarras do pensamento econômico dependente. A decisão política ainda não foi tomada. Se o Governo se inclinar neste caminho autonomista e nacional terá vencido uma importante

disputa interna. De qualquer forma, isto não acontecerá antes do final de novembro quando termina o plantio da safra 80/81 — e para ela o Governo não admite qualquer tipo de restrição.

ANDRÉ GUSTAVO STUMPF

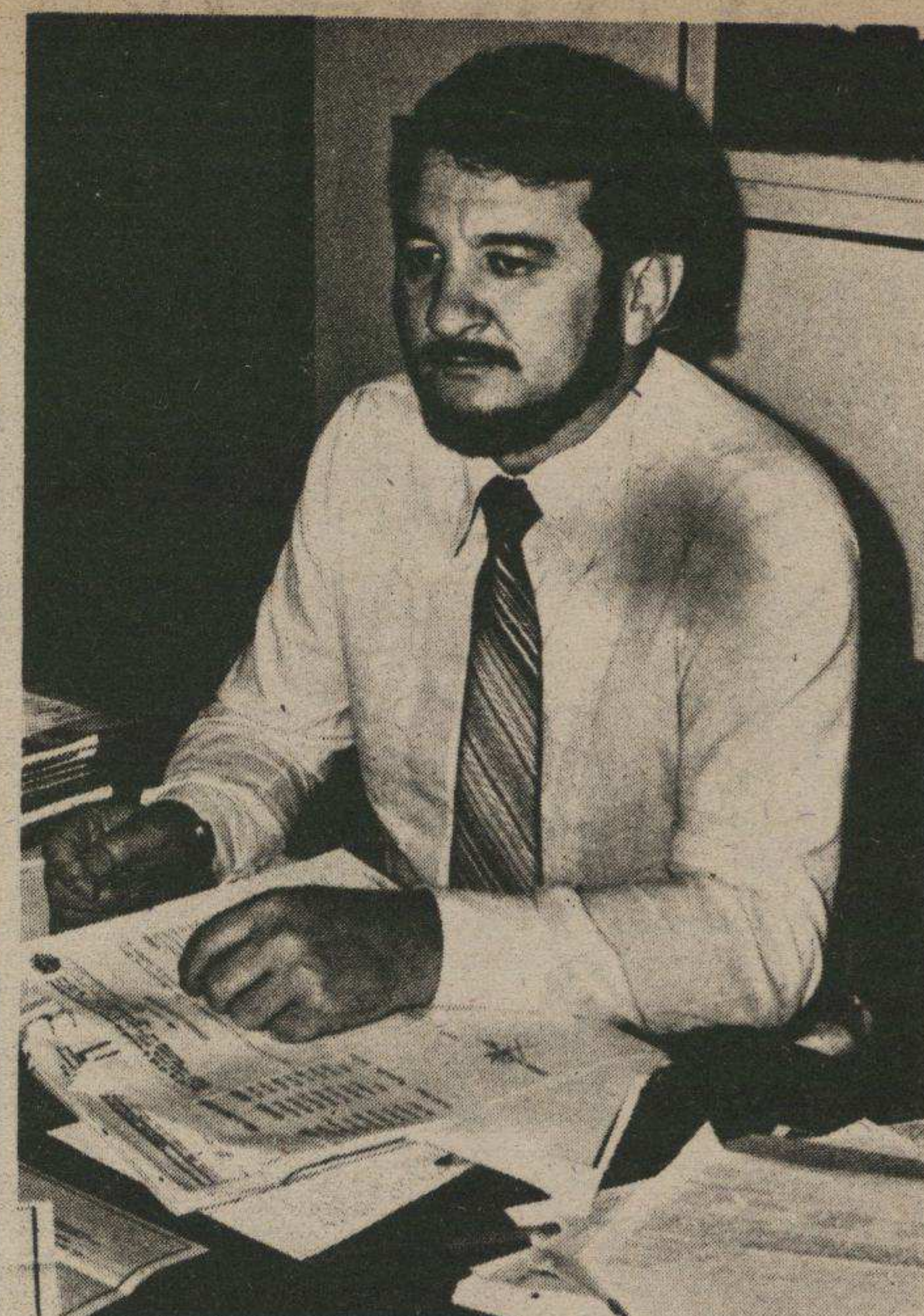
Do produtor para o consumidor

Uma cooperativa de produtores, a poderosa Cotrijuí, aliou-se a uma de consumo, a dos bancários de Porto Alegre (Cooban), e um grande passo foi dado para o bareteamento real dos gêneros alimentícios. O contrato foi assinado em 14 de agosto e na segunda quinzena de setembro os resultados foram concretos: a loja da Cooban, localizada quase no centro de Porto Alegre, passou a oferecer produtos como verduras, arroz, feijão e carne por preços abaixo de outros supermercados.

Isto foi possível porque estes alimentos são produzidos pela própria Cotrijuí. E mesmo sendo especializada em produção agrícola, com cerca de 17 mil associados em diversos municípios (inclusive em outros estados), a cooperativa já tinha experiência anterior no abastecimento ao consumidor, através de suas 28 lojas espalhadas pelo Rio Grande do Sul e Mato Grosso, 21 das quais operando no sistema de auto-serviço. Agora, a loja da Cooban é mais uma a receber, por exemplo, carne fresca dos frigoríficos que a Cotrijuí tem no município de Dom Pedrito.

A Cooban existia há 33 anos e durante seus primeiros 15 anos foi o único supermercado da capital gaúcha. Mas a partir de 1967 começou a ter dificuldades para sobreviver — como as outras cooperativas de consumo gaúchas, que já foram 400 e hoje não passam de 83 — porque foi obrigada a pagar ICM. Este imposto não era cobrado das cooperativas porque elas só entregam mercadorias a seus associados.

Sua sobrevivência fica agora garantida com este contrato feito com a Cotrijuí, que passou a dar experiência operacional, administrativa e gerencial para a Cooban, com um acompanhamento direto do In-



Meotti: "Encurtar o caminho"

cra. E a união das duas cooperativas significa, na prática, o fim da intermediação na distribuição e venda de alguns gêneros de primeira necessidade.

"A tendência dos grandes supermercados é ter sua produção própria", lembra Oswaldo Meotti, diretor administrativo da Cotrijuí. "E nós, que já temos produção própria, devemos encurtar o caminho. Sem intermediários chegaremos ao consumidor". Esta experiência Cooban-Cotrijuí pode significar ainda o fortalecimento das cooperativas de consumo, que teriam nas de produção um fornecedor garantido de produtos agrícolas a bons preços.

É por isto, também, que o Incra, através de sua delegacia regional gaúcha, acompanha com interesse a experiência. Mais tarde, é possível que este órgão, que orienta e fiscaliza as cooperativas, passe a incentivar mais concretamente a união das pequenas cooperativas de consumo, que depois de formarem suas redes de lojas passariam a operar em conjunto com cooperativas de produção. A Cooban e a Cotrijuí já estão mostrando que isto é bem viável e traz vantagens para todos — produtores e consumidores.

ELOÍSA ENCK

Aproveite: esta é sua última chance de assinar o Coojornal por Cr\$ 440,00

(Em novembro o jornal estará custando mais e a assinatura também!)

Preencha hoje mesmo o cupom abaixo, anexe cheque nominal ou vale postal e envie para COOJORNAL — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____

End.: _____ N.º _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Azarado e impopular

O governador de Sta. Catarina tenta recuperar a imagem

— Santa Catarina era uma terra feliz antes de Jorge Konder Bornhausen —, escreveu certa vez um cronista social, atribuindo ao "azar" do governador catarinense "o afundamento do navio Malteza, que poluiu nossas praias com óleo, o início da doença que matou Petrônio Portela, a queda do avião da Transbrasil e a revolta popular de 30 de novembro em Florianópolis, contra o presidente Figueiredo."

Dezoito meses depois de nomeado, Jorge — seu nome oficial para a imprensa — também não é mais feliz. Politicamente marcado em Brasília pelos incidentes com estudantes em novembro passado, visto com suspeita pelo povo desde que seu nome apareceu na lista de autoridades brasileiras que teriam dinheiro depositado na Suíça e, finalmente, acuado pela pesquisa do Instituto Gallup — foi considerado o governador mais impopular do país, com 46 pontos negativos, superando Paulo Salim Maluf — Jorge luta para recuperar a imagem e salvar seu futuro político.

— Estamos tentando todo o possível para salvar a imagem do homem. Os três golpes, somados, arrasaram com todo o trabalho que fazíamos — lamentou-se, no fim de setembro, um assessor da Secretaria de Comunicação do Estado (Secom). Nessa tentativa, a Secretaria distribuiu vídeo-tapes de uma entrevista com o governador para oito canais de televisão do Sul do país.

A entrevista, elevada pela Secom à condição de "última esperança", foi inexpressiva. Vários jornalistas, reunidos para a gravação nos estúdios da TV Catarinense, assistiram a um monólogo introdutório de Jorge, 20 minutos em que ele falou do crescimento da economia catarinense nos 18 meses de governo — data considerada tão relevante que serviu para motivar a própria entrevista.

Depois, durante 40 minutos tediosos,



Bornhausen: farto de ser nomeado

deu respostas como "sim, sou a favor da ecologia; sim, prometo empenho em construir a estrada pedida pelo deputado do meu partido".

Elaine Borges, correspondente de O Estado de S. Paulo, primeiro jornal a divulgar o resultado da pesquisa Gallup, negou-se a participar da entrevista:

— Não vou servir de garota-propaganda para o senhor Bornhausen. Se ao menos fosse ao vivo, jornalismo profissional, sim. Mas nestas condições eu não participo —, respondeu ela ao convite da Secom.

Exatamente a última pergunta do programa — que ao preço de tabela das oito emissoras custaria Cr\$ 1 milhão e 500 mil — foi sobre seu lbope. Resposta pronta:

— Fazer uma Santa Catarina maior e melhor é mais importante do que qualquer notícia de jornal de fora daqui. Este ano e meio foi difícil, gratificante. Aprendi a amar nosso povo e com ele fazer mais pelo nosso futuro.

Música, assinatura da Secom, fim do programa.

FOLCLORE POLÍTICO

A imagem de Jorge caiu tanto que, meses atrás, conseguiu apenas 50 pesos, a metade membros de sua assessoria, como platéia para a inauguração de uma obra em Blumenau. Desanimado com este número, diminuiu suas aparições em público no interior, escolhendo cidades pequenas e de preferência controladas pela situação.

Em Brasília seu prestígio também caiu: nas duas vezes em que Figueiredo esteve no estado, depois de novembro passado, não utilizou mais sequer o aeroporto de Florianópolis, como sempre fizeram os presidentes. Em setembro Figueiredo preferiu descer em pequenos aeroportos do Sul do estado, quando foi inaugurar uma usina da Eletrosul, em Tubarão.

— A oposição desconhece qualquer deslize no passado do senhor Jorge Bornhausen — garante o deputado Cid Pedrosa (PMDB) — mas o povo catarinense ainda espera suas explicações sobre o caso da Óleolar. Quando presidente do Banco do Estado, ele emprestou milhões de cruzeiros — dinheiro destinado ao desenvolvimento de nosso estado — para a fábrica de óleo do sogro de seu irmão, sediada no Paraná.

Depois que o mensário catarinense *Afinal* reproduziu a notícia, publicada originalmente no semanário *Hora do Povo*, de que Jorge seria um dos brasileiros possuidores de contas bancárias secretas na Suíça, ele pediu o enquadramento dos jornalistas Jurandir Camargo, Sérgio Rubin, Nelson Rolim de Moura e Sílvio Figueiredo (do *Jornal do Vale*, de Itajaí, que também reproduziu a notícia) na Lei de Segurança Nacional. O empresário Mário Petrelli, proprietário do *Jornal de Santa Catarina* e sócio do governador na Rádio da Manhã, escreveu um inédito editorial pedindo o enquadramento dos jornalistas na LSN.

Quando os jornais noticiaram, em agosto, o resultado da pesquisa de opinião do Instituto Gallup, seus assessores revidaram com outra, de encomenda, que "atestava" sua popularidade. Foi a conta. O jornalista Sebastião Nery, em sua coluna da *Última Hora* carioca, demoliu a resposta de Jorge, com ironia.

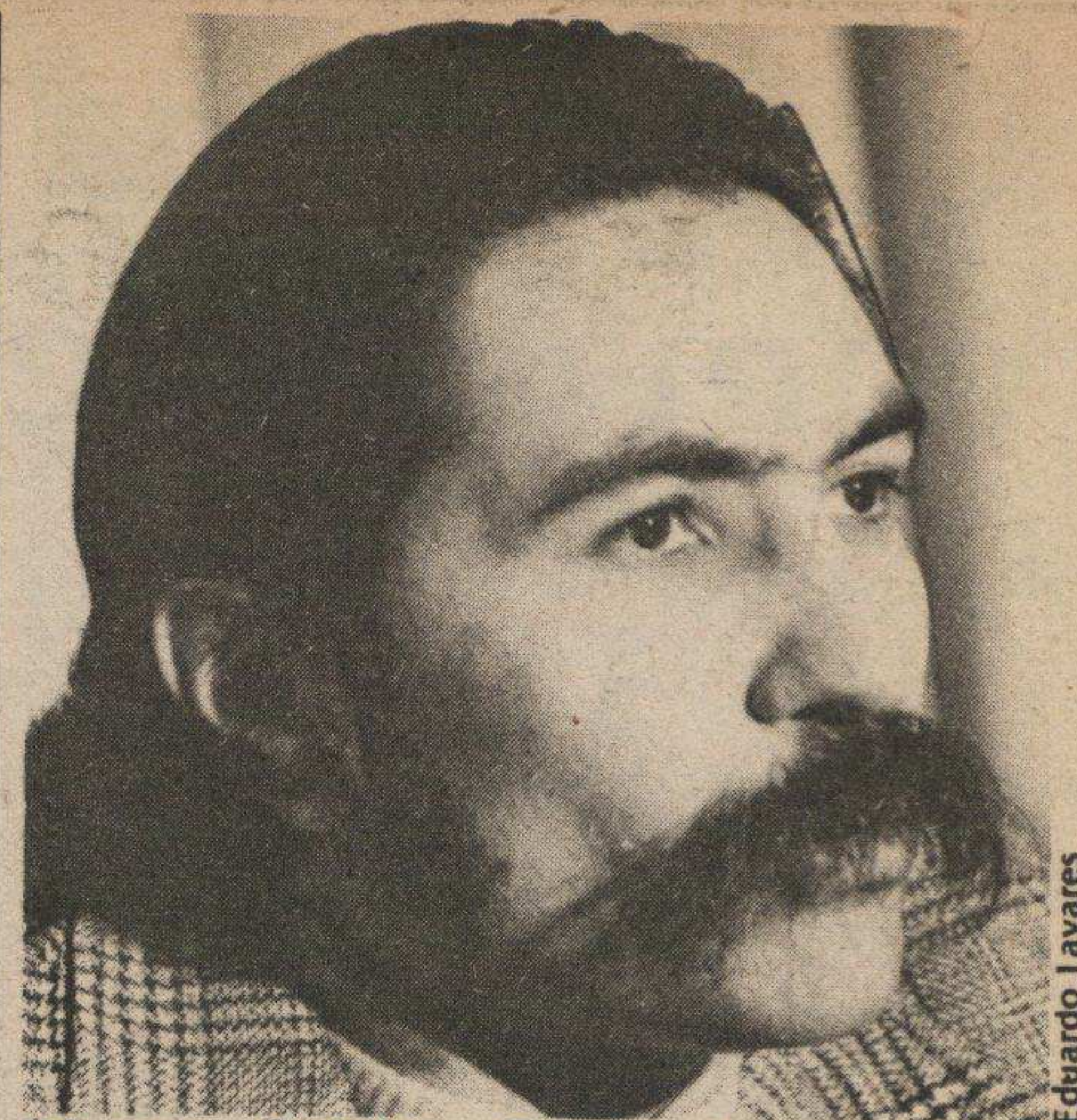
Classificando a nota como "um inverno administrativo de 46º abaixo de zero", e a tentativa da Secom de limpar a barra com outra pesquisa como "obra-prima do Folclore Político", Nery reproduziu o resultado da pesquisa encomendada, onde "em vez da figura política do governador analisou sua figura humana, como se fosse uma prévia do concurso de miss Santa Catarina", e concluiu:

— A assessoria de Jorge informa que ele tem 56% de trato, 22% de papo, 17% de charme, 14% de simplicidade, 7% de educação, 7% de administrador, 5% de beleza, 4% de honestidade e 2% de caráter. E zero de assessoria.

Apesar da queda na sua imagem, Jorge quer ser eleito senador, em 1982. Um amigo íntimo, que frequenta sua casa de praia no Rio Vermelho, garante:

— Ele está farto de ser nomeado, de conseguir as coisas por influência, por tradição. Ele quer mesmo é ser eleito, passar pelo teste das urnas. Está disposto a se desincompatibilizar para poder concorrer ao Senado.

CÉSAR PENTEADO



Dirceu: administração popular

População vota o orçamento

A população de Lages, município catarinense de 180 mil habitantes localizado quase na divisa com o Rio Grande do Sul, viveu um momento inusitado na sexta-feira, 19 de setembro. Naquele dia, a sala de reuniões da Biblioteca Pública foi tomada por quase 100 líderes comunitários que durante cinco horas discutiram e analisaram as despesas e receitas da Prefeitura para o exercício de 1981. Estava em discussão a proposta de orçamento do município para o próximo ano.

Conforme o prefeito Dirceu Carneiro (PMDB), embora tímidos os debates, a reunião foi mais um passo na efetivação de seu projeto de ampla participação popular na administração pública.

As primeiras iniciativas foram através de reuniões em que a administração consultava um determinado setor da comunidade para saber de suas aspirações e necessidades. Notabilizaram-se as operações "viva seu bairro", em que os moradores programam o roteiro da operação que concentra todos os serviços da Prefeitura, até o seu cumprimento e avaliação numa reunião de encerramento.

Dirceu Carneiro diz que este trabalho de mobilização iniciou-se em 1976, com a campanha eleitoral. Foram realizados mais de 50 comícios e a grande maioria da população foi visitada pessoalmente por ele. O resultado disso foi que a soma dos votos dos outros cinco candidatos, mais os votos brancos e nulos, foi inferior à sua votação.

De lá para cá, o ex-organizador de subdiretórios partidários (o MDB chegou a ter 120 subdiretórios em Lages) vem provocando a organização dos mais diversos setores da população em associações de bairro, núcleos agrícolas, conselhos de pais e alunos, hortas comunitárias e associação de pequenos e médios comerciantes, entre outras.

CONCENTRAÇÃO

Ao modelo industrial ocidental, o prefeito propõe uma alternativa baseada num setor primário forte com a utilização dos recursos disponíveis, isto é, os recursos humanos. Na prática, a já conhecida experiência de Lages confirma as propostas do prefeito oposicionista, que ao invés de seguir o modismo de distritos industriais e atração de indústrias, fomenta a produção de alimentos e a diversificação das atividades agrícolas, a nível das pequenas e médias propriedades rurais.

Na discussão do orçamento de Lages para 1981, Dirceu Carneiro fez uma preleção sobre a concentração dos recursos públicos pela União. Citando dados da Fundação Getúlio Vargas, o prefeito revelou que a divisão existente no Brasil, hoje, é de 76% para o poder federal, 22% para os estados, e apenas 1,2% para os municípios, enquanto em outros países, como Itália, Alemanha e Estados Unidos, a participação dos municípios nos recursos públicos fica entre 34 e 50%.

Para dar um exemplo, o prefeito de Lages afirmou que a proposta orçamentária em discussão era duas mil vezes inferior ao custo da hidrelétrica de Itaipu. E a soma dos orçamentos dos quatro mil municípios brasileiros é muitas vezes menor do que o orçamento anual da Petrobrás.

RICARDO HOFFMANN

A HORA É ESTA!

PRECISAMOS DE VOCÊ!

assine REPORTER

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 400,00
Envie cheque nominal ou Vale Postal para:

MARGEM EDITORIA E PROGRAMAÇÃO GRÁFICA LTDA.
RUA MIGUEL COUTO, 134/11º — 20070 — Rio de Janeiro

Nome:

Profissão:

Endereço:

CEP: Cidade Estado

Redações vazias

Em três meses, demitidos mais de 100 jornalistas

O mercado de trabalho dos jornalistas vem sofrendo sérios abalos no país, com uma seqüência de demissões coletivas ocorrendo nas redações de vários estados. Só nos últimos três meses, mais de 100 profissionais perderam seus empregos, no Rio, Brasília e Porto Alegre. As empresas alegam dificuldades econômicas, determinadas pelos altos custos dos insumos, limitações de créditos e aumento nas folhas de pagamentos devido aos reajustes semestrais.

No início de agosto, a *Folha de São Paulo* resolveu desativar sua sucursal no Rio de Janeiro, despedindo 28 jornalistas. Na redação só restaram duas repórteres, grávidas, um jornalista com estabilidade e dois fotógrafos. Na época, o ex-chefe da sucursal carioca da *Folha*, Alberto Dines, denunciou um plano, segundo o qual os principais jornais de São Paulo fechariam suas sucursais no Rio e passariam a utilizar material das agências dos grandes jornais cariocas e vice-versa.

Em setembro, foi a vez do *Jornal de Brasília* demitir 26 jornalistas de uma redação de 80 pessoas, um corte de aproximadamente 30% da folha de pagamento — algo em torno de Cr\$ 750 mil. O motivo alegado pelo presidente da empresa proprietária, Jaime Câmara, foi "contenção de despesas". Câmara garante que as dificuldades são reais, mas admite que, pela primeira vez nos últimos anos, o jornal começou a dar lucro.

Para o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, Hélio Marcos Doyle, "a política de contenção de despesas do jornal, em prejuízo dos fun-

cionários, torna-se estranha quando se sabe que a empresa proprietária possui emissoras de rádio e TV em Goiás, além de uma rádio FM em Brasília, e está construindo um moderno parque industrial em Goiânia".

PARALISAÇÃO

Enquanto isso, em Porto Alegre, 21 jornalistas da *Rádio Gaúcha* foram demitidos por justa causa pela direção da *Rede Brasil Sul de Comunicações* (RBS). As demissões ocorreram depois que os profissionais paralisaram suas atividades por um dia ao tomarem conhecimento de um plano que previa o corte de 12 jornalistas na redação (composta de 30 pessoas) e mudanças na linha de notícias da emissora.

O plano fora comunicado pelo gerente da rádio, Ruy Carlos Ostermann, aos chefes de departamento, o que gerou os pedidos de demissão dos chefes de rádiojornalismo e produção. Os demais membros da redação iniciaram um movimento para que o número de demissões fosse diminuído. Fizeram um ato público defronte ao prédio da emissora e paralisaram suas atividades durante o dia 25 de setembro. No dia seguinte, a direção da RBS decidiu afastar 21 jornalistas por justa causa, mantendo apenas nove pessoas na redação.

A *Rádio Gaúcha* fechou seu balanço, em março, com um prejuízo de Cr\$ 12 milhões. Segundo os jornalistas demitidos, desde que a nova programação baseada no rádiojornalismo entrou em vigor, em fevereiro o faturamento duplicou. O vice-presidente da RBS, Jaime Sirotski, garantiu que as vagas dos dispensados seriam preenchidas, descontando os 12 cortes já previstos, mas os jornalistas querem que, pelo menos, a empresa retire a justa causa.

Nem bem a categoria havia se re-

cuperado, sofreu um novo golpe. No dia 2 de outubro, em contato com dirigentes do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, o presidente da Companhia Jornalística Caldas Júnior, Breno Caldas, anunciou cortes significativos nos quatro órgãos da empresa — *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Rádio Guaíba* e *TV Guaíba*. Motivo: contenção de despesas.

Na mesma noite, o diretor da *Folha da Tarde*, Edmundo Soares, revelou a existência de uma lista prevendo 27 cortes na redação, formada por 137 jornalistas. As dispensas iniciaram no dia seguinte. Soares afirmou aos dirigentes do sindicato que recebera a promessa da direção da Caldas Júnior de que, após esses cortes, nenhum outro profissional será demitido nos próximos seis meses.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, Lauro Hegeman, diz que "a seqüência de demissões em massa é uma prova de que, na prática, a recessão econômica está em plena vigência, atingindo o lado mais fraco, ou seja, os trabalhadores". Para o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, "as demissões são legais, mas há outras formas de equilibrar as despesas de uma empresa, sem precisar dispensar empregados".

ARIOSTO TEIXEIRA

Um novo jornal para Uruguaiana

É possível fazer um jornal no interior do estado utilizando profissionais, garantindo qualidade gráfica e editorial e não aceitando vinculações com grupos políticos? Depois de mais de cinco meses do *Jornal de Uruguaiana*, semanário lançado a primeiro de maio deste ano, seus proprietários — quatro jornalistas com passagem pelas principais redações de Porto Alegre — acham que a resposta é positiva, e já começam a planejar a am-

pliação da periodicidade e do número de páginas.

O *Jornal de Uruguaiana* é publicado pela Edições Três Fronteiras Ltda., empresa constituída por quatro sócios, com igual participação: Cleusa Maria Paim Aguiar, João Carlos Ferreira da Silva, Luiz Fernando Montenegro Valls e Maria Luiza Abbott. No final do mês de abril, após pesquisar o mercado de diversas cidades, e convencidos de que o interior oferecia boas possibilidades para o lançamento de um jornal, eles se transferiram para Uruguaiana — cidade gaúcha da fronteira oeste, a 619 quilômetros de Porto Alegre — escolhida por vários motivos: das principais cidades do interior, era das mais carentes em termos de jornal, apesar de seus 100 mil habitantes; estava atravessando uma fase de movimento financeiro excepcional, devido à invasão de argentinos e, mesmo não dispondo de gráfica, oferecia como alternativa a utilização de equipamento existente em São Borja, a 180 quilômetros de distância.

Como desafio, a cidade apresentava uma tradição de fechamento de vários jornais. Mas, em relação a eles, todos ligados a políticos, o *Jornal de Uruguaiana* tinha uma proposta diferente: seria um jornal comercial, sustentado por publicidade que não excedesse 40% de seu espaço, voltado exclusivamente para os assuntos do próprio município, e com uma cobertura diversificada, atingindo todos os setores.

Passados cinco meses, com tiragens de dois mil e 500 exemplares todas as quintas-feiras, o *Jornal de Uruguaiana* superou suas metas iniciais. No final de julho, na edição que coincidiu com o Dia do Motorista, por exemplo, foi preciso aumentar o número habitual de páginas, de 12 para 14, para manter o limite máximo de 40% de espaço ocupado por anúncios. E já se pensa em passar para 16 páginas permanentemente, além de aumentar a periodicidade para duas vezes por semana.

IVANIR BORTOT

A Uniprev oferece o melhor produto que um Montepio pode ter: muita garantia.

Como um Montepio pode assegurar a você que vai pagar seu pecúlio ou renda mensal?

Apenas de uma maneira: administrando de forma correta as contribuições mensais de seus mutuários, fazendo seu capital crescer e garantindo a cada exercício ótimos resultados.

Apenas bons lucros e o crescimento constante podem oferecer a você a garantia do retorno perfeito de seu investimento.

Pense nisso e acredite que a Uniprev oferece integralmente esta garantia. É uma empresa sólida e que vem obtendo ótimos resultados.

Escolha um negócio garantido: escolha a Uniprev.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA

Sede:
Rua dos Andradas, 1251
9º andar
Fones: 21-3625 e 21-5869
Porto Alegre — RS

Montepio fundado em 13 de agosto de 1965

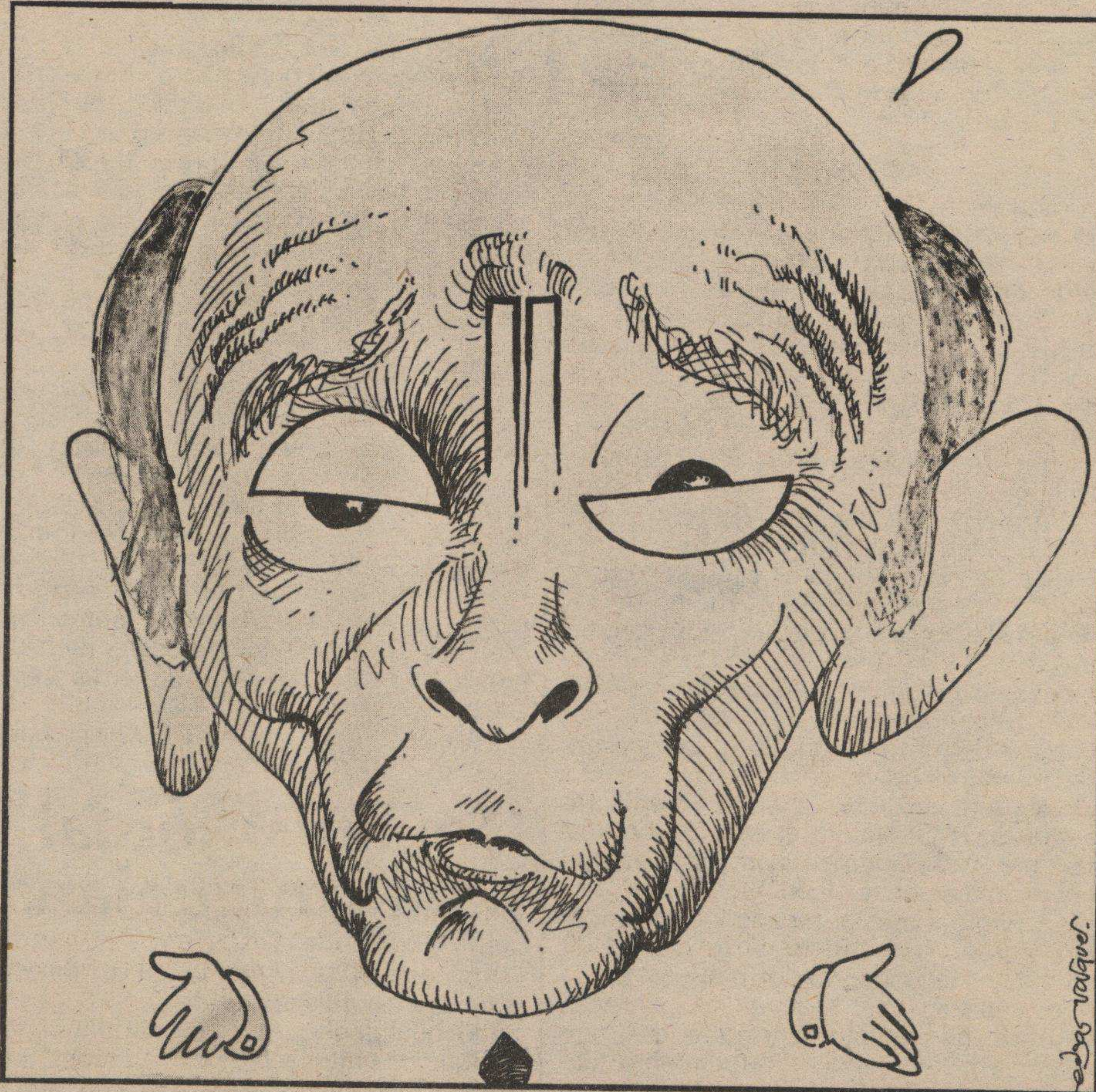
Por LUIS RECENA GRASSI, de Brasília

Marcílio errou o pulo

O Congresso Nacional começou o mês de outubro, mais uma vez, preparando-se para perder. Como um clássico do cinema norte-americano, o Congresso Nacional dos últimos 15 anos é um órgão nascido para perder. A emenda constitucional que restaura algumas prerrogativas do Congresso Nacional, assinada pelo presidente da Câmara dos Deputados, o cearense Flávio Marcílio, e ratificada por mais de dois terços dos deputados e senadores brasileiros, na hora em que escrevo, está gravemente doente. E estará morta quando este jornal atingir a maioria das bancas do país.

A única dúvida, ainda, reside na maneira a ser adotada pelo Governo para derrubar a emenda, se haverá votação ou não. Se houver votação, o que deverá ser feito no máximo até o dia 16 de outubro, há uma remota possibilidade de que ela obtenha aprovação na Câmara, sendo definitivamente derrubada no Senado. O Governo, no entanto, para não perder na Câmara, manobrará para que seus representantes se ausentem no plenário, negando quorum hábil para apreciação da matéria e matando-a pelo arquivamento.

Para não dizer que não houve resistência, é preciso lembrar que os partidários da emenda conseguiram acertar um belo golpe no Governo, derrubando, na comissão mista, o parecer do relator do projeto, senador Aloysio Chaves (PDS-PA). E contou para essa façanha com os votos dos pedessistas Celio Borja, Djalma



Marinho e Siqueira Campos. "Pode ter sido efêmera, mas foi uma vitória. Esta noite, pelo menos, teremos um sono melhor". Este comentário é do deputado Roberto Freire (PMDB-PE), logo após a histórica sessão que derrubou o comedido, bem comportado parecer do senador paraense.

Supreendido dentro de suas trincheiras, o Governo agiu imediatamente: decretou a tese da "traição" ao líder Nelson Marchezan e puniu com a substituição na comissão os parlamentares que votaram com a proposta oposicionista de levar ao plenário o projeto original. Houve até reunião no Palácio do Planalto para organizar tudo direitinho e garantir, para a emenda Marcílio, o caminho do sacrifício.

O que aconteceu, afinal, para provocar a derrubada da emenda do presidente da Câmara, que nasceu tão robusta e chegou a ser saudada como o fato que marcaria claramente o início da redemocratização brasileira? Aconteceram muitas coisas.

Primeiro, é conveniente registrar que o Planalto e seus conhecidos estrategistas políticos nunca olharam a emenda com simpatia. Ao contrário, manobram para atrasar sua leitura, querendo retardar a discussão do assunto. Como

não conseguiram, levantaram, logo no início do debate, duas barreiras ditas intransponíveis: o decurso de prazo e a inviolabilidade total do parlamentar. E nesses dois itens da emenda construíram a operação contrária ao sucesso da matéria.

O Governo, segundo suas cabeças políticas, não quer abrir mão de seu privilégio de processar os parlamentares quando entender necessário e não quer, também, deixar de ver aprovados, mesmo sem votação, os projetos que costuma chamar de "prioritários" ou "do supremo interesse do Poder Executivo".

Os estrategistas do Palácio do Planalto consideram, ainda, que no Brasil de 1980 "não há clima", para projetos como o do deputado Flávio Marcílio. No projeto de abertura, esse tipo de assunto continua distante de ter sua hora e sua vez. Além disso, esgrimiou-se, com rara habilidade de manipulação, o argumento de que o clima político e econômico, com terrorismo de direita, boatos de golpe, crise do petróleo e inflação de mais de 100%, não era propício nem favorável para um congresso nacional mais livre e com melhores possibilidades de atuação.

Enfim, derrota-se o Congresso no tema que lhe é mais caro e, de lambuja, culpa-se o próprio Congresso de ser temerário, inoportuno e de não "colaborar" para o

bom andamento do processo de abertura que fará deste país, um dia, uma democracia. Para que a teia, tecida profissional e eficientemente, tenha melhor aceitação no mercado nacional, personificam-se exemplos dessa suposta "temeridade": os deputados João Cunha e Genival Tourinho, o paulista e o mineiro que usaram a tribuna para criticar o Governo e que atualmente estão sendo processados.

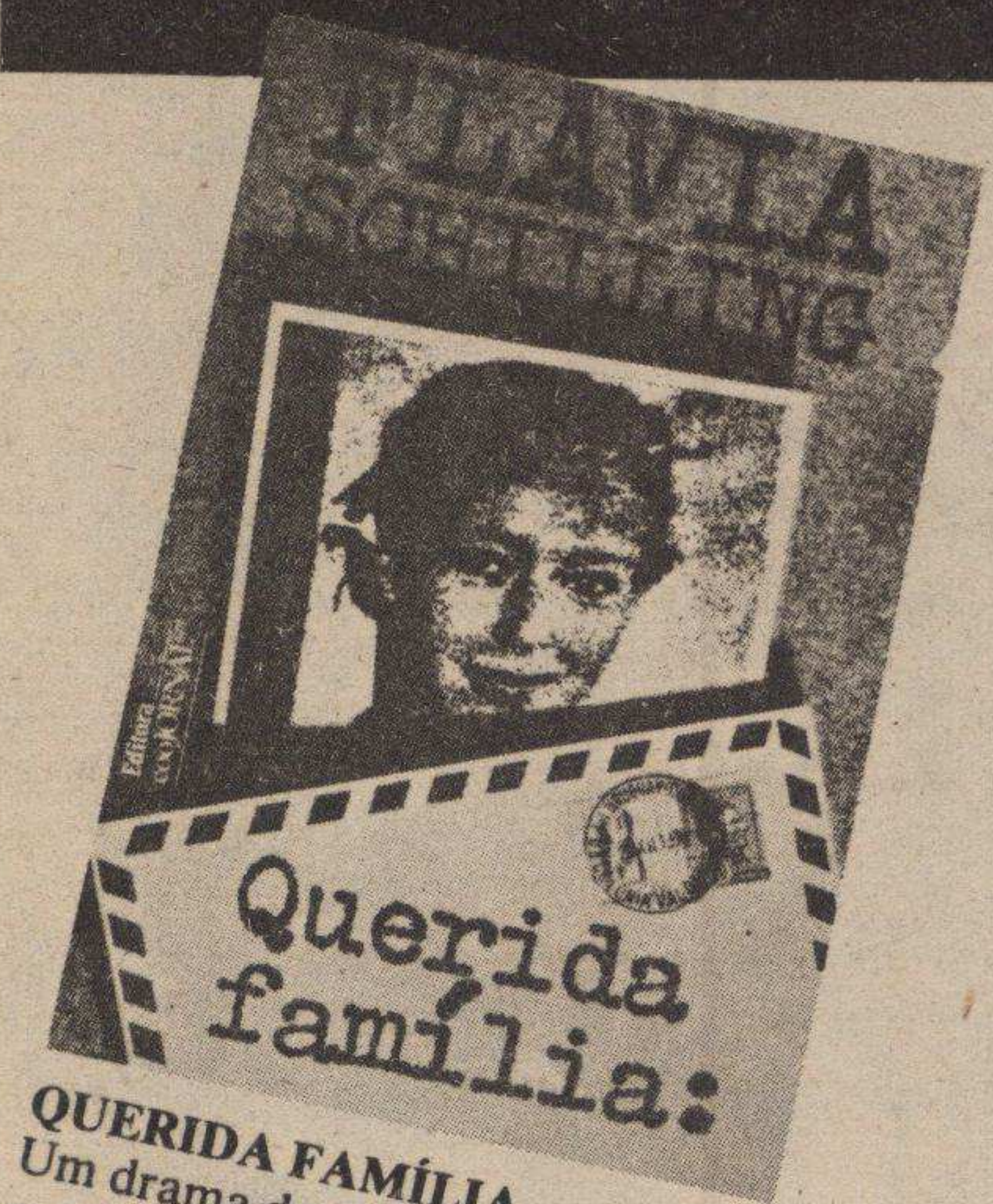
Diz-se, dos dois, que receberão punição exemplar. Perderão seus mandatos e servirão de exemplo para os próximos que ousem pensar em discursos mais contundentes. Pensando nisso, o deputado Waldir Walter (PMDB-RS) entrou com requerimento solicitando a presença na Câmara do Ministro do Exército, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque. Quer o parlamentar que a autoridade ministerial vá ao parlamento e externe seu conceito de prerrogativa, fixando claramente os limites da atuação parlamentar a partir do ângulo das forças de sustentação do regime.

O deputado gaúcho foi chamado à atenção, pela direção do Congresso, por irônico. Mas dificilmente se poderá dizer do deputado, que lhe tenha faltado interesse de ver, enfim, as coisas claramente definidas: se o Governo não quer prerrogativas, que diga o que quer, sem palavras dúbias, sem ambigüidades.

O Governo, certamente, não está disposto a isso nem o fará. Vai preferir continuar o jogo como o vem fazendo há anos: dando as cartas, sendo mão, pedindo quantas quiser, quando quiser. "Não se pode pedir ao poder para que mude". Antes de ir à fogueira, o velho Giordano Bruno deixou seu recado, claríssimo. Não se pode negar que o Brasil teve mudanças, muitas, nos últimos anos, mas deve-se ter presente que o Governo só aceitou o jogo das modificações quando sentiu, claramente, que toda ou a maior parte da sociedade brasileira estava a favor das mudanças.

No caso em debate faltou, mais uma vez, forças ao Congresso Nacional para atingir seus objetivos. Prerrogativas ainda é uma palavra de difícil compreensão para muitos segmentos da população brasileira, hoje mergulhados em uma das piores crises econômicas do período republicano. Para conquistar um novo período na presidência da Câmara, o deputado Flávio Marcílio tentou um belo lance, mas errou pelo menos duas vezes quanto ao *timing* da questão: nem o partido a que pertence está disposto a abandonar a redoma que lhe foi construída no Palácio do Planalto, nem a sociedade brasileira manifestou-se disposta a deixar de pensar nas dificuldades cotidianas de suprir as deficiências do orçamento doméstico. O deputado errou o pulo e o Congresso perdeu de novo.

Faca seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



QUERIDA FAMÍLIA
Um drama do nosso tempo. As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios. Cr\$ 100,00

MERCADO ABERTO PARA A CULTURA

Surgiu em Porto Alegre uma editora que tem como preocupação fundamental a cultura. É a Mercado Aberto.

Visando inicialmente a valorização da cultura regional, com a Série Documenta, ela agora abre-se para o mercado nacional: Série Revisão.

Com planejada programação editorial, a Mercado Aberto tentará oferecer ao leitor brasileiro uma literatura coerente e objetiva.

SÉRIE DOCUMENTA

1. Modelo Político dos Farrapos (Moacyr Flores)
2. RS: Economia & Política (Maria Antonieta Antonacci; Francisco M. Carrion Jr.; Guilhermino Cesar; Jane A. Fraquelli; Mário J. Maestri Fº; Geraldo Müller; Sandra J. Pesavento; Silvia Petersen; Helga Piccolo; Heloisa Reichel; Elmar M. da Silva; Héglio Trindade)
3. RS: Imigração & Colonização (Aldair Marli Lando; Eliane Cruxên Barros; Loraine S. Giron; Vera Cohen; Telmo Moure; Eugênio Lagemann; José Vicente T. dos Santos; Sandra J. Pesavento; René E. Gertz; Luis Alberto de Boni; João Weber; José Dacanal)
4. RS: Cultura & Ideologia (Décio Freitas; José H. Dacanal; Nelson Boeira; Sandra J. Pesavento; Tarsó Fernando Genro; Sergius Gonzaga; Flávio Loureiro Chaves; Maria Elizabeth Lucas)
5. RS: A Economia e o Poder nos Anos 30 (Sandra J. Pesavento)

PRÓXIMO LANÇAMENTO:

6. Érico Veríssimo: Realismo & Sociedade (Flávio Loureiro Chaves)

SÉRIE REVISÃO

1. História do Rio Grande do Sul (Sandra Jatayh Pesavento)
2. A Literatura no Rio Grande do Sul (Regina Zilberman)
3. História do Brasil Contemporâneo (Luiz Roberto Lopes)

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS:

4. Por uma Ética Ecológica (José Lutzemberger)
5. República dos Guaranis (Deonísio da Silva)
6. O Conto Brasileiro Contemporâneo (Antônio Hohlfeldt)
7. História do Brasil Colonial (Luiz Roberto Lopes)
8. 30: Revolução ou Contra-revolução (Décio Freitas)
9. História do Século XX (Voltair Schilling)
10. Ficção Latino-Americana (Flávio Loureiro Chaves)
11. História do Brasil Imperial (Luiz Roberto Lopes)



Distribuição: Audipel
Rua Santo Antônio, 282
Fones: (0512) 21-8311 e 25-8911
Porto Alegre — RS

MERCADO ABERTO

Editora
Rua Santos Dumont, 1186
— fone: 22-8822
Porto Alegre — RS

Caminhos tortuosos da semântica

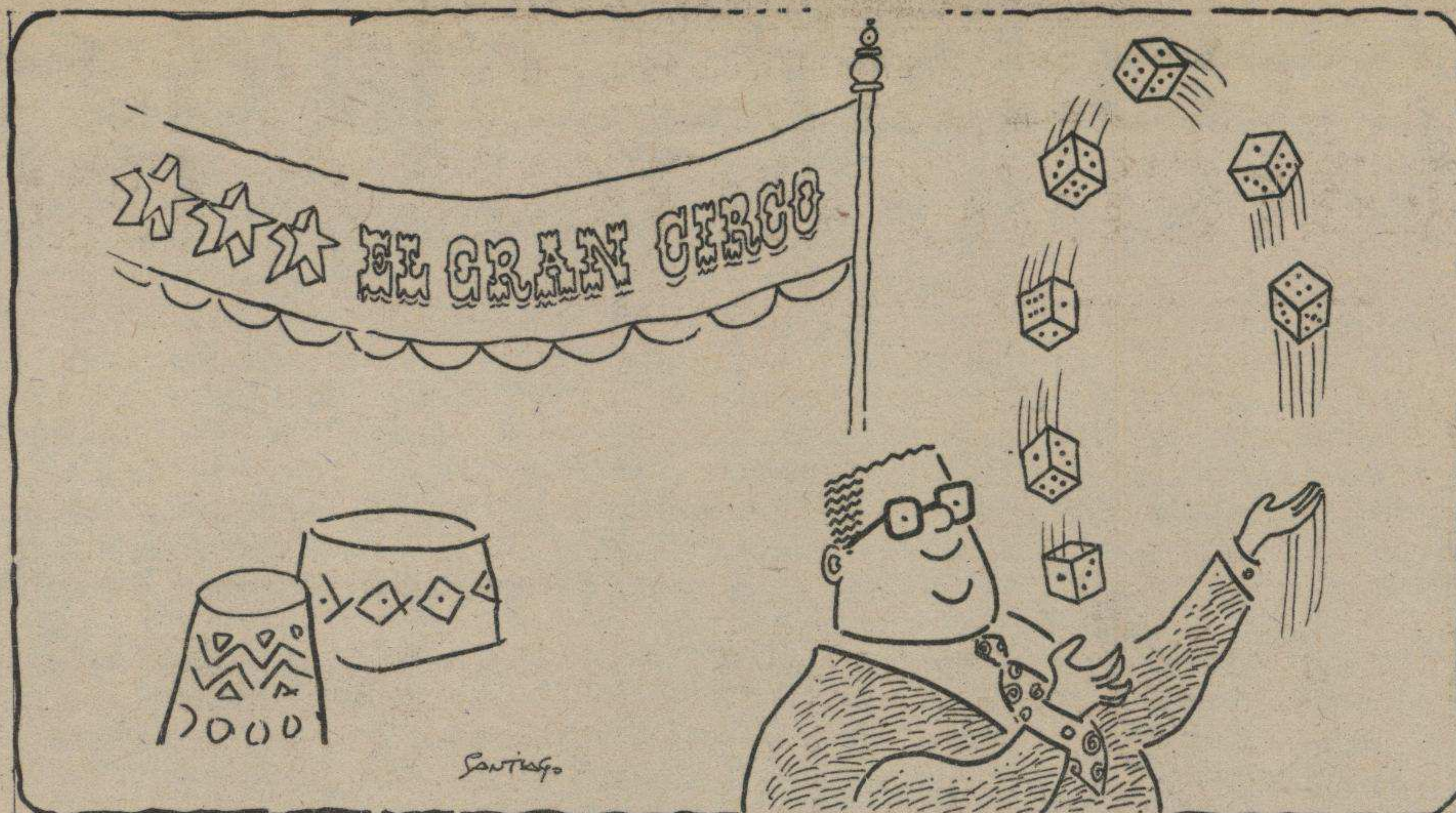
Ou a simples manipulação de índices

Em 1975, pela primeira vez, tornou-se público um debate que até então era restrito aos obscuros labirintos da tecnoburocracia estatal e a alguns meios econômicos no exterior, mais especializados nos problemas brasileiros: o *jeitinho* oficial para dourar os números da inflação ou, em outras palavras, a manipulação, pura e simples, dos índices mensais e anuais de variação de preços.

Foi o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, quem, num trabalho publicado em 1975, denunciou irregularidades no cálculo da inflação, sugerindo que seu antecessor, o atual ministro do Planejamento, Delfim Netto, já as praticava, em 1973, deliberadamente e sem qualquer cerimônia. E antes de Simonsen, ainda em 1973 — no apagar das luzes do governo Médici — quando Delfim anunciara uma inflação de 15,5%, o Banco Mundial, em relatório reservado, deixava transparecer dúvidas sobre a veracidade daquele índice.

Desde então, a vigilância insistente da oposição fez com que o Governo empregasse mecanismos cada vez mais sofisticados para adulterar os números da inflação. As técnicas, fundadas em exóticas versões da teoria econômica, conferiram um ar de seriedade e lógica a sofismas estatísticos, que mais confundem a opinião pública e encobrem fracassos econômicos. Um exemplo típico foi o anúncio do valor do Produto Interno Bruto (PIB) em 1979, que era de 200 bilhões de dólares, aproximadamente. No início deste ano, o valor passou a ser de 160 bilhões de dólares, com uma simples penada na desvalorização do cruzeiro (a famosa maxidesvalorização, quando o dólar passou de Cr\$ 25,80 a Cr\$ 34,50, da noite para o dia).

Isto não seria de surpreender num país onde a grande maioria da população não tem plena consciência das causas e efeitos da inflação, à exceção, evidentemente, do custo cada vez mais alto das coisas que compra, dos preços galopantes que se elevam, diariamente. Exemplo típico é a frase de Getúlio Vargas, reproduzida por Samuel Wainer, na famosa entrevista de São Borja:



— Meteram na cabeça do presidente Dutra — disse Vargas — que a inflação era responsável pela alta constante do custo de vida. Nem Vargas, nem o jornalista, sabiam o que diziam ou escreviam, pois a inflação e custo de vida são, literalmente, a mesma coisa. Hoje, a tecnoburocracia evita tais disparates, mas continua sofismando, embora de forma mais elegante.

O CHUCHU

Assim, por exemplo, o ex-ministro Simonsen, talvez arrependido de ter tirado a máscara da inflação, inventou um "expurgo por acidentalidade". Queria dizer ele que se a safra do feijão foi desastrosa e o produto passou a custar mais caro ao consumidor, este fato não devia ser levado em conta, pois quebra de safra é um acidente.

Mais recentemente, ainda com o ministro Simonsen, tornou-se famosa a expressão "inflação do chuchu" ou da "areia e do tijolo", ambas para justificar elevações no custo de vida e, pela aplicação daquele esdrúxulo conceito de acidentalidade, expurgá-los dos índices de inflação. Simonsen dizia então que o aumento do chuchu induzia o público a substituir o produto por outro e não considerava o aumento de preço. Como se fosse possível admitir que alguém deixe de comer feijão para comer soja, ou deixe de comprar leite para beber chá.

Outra forma de manipular — ou recalcular, como afirmam os técnicos da Fundação Getúlio Vargas, responsáveis pela apuração mensal dos índices de preços — é a distribuição do aumento por vários meses. Ou seja: o Governo decreta o aumento da gasolina e outros derivados do petróleo e a partir daquele dia todo mundo paga mais caro. Porém, para a FGV, o aumento é calculado parceladamente, por dois, três ou quatro meses, provocando uma alta menor no

índice oficial de inflação, mas não refletindo o aumento, de fato, pago pelo consumidor. Como se este pagasse o aumento do preço da gasolina em suaves prestações mensais.

Essa técnica, de tão denunciada, acabou sendo aprimorada, como no recente aumento de preço dos automóveis. O Governo decidiu — ao invés de distribuir o aumento no cálculo do custo de vida — parcelar o aumento efetivo do preço do automóvel no mercado.

"INFLAÇÃO MORTA"

As técnicas de manipulação se multiplicam, embora mais recentemente tenham ocorrido situações até mesmo ousadas, como outrora, sem maiores cerimônias. Por exemplo: a *Gazeta Mercantil*, com sua reconhecida credibilidade, antecipou uma inflação, em setembro de 1979, de 7,6% quando na realidade tinha sido de 7,9%. Aproveitando-se de credibilidade do jornal, o Governo anunciou, dias depois, uma inflação de 7,6%. Ou, em julho deste ano, quando até a terceira semana do mês o índice de preços por atacado (IPA), que tem o maior peso no cálculo da inflação, já revelava um aumento de 9,6%. Decidiu-se, então, não mais considerar as variações da última semana do mês, considerando-se apenas o aumento de três semanas. Isto é, inflação mensal medida apenas em três semanas.

Não é por outra razão que o sigilo na FGV é absoluto e os técnicos que ali trabalham são de total e inteira confiança dos ministros. Pois sempre que se faz necessário, um *jeitinho* acaba sendo dado.

Finalmente, além das técnicas de manipulação dos índices, existem, também, técnicas de análise de inflação. Ora o Governo fala da importância do índice acumulado desde janeiro ao mês em cur-

so, ora da inflação medida nos últimos doze meses, dependendo de sua conveniência. Ultimamente, o ministro Delfim chegou ao cúmulo de falar em "inflação morta", referindo-se à inflação passada, como se o passado não tivesse nada a ver com o futuro, ou com as expectativas inflacionárias.

Como se não bastasse, e ainda assim a inflação permanece indomável, levantam-se outras questões: a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços — uma ponderação dos preços ao consumidor, no atacado e na construção — é válida? O IPA é distorcido e não reflete o custo de vida (preços no varejo)? Vale a pena medir o custo de vida apenas na cidade do Rio de Janeiro? Em suma, ao invés de combater a inflação, o Governo está sempre à procura de caminhos tortuosos e semânticos para explicar seu fracasso e tapar o sol com a peneira.

FRANCISCO TOLEDO

As siglas da inflação

IPA — Índice de Preços por Atacado — Resultado da tomada de preços no mercado atacadista de produtos agrícolas e industriais, junto aos próprios fabricantes e, eventualmente, distribuidores. Tem maior peso no cálculo da inflação, correspondendo a 60% desta.

IPC — Índice de Preços ao Consumidor (ou custo de vida propriamente dito) — Tomada de preços ao consumidor de produtos alimentícios, serviços pessoais (médicos, dentistas), artigos de residência, habitação e vestuário e serviços públicos (transportes, tarifas de energia, telefone, água e esgotos etc.). Sua coleta é feita exclusivamente no Rio de Janeiro. Participa da ponderação do cálculo da inflação com um peso equivalente a 30%.

IPCC — Índice de Preços na Construção Civil — Tomada de preços dos materiais de construção e dos salários dos trabalhadores na construção civil. É aferido apenas no Rio de Janeiro e tem peso de 10% na inflação.

IGP — Índice Geral de Preços — Média ponderada dos três índices acima citados, e que se convencionou chamar de índice de inflação.

INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor — Equivalente ao custo de vida no país, calculado para fins de reajustes salariais e apurado em nove regiões metropolitanas. Cerca de 70% do volume de informações utilizadas para seu cálculo provém do Grande Rio e Grande São Paulo. Apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele é hoje o objeto de acirrada disputa com a Fundação Getúlio Vargas, sobre quem recairá a responsabilidade de seu cálculo.

Vai ser um estouro.

Em novembro, Edição Especial de cinco anos do Coojornal.

O melhor que o COOJORNAL pode dar aos seus leitores está nas páginas da edição que marca o seu quinto aniversário. É uma edição ampliada tratando de política, economia, literatura, comportamento, humor, jornalismo — tudo com o sabor COOJORNAL. Esta não é de perder!

cooJORNAL
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Correndo do fantasma da recessão

As luzes de alarme já estão ligadas em alguns setores

A recessão econômica representa, de uma só vez, uma drástica redução dos investimentos produtivos, uma dramática ociosidade nas empresas, que mantêm suas instalações e equipamentos parados na maior parte do tempo, e a conseqüente queda do nível de emprego — em outras palavras, o aumento do desemprego — e uma assustadora redução nas vendas. Ao mesmo tempo, não assegura, de imediato, a queda no ritmo de aumento dos preços e tampouco uma rápida correção dos problemas de balanço de pagamentos, ainda que tais correções possam ser objetivadas, num programa aplicado com fria persistência.

Não é por nada, assim, que a sociedade brasileira acompanha ultimamente com tanto suspense — algumas vezes, é certo, ampliado com descarados e mórbidos objetivos de ordem política — os indicadores do desempenho da economia, em busca — num sentimento ambivalente de sadismo e masoquismo — dos sinais claros de que o país, finalmente, penetrou nas trevas da retração econômica.

Felizmente para a Nação, porém, os indicadores ainda não acenderam as luzes vermelhas do alarme. É fato que em setores isolados as luzes vermelhas já estão acesas e em outros o sinal de atenção já foi ligado. Globalmente, no entanto, o país não vive uma recessão econômica. Houve uma sensível queda nos investimentos produtivos, provocados principalmente pela forte redução das atividades das empresas estatais em alguns setores da indústria nacional de máquinas e

equipamentos. A suspensão de obras públicas federais também provocou alguns reflexos negativos na indústria da construção civil, não tanto por seus aspectos econômicos, no momento, mas sociais, em virtude da dispensa de um grande número de trabalhadores. E no setor terciário ocorreram fortes desajustes no campo financeiro, de comunicações e na própria burocracia pública, que não têm ampliado suas vagas.

Os indicadores globais da economia, no entanto, não caracterizam o momento econômico como recessionista. Isto porque, se os investimentos caíram — e isto é uma informação importante para que se possa projetar o crescimento da economia no futuro —, o fato é que a indústria, globalmente, deve alcançar o final deste ano com um crescimento de algo entre 6 e 7%. O problema é que esta aceitável taxa de expansão não se reflete em iguais percentuais no crescimento da oferta de emprego proporcionada pelo setor.

Em primeiro lugar, porque a automatização da indústria provoca taxas de ampliação da capacidade produtiva muito superiores à oferta de emprego, mesmo em setores denominados tradicionais ou de mão-de-obra intensiva. Em segundo, porque a indústria tenta manter suas taxas de lucros (a rentabilidade das empresas caiu nos últimos três anos), atualmente também devoradas pela inflação, contendo o avanço das contratações e, sistematicamente, organizando programas de racionalização, que concluem, geralmente, pela dispensa de uma parcela dos trabalhadores.

No setor agrícola, o crescimento global deverá ser superior a 10% ou, pelo menos, estará próximo a este número. E isto representa uma importante informação anti-recessiva. A safra do verão de

1980, no Brasil, segundo dados oficiais, foi comercializada por algo próximo dos Cr\$ 290 bilhões contra menos de Cr\$ 100 bilhões no ano passado. Isto significa uma circulação de dinheiro, em todo o interior dos estados do Centro-Sul (que representam quase 70% da produção nacional de grãos), suficiente para não aumentar as taxas de êxodo rural com as quais o Brasil já convive há anos e para manter a atividade econômica do interior.

No setor terciário, as informações são mais difíceis de avaliar. No campo financeiro certamente há dificuldades provocadas pela imposição de limites estreitos de crescimento da oferta de crédito do setor. Mas o comércio mostra globalmente uma performance muito favorável, dentro das circunstâncias. Segundo os cálculos dos próprios lojistas, o aumento real das vendas estará ao redor dos 5% em 1980. Em termos locais, no entanto, algumas regiões estão convivendo com graves dificuldades. Em Minas, principalmente nos grandes centros industriais, o chamado comércio local apresenta vendas negativas desde abril ou maio. No Rio de Janeiro, as dificuldades do comércio também são conhecidas. Mas em todo o Sul do país, incluindo São Paulo, as taxas são positivas.

É preciso, ainda, incluir no item comércio as negociações com imóveis, que passam no momento por grande expansão em todo o Centro-Sul do país, em virtude também da falta de alternativa em termos de investimentos.

Este poderá ser um quadro exageradamente otimista se não se levar em conta que o nível de emprego em termos industriais, deve estar estacionado ou crescendo a uma taxa de 1% (as informações são muito imprecisas e divul-

gadas com atraso). Em termos globais, ou seja, incluindo as atividades terciárias e agrícolas, o crescimento da oferta de emprego deve ser favorável. Mas nos grandes centros urbanos, podem ocorrer problemas ainda mais graves do que os que já existem, no final deste ano e no começo do próximo.

Se o Governo decidir manter, custe o que custar, os atuais limites no fornecimento de crédito, estará se arriscando, então sim, a provocar uma drástica redução nas atividades industriais, com reflexos previsíveis no nível de emprego e no salário médio dos trabalhadores, mas com reflexos imprevisíveis sobre o comportamento global da economia. Pois, se é verdade que a política econômica oficial não busca a recessão, o fato é que está sendo perseguido um disciplinamento geral da economia — e, ao mesmo tempo, uma correção dos rumos com a substituição de setores que antigamente lideravam o processo industrial — provocando um clima de incerteza e de algum pessimismo. E isto é um passo em direção ao retraimento.

Um pessimismo que poderá se acentuar quando ficar perfeitamente claro que o período de dificuldades econômicas será mais prolongado do que se esperava. No próximo ano, por exemplo, estão sendo previstas algumas dificuldades adicionais na captação de recursos externos. E isto determinará, seguramente, uma forte contenção das importações, inclusive de petróleo. Se esta política coincidir com a não efetivação da grande safra de verão que se espera, a situação será muito grave. Pois a alternativa para evitar a queda do produto será, novamente, mais inflação e mais endividamento. Do contrário, a palavra recessão poderá realmente ser aplicada.

HÉLIO GAMA

O choro dos banqueiros não impressiona ninguém

O choro dos banqueiros de que os aumentos salariais pressionam os custos das instituições financeiras — repetido com insistência para não atender às reivindicações dos bancários nas últimas negociações de classe — não chegou a impressionar ninguém, muito menos a convencer. Não bastassem as recentes declarações do líder do maior grupo industrial brasileiro, Antonio Ermirio de Moraes, do grupo Votorantim, de que no Brasil existem duas classes, "os banqueiros e os outros", e que, em última instância, os primeiros são "agiotas", até mesmo documentos oficiais do Banco Central comprovam que, se os lucros dos bancos são hoje menores a razão é a sua má administração.

Todos sabem, é verdade, que o tabelamento das taxas de juros diminuiu o ímpeto dos patrões para manter a mesma rentabilidade de seus negócios dos áureos anos de arrocho salarial e verdadeiro desperdício. A questão dos juros deverá ser discutida com o Governo e não com os bancários. Mas, neste caso, os banqueiros não têm como se impor, como não tiveram como responder àquele grande empresário.

De fato, a mercadoria vendida pelos bancos é o dinheiro e seu preço é o juro. Se o preço é tabelado, certamente eles ganham menos. Mesmo assim, o dinheiro nada custa ao banqueiro — ele não paga pelos depósitos — enquanto o repassa sob a forma de empréstimos, cobrando juros, hoje, de ordem de 70%. É verdade que apenas 35% dos depósitos são emprestados a esta taxa, pois o restante acaba sofrendo limitações, como o recolhimento compulsório ao Governo (35% dos depósitos são esterilizados pelo Banco Central) ou é emprestada a juros subsidiados. Mesmo assim, o próprio Governo, ao impor esta política, reconhece que os lucros já são mais que suficientes.

Conclui-se, portanto, que até mesmo os juros tabelados não poderiam ser apontados como causa da queda dos lucros (embora o seja repetidamente) e muito menos os salários. A principal

razão das dificuldades dos bancos é sua própria ineficiência administrativa.

MÁ QUALIDADE

O próprio Banco Central, em documento oficial, assinado pelo diretor Antonio Chagas Meirelles e dirigido ao diretor do Banco Nacional, Germano de Brito Lira, aponta esta concorrência predatória, o desperdício de eficiência "reduzindo o lucro dos bancos". A instalação de agências, umas ao lado das outras, várias do mesmo banco na mesma cidade, bairro e rua, elevam os custos substancialmente, diz o diretor do Banco Central.

Além disto, muitos bancos adotaram sistemas administrativos e de processamento só aplicáveis a alguns poucos de grande porte. Esses bancos arcam com vultosas despesas em computadores e outros equipamentos sem que tenham alcançado condições para tais investimentos. Os resultados são também, por este motivo, deficitários. O problema é de tal ordem que, numa mesma agência, podem realizar uma multiplicidade de operações e serviços — depósitos de poupança e aplicações de investimento, além de cobranças de impostos, contribuições previdenciárias, PIS, FGTS, telefone, água e esgoto, lixo, pagamentos de salários, etc... Uma verdadeira benesse do Governo, sem que isto compense a má qualidade administrativa.

Tudo isto, sem se falar dos bancos estrangeiros, os quais, segundo seus balanços no exterior, revelam uma gigantesca remessa de lucros oriundos do Brasil, como é o caso do Citibank, que contribuiu para o lucro de sua matriz em quase 20% do total. O Brasil é o maior gerador de lucros daquele banco fora dos Estados Unidos. Já os brasileiros, impotentes para discutir com o Governo e com os empresários a questão dos juros, querem que seus empregados compensem o desperdício de eficiência, bancando com seus salários os prejuízos decorrentes desta concorrência predatória.

R.H.

Missão cumprida.

Depois de dois anos de experiência, nos sentimos mais tranquilos ao iniciar o trabalho da terceira edição do Ano Econômico. Edição 81. Até agora, foram dois anos de análises da economia gaúcha, e nesse período pulamos de 1.200 para 2.000 empresas analisadas através de seus balanços, divididas em 28 ramos de atividade. Em 81, não deixe sua empresa fora do Ano Econômico.

Agora, o
Ano Econômico 81



ANO ECONÔMICO

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

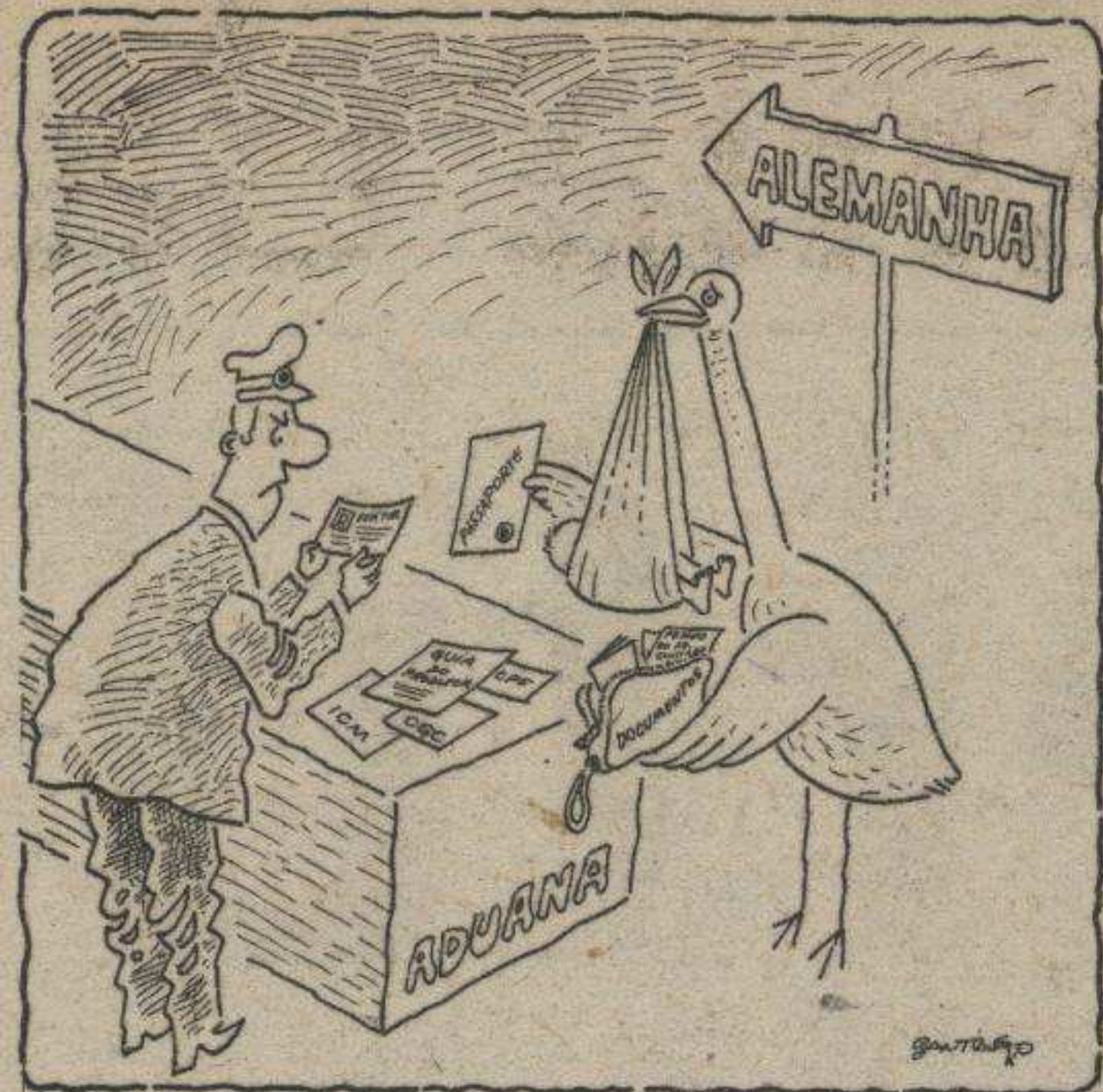
A população diminui na Alemanha

Nos últimos anos, a taxa de natalidade em toda a Europa tem apresentado um crescimento negativo. Na Alemanha, os cálculos indicam que essa diminuição chegou aos 2%. Em Hamburgo, que tem uma população de 1,7 milhão de habitantes, nasceram apenas 16 mil crianças em 79, para uma população feminina em idade de procriação de 400 mil mulheres.

Não chega, assim, a ser uma surpresa que os cálculos oficiais de Hamburgo façam previsões de que entre 1985 e 87 a cidade terá sua população reduzida para apenas 1,6 milhão de habitantes. Nessa situação, qual a importância de um serviço de planejamento familiar?

Para a Sociedade Alemã de Aconselhamento Sexual e Planejamento de Família, conhecida na Alemanha como *Pró-família*, muita. Porque segundo Holz Gartner, um administrador de empresas de 49 anos que chefia o comitê da *Pró-família* de Hamburgo (sete escritórios) anterior mesmo à disseminação de clínicas do grupo pela Alemanha, verificada a partir de 61, é cada vez maior o número de gravidezes indesejadas na Alemanha.

Assim, hoje ocupa lugar de destaque no trabalho da *Pró-família* o envio de folhetos e material de divulgação para escolas, e famílias junto à correspondência



de seguro, fazendo um amplo e claro esclarecimento dos métodos contraceptivos. Não se trata, porém, de uma luta fácil. Numa pesquisa recente, apenas 19% das pessoas consultadas demonstraram conhecer a existência da entidade.

Desta forma, embora a divulgação das possibilidades de um planejamento familiar seja o primeiro objetivo da *Pró-família*, ela acaba mesmo é dedicando mais de 50% de seus esforços aos seus outros dois objetivos: aconselhamento sexual para casais desajustados e aconselhamento sobre aborto — que segundo a legislação alemã depende de autorização médica nos casos em que a gravidez significa perigo físico para a mulher, é possível prevenir o nascimento de crianças defeituosas ou então quando a gravidez resultou de violência sexual ou ainda quando a gravidez provoca uma situação de dificuldade econômica ou psicológica para a mulher.

A *Pró-família*, assim, tem de resolver, em muitas situações, sobre a possibi-

dade de a mulher fazer aborto. "Se uma moça de 14 anos fica grávida, para a *Pró-família* é uma situação de dificuldade suficiente para recomendarmos o aborto", exemplifica Gartner. Sua possibilidade de ação, contudo, nem sempre é tão ampla. Em geral as moças que procuram a *Pró-família* chegam já com uma recomendação médica aconselhando o aborto. Nesses casos, ela vai à *Pró-família* apenas para buscar o carimbo autorizando aos hospitais alemães ou clínicas, a realização do aborto dentro de todas as condições de higiene.

Foram feitos dessa forma 54 mil abortos na Alemanha em 79. Este número, porém, está longe de ser o total do país, porque nem todos procuram as clínicas da *Pró-família*. Cálculos realistas estimam em 50 mil as mulheres que voaram até à Holanda (apenas 400 de Hamburgo) em 79 para fazer lá o seu aborto, a maioria delas originárias do conservador sul da Alemanha. E milhares de outras mulheres, em sua maioria também do sul, atravessam a fronteira para procurar médicos austríacos.

Essa busca de auxílio no exterior por parte das mulheres do sul da Alemanha talvez se explique pelos escassos subsídios que as clínicas da *Pró-família* recebem dos governos conservadores sulistas. "Sem subsídios do Estado é muito difícil de sobreviver", diz Gartner, que em Hamburgo recebe 400 mil marcos do orçamento estadual de 5 bilhões de marcos. De qualquer forma, nenhum alemão vê uma solução para o progressivo encolhimento da população.

WALTER MORAES

Prev-Saúde, a volta das teorias de Malthus?

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAUJO CARRION*

São por demais conhecidas as concepções de Thomas R. Malthus no final do século 18 sobre as razões da pobreza e de como superá-la. Partindo da constatação de que a população aumenta mais depressa (progressão geométrica) do que a produção de alimentos (progressão aritmética), causa profunda da miséria, chegou à conclusão de que os trabalhadores eram os próprios responsáveis pela sua miséria já que, mantendo muitas relações sexuais, aumentavam rapidamente o número de filhos. A solução seria, então, segundo o autor, os trabalhadores se absterem da prática sexual freqüente, evitando assim o excesso de filhos.

A tese neo-malthusiana ressurgiu em 1950, no momento em que aumenta a contradição econômica e demográfica entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido. Ela vai ganhar novo fôlego durante as duas décadas posteriores, quando as conclusões de várias reuniões internacionais importantes (Informe do Clube de Roma, em 1970, Relatório McNamara, em 1974, entre outras) vieram reforçar as teses dos discípulos contemporâneos de Malthus.

Coincidindo nas suas posições e reconhecendo a distância entre países pobres e países ricos, estes relatórios colocaram como o grande obstáculo ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo o crescimento acelerado das suas populações. Mas esqueceram que as causas poderiam ser o regime de posse da terra, a remessa de lucros sofrida pelos países subdesenvolvidos, a pilhagem de seus recursos naturais, o modelo de industrialização dependente e tantos outros problemas decorrentes do tipo de desenvolvimento dependente e deformado dos nossos países.

BARREIRAS SOCIAIS

Baseados nestas teses, surgiram os conhecidos programas de controle da natalidade nos mais diversos países do mundo subdesenvolvido e uma infinidade de organismos encarregados de financiar e aplicar esses programas.

Seria, entretanto, de se perguntar se a explosão demográfica é causa ou efeito do subdesenvolvimento. Já houve quem dissesse que os governos estão aplicando a "demografia de cabeça para baixo". É inegável a ocorrência de um crescimento vertiginoso da população mundial nos

dois últimos séculos, assim como o agravamento das contradições do sistema capitalista, sobretudo nos países pobres, em função deste crescimento.

Mas existem outros indicadores que devem ser considerados na abordagem da questão: a população mundial continua a crescer em termos absolutos, porém sua taxa de expansão já se encontra em declínio. Segundo os historiadores, esse declínio começou no século 19 para os países desenvolvidos, chegando hoje a ser até negativo em muitos deles, como na Alemanha Federal (veja matéria nesta página).

Outro fator negligenciado pelos neo-malthusianos é que o crescimento econômico e científico da humanidade é tão importante quanto o seu crescimento demográfico. Além disso, as possibilidades da produção industrial são enormes, o que acontece igualmente com a agricultura, caso sofra as mudanças sociais e técnicas que se impõem. Dados da FAO mostram que, de 1952 a 1972, a taxa de incremento da população mundial foi de 3,9%, mas a da produção alimentar chegou a 5,8%.

Cabe constatar igualmente a existência, nos atuais países subdesenvolvidos, de barreiras sociais dificultando uma redução drástica das taxas de natalidade. O sistema de acumulação de capital nestes países tem necessidade de uma reserva de mão-de-obra. Logo, a queda muito grande do crescimento populacional poderia criar uma escassez relativa de força de trabalho, pressionando os salários para cima.

Por outro lado, nos setores pré-capitalistas, a família é não só unidade de consumo, mas também de produção — donde, um maior número de filhos significa um maior número de braços para o trabalho. Acrescentaríamos ainda que nos países onde o Estado não fornece uma previdência social decente ao trabalhador, a família é lugar de segurança e solidariedade.

E O BRASIL?

Embora só agora a questão do controle da natalidade esteja sendo amplamente divulgada no Brasil, na realidade já ultrapassamos mais de uma década de experiências e ensaios.

No governo Costa e Silva, aliando-se à reação da Igreja contra a limitação da natalidade razões de ordem econômica e política, argumentava-se que necessitávamos de braços para o crescimento da economia e de gente para ocupar os espaços vazios de nosso território, exigência imposta pela segurança nacional. En-

tretanto, setores do próprio Governo, expressando contradições internas, defendiam medidas de controle.

Em 1974, na Conferência sobre População, da ONU, a posição do Brasil foi a de não interferir nas decisões da família, mas apenas colocar ao alcance das famílias de renda mais baixa os meios e as informações necessárias sobre a questão. Em julho de 1977, foi lançado o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco, que, mesmo não aplicado, despertou uma acirrada polêmica.

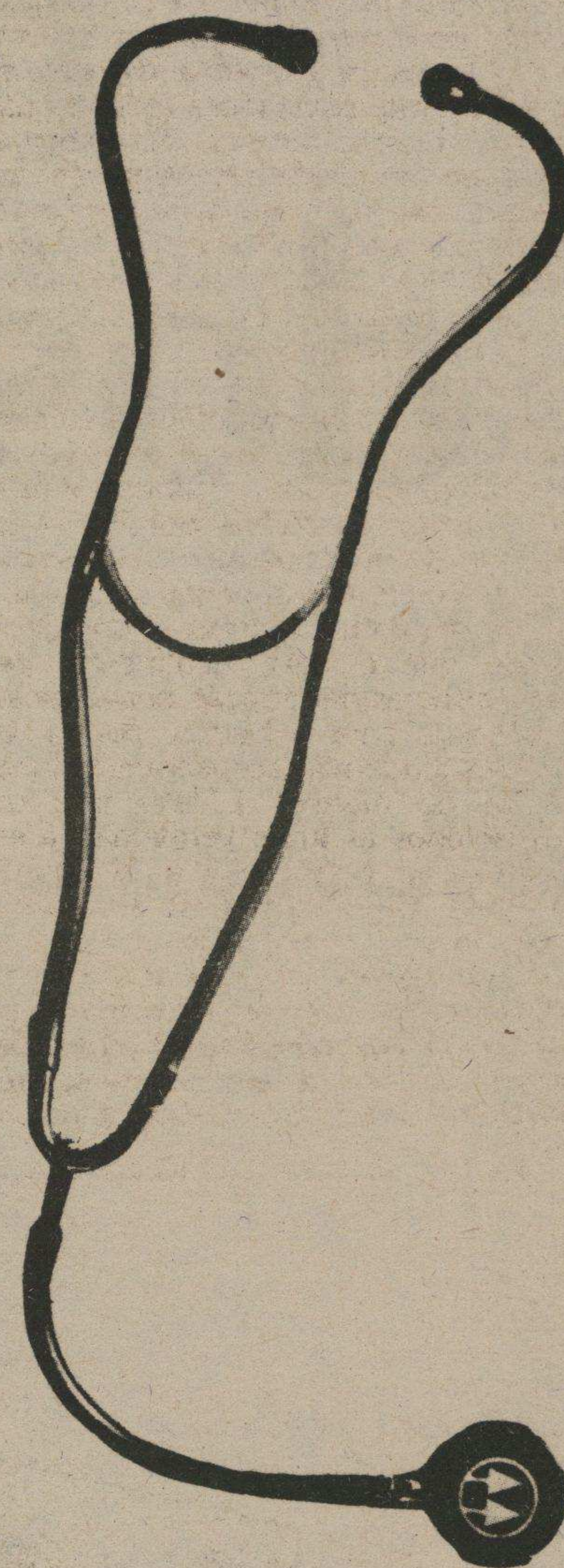
Fala-se, atualmente, num novo projeto do Governo para controlar a natalidade, a ser lançado, e que faz parte do Prev-Saúde, ligado aos ministérios da Saúde e da Previdência Social — cautelosamente denominado de *Planejamento Familiar* e enfatizando a "paternidade responsável".

As justificativas oficiais do programa em causa (acabar com os bolsões de miséria e com a mortalidade infantil), e a prática de instituições como a Bemfam provocam imediatas desconfianças. Conforme artigo publicado no *Correio do Povo* (6/3/80), a Bemfam no Rio Grande do Norte, cuja atuação é feita em convênio com a Secretaria da Saúde, está esterilizando mulheres nos bairros periféricos.

Tudo leva a crer que para os antinatalistas o planejamento familiar seria a panaceia para todos os nossos problemas sociais. Mas, seria realmente necessário controlar o crescimento da população para que um país possa se desenvolver? Cabe lembrar que, segundo os especialistas, a taxa de fecundidade depende muito mais da intensidade da motivação do que da legislação familiar.

E onde fica a mulher nisso tudo? As mulheres, as primeiras interessadas porque vítimas na questão, nunca foram consultadas em nenhum programa oficial. Ao contrário, as decisões têm sido tomadas à sua revelia, o seu corpo sendo considerado objeto do jogo de interesses econômicos, de acordo com a maior ou menor necessidade de braços para alimentar o sistema. Desrespeitando os seus direitos e a sua individualidade, o corpo da mulher tem sido usado como patrimônio social, mesmo que sem o seu consentimento. Logo, cabe a ela o controle do seu próprio corpo — sabendo em que momento e quantos filhos deseja ter —, e não a um programa que lhe é imposto mesmo que sob a inspiração da "paternidade responsável" —, pois não existe responsabilidade sem liberdade de escolher, de dirigir e de controlar as suas condições de vida.

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS



A segurança de um atendimento com cobertura em todo o território nacional. A qualidade do *Sistema Unimed* com atendimento no próprio consultório particular do médico escolhido. O custo mais baixo, conseqüências de um sistema sem intermediários. Estes são os fatores que fazem do *Sistema Unimed* o melhor para a Assistência Médico-Hospitalar da sua empresa ou família.

UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 345
Fones: 31-1162 e 31-1677

* Integrante do grupo Ação Mulher/Porto Alegre.

"A abertura não precisa dos louquinhos"

O coronel do Exército Jarbas Passarinho, 60 anos, acreano de Xapori, senador da República pelo Pará, líder do governo, é hoje, talvez, um dos mais importantes nomes da abertura política no parlamento brasileiro. De raízes conservadoras, mas com "os olhos no futuro", ele diz que o País precisa se reeducar politicamente depois de 10 anos de regime autocrático.

Já foi citado várias vezes como candidato à Presidência da República. Em Brasília correm boatos de que ele recebeu ordens para se preparar para a sucessão de Figueiredo. Passarinho nega. Revolucionário de 64, foi governador do Pará no governo Castello Branco e duas vezes ministro de Estado. Do Trabalho, no governo Costa e Silva, e da Educação

e Cultura, no período Médici. Sua formação política inclui a participação em grupos comunistas, na década de 30, quando estudante — "distribuí panfletos e aprendi a enrolar os dedos com papel, para não deixar impressões digitais" — e foi diversas vezes alvo de tentativas de aliciamento pelos integralistas de Plínio Salgado.

Nesta entrevista aos repórteres Ariosto Teixeira, Luis Recena Grassi e Maria da Graça Seligman, do Coojornal, Passarinho confessa ser um admirador da análise marxista da história, mas afirma que Marx falhou quando foi profeta e errou quando terapeuta. Aconselha o acompanhamento e a participação na História sem a queima de etapas. Chama a atenção para os aspectos específicos do caráter das forças armadas brasileiras e latino-americanas. Distribui críticas à extrema direita e à extrema esquerda: "Abertura precisa ser ajudada pelos que não são louquinhos, irresponsáveis", diz. A liberdade de imprensa é fundamental para ele, e o processo de democratização do País não corre riscos, segundo sua visão. "Correria se não tivéssemos perspectivas na solução de nossos problemas econômicos, se tivéssemos adotado uma política de recessão. Se fosse assim, eu diria que a abertura corria um risco grave; mais grave que a bomba dos energúmenos, que a bomba dos loucos". Cita Simone de Beauvoir para dizer que a ideologia da direita é a do medo, "a ideologia dos que se sentem ameaçados, quer nos seus privilégios, quer nas suas convicções". A esquerda, de acordo com Passarinho, "precisa entender que não tem força, que não vai derrubar o Governo".

O líder do governo fala sobre militares, imprensa, abertura, inflação, direita e esquerda

— O Sr. foi governador do Pará, governador indicado no Movimento de 64. Participou dos acontecimentos de 64. Como foi a preparação para o golpe, que depois sofreu o que o Sr. chama de "desvio" de seus objetivos?

— Toda a nossa preparação foi feita — e disso sou testemunha — nunca para dar um golpe e sim para resistir a um golpe. A nossa informação toda era de que o Brizola não deixaria que as eleições acontecessem, que elas passassem 64, e de que ele partiria para um golpe militar porque tinha perdido a esperança de vencer o Jango de algumas idéias. Então, começou aquela história de atacar o Congresso, de dizer que o Congresso era um bando de aproveitadores.



— Até quando existiu essa posição?
— Até janeiro de 64, eu posso garantir, a nossa linha era aquela de que devíamos nos preparar para o caso de um golpe partindo do cunhado do Presidente da República e de defender até o presidente. Ninguém suportava o Jango, mas achávamos que ele era um sapo que tinha que ser engolido. A imprudência da esquerda, pensando já ser poder e que apenas não estava no governo, levou a duas coisas que no meu entender foram fatais: o motim da Marinha, arrolando metalúrgicos e marinheiros, com a adesão dos fuzileiros; e o comício do Automóvel Clube, dos Sargentos.

— Isso provocou que reações?
— A hierarquia militar percebeu que estava ferida de morte. Ou reagia naquele instante ou estaria liquidada. Isso jogou inúmeros oficiais de tendência de esquerda, inúmeros oficiais amigos pessoais de Jango, a passarem para o nosso grupo. Esse sentimento se alastrou como um incêndio fulminante. Os irmãos Geisel (generais Ernesto Geisel e Orlando Geisel) vão aparecer nessa história no mês de março. Até março nenhum deles tinha participado nem do que eu havia participado. Eles estavam inteiramente na linha da legalidade, do tipo "eu derrubo este homem pelo voto amanhã, e tal".

— **Aí, ainda como militar da ativa, o Sr. vai ser governador do Pará?**

— O presidente Castello Branco não queria um militar da ativa como governador. Mas eu acabei sendo o nome do consenso e fui eleito, por via indireta. Foi aí que eu comecei a ler marxismo. Li para poder debater. Quem sabe até me encantaria de novo, como quando era jovem e me via cercado pelos comunistas, de um lado, e os integralistas, de outro. Li tudo. Apanhei material do próprio Partido Comunista, o Dicionário das Ideias da Academia de Moscou. Fui lendo e preparando argumentos, desconfiando da viabilidade de fazer um sistema coletivista obrigatório sem tirania. Travei nessa época debates com o pessoal da AP (Ação Popular) e com os grupos comunistas. A AP não era marxista ainda, isso vem depois.

“É uma síndrome a preocupação de perder a abertura”

— **E os atos de exceção, o Sr. os utilizou?**

— Eu já estava envolvido com a política. Apliquei o Ato Institucional em toda a gama de suas punições, desde a demissão a bem do serviço público até a disponibilidade. Todos os casos permitindo a defesa ampla.

— **E a sua visão dos outros atos?**

— Ela é muito clara. A visão do AI-2 é a do grupo chamado "linha dura". Esse grupo não queria nem a posse do Negrão de Lima, no Rio, nem do Israel Pinheiro, em Minas.

— **O Sr. foi desse grupo?**

— Eu penso que eles queriam uma audiência comigo. Eles dizem hoje que foram convidados para vir a mim, pelo Gilberto Azevedo, um deputado do Pará muito ligado a mim e a eles. O fato é que os recebi no Hotel Serrador. A proposta deles era o Castello Branco não dar posse aos governadores eleitos. Eles punham a tropa na rua e readmitiam a chefia do Castello como líder. Nada disso aconteceu. Eu e o Ney Braga, do Paraná, fomos ao Rio de Janeiro, falar na televisão, contra a pregação do Carlos Lacerda, dizendo que a revolução fora vitoriosa.

— **Depois disso é que houve o "desvio", a que o Sr. se refere, da vocação democrática do Movimento de 64, já então em 1968?**

— Houve realmente um desvio nítido do movimento de 64, por pressão interior da revolução. Um grupo mais exaltado, que achava que a revolução estava se perdendo, que não tinha sanado o território, que ia entregar poderosos estados, como o Rio Grande do Sul, Rio e São Paulo, a grupos comprometidos com a esquerda. Que achava que os comunistas foram mais uma vez inábeis ao fazer campanhas no Rio de Janeiro colocando alto-falantes contra o Ministério da

Guerra, onde diziam as coisas mais provocadoras. O movimento tinha indiscutível vocação democrática e, entretanto, desviou-se, dado o reagrupamento imediato das esquerdas após a vitória das armas. Então, armaram o braço da direita. Mais uma vez armaram o braço da direita e caiu o AI-2. O resto já se sabe, com as consequências do AI-5.

— **Em discurso recente no Congresso, a propósito do clima vivido pelo País depois das bombas lançadas contra a OAB e a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o Sr. cunhou a expressão "síndrome do retrocesso". O que significa na realidade esta expressão?**

— Eu chamo de "síndrome" porque vocês, jornalistas, que falam comigo todos os dias, perguntam sempre — é raríssimo quando não o fazem — se esta ou aquela medida não poderá levar a um retrocesso. Se a votação deste ou daquele projeto não poderá levar a um fechamento. Acho que é uma síndrome esta preocupação de quem tem medo de perder a abertura já feita.

— **E não há esse risco, a possibilidade de fechamento?**

— Eu tenho tido o cuidado de salientar sempre que é um pensamento determinado do presidente Figueiredo não abrir mão dessa decisão, de fazer a democracia custe o que custar. Esta é uma decisão inabalável. Agora, nós temos que ser apoiados, ajudados pelos que não são louquinhos, irresponsáveis, que ficam aí fingindo que podem derrubar pela força quando a esquerda não tem força nenhuma.

— **Mas não é só a esquerda. A direita está fazendo coisas piores.**

— Pois é. Há agora, também, um grupo radical de direita, que é saudosista do AI-5, saudosista das ações de força, adotando atitudes e ações que têm preocupado o Governo. Tivemos, desgraçadamente, vítimas fatais. Nós achamos que são obstáculos que podem surgir. Quando eu respondo a vocês, eu respondo no balanço final, e posso afirmar que ao ponto de não haver mais abertura, dela ser barrada, eu digo que a esse ponto prejuízo não haverá. Dificuldade há. Essas coisas criam dificuldades. É por isso que eu afirmo que nós precisamos nos reeducar politicamente. Quem passou dez anos num processo autocrático, não totalitário, mas autocrático, tem que se reeducar. Eu sei que é mais penoso ter que votar não sei o quê, debater, discutir profundamente, fazer manobra para derrotar o adversário, mas tem que ser assim, democracia também é isso.

“Aqui não se pode dizer impropérios para os militares”

— **Como o Sr. vê a participação dos jornais na abertura, da grande imprensa, principalmente?**

— Eu não me queixo. Nem da grande imprensa nem de certa área da imprensa alternativa, como por exemplo o *Coojornal*. Eu li e recortei coisas que vocês publicaram. A primeira entrevista que dei, para o *Coojornal* foi lá no Pará, sobre a Guerrilha do Araguaia. Acho que vocês cometeram uma grande imprudência na hora em que parece que subornaram um cabo para dar um documento secreto do Exército.

— **Não é bem assim, este é um assunto que ainda não está definitivamente resolvido. Agora, uma pergunta: a publicação desses documentos pode ser tomada como um fato grave numa democracia ou dentro do processo de abertura? Afinal, não é necessário dar liberdade aos jornais para que eles registrem corretamente os fatos e não sejam acusados de omissão?**

— Talvez a publicação do documento em si não seja. O grave é o precedente, a forma exitosa de conseguir pôr a mão em coisas dessa natureza. Isso põe imediatamente o Exército em sobressalto. Você não pode comparar certas coisas que nós vivemos com a de outros países. No caso do *Coojornal*, eu achei uma grande imprudência se houve realmente suborno para retirar o documento de uma área sigilosa. O documento eu li e não vi



“Há agora, também, um grupo radical de direita, que é saudosista do AI-5”

grande diferença das coisas que vocês tinham publicado sobre o Araguaia. O que deve ter causado mais efeito foi o inusitado do fato. É um documento secreto que subitamente aparece no jornal.

— **Mas nas democracias é assim, a simples publicação de um documento não pode gerar um problema político da maior gravidade, e, se gerasse, é porque realmente estava havendo algo de errado, que a Nação precisava saber.**

— É preciso estabelecer as diferenças. Outro dia eu disse ao senador Paulo Brossard que nos Estados Unidos o presidente não precisa de autorização do Congresso para viajar (NR: refere-se aos problemas que o PDS enfrentou no Congresso com a oposição negando-se a autorizar o presidente Figueiredo a viajar ao Chile). Ele disse: "Bem, mas nós estamos no Brasil". Agora, quando certas coisas acontecem aqui vocês lembram lá. Nos Estados Unidos é assim, os documentos do Pentágono foram publicados e vocês lembram. Quando nós lembramos lá, vocês vêm para o Brasil dizendo: "Mas aqui é assim".

Eu não posso comparar os Estados Unidos com o Brasil num assunto desta natureza. É possível esquecer o papel que as forças armadas representam em países como o nosso? É possível pensar que as forças armadas do Brasil devem ser analisadas do mesmo ângulo político que as forças armadas dos Estados Unidos? Ai, sou eu quem pega a palavra do doutor Brossard: nós estamos no Brasil e não nos Estados Unidos.

— **Se estamos interessados em abertura temos que nos preparar. Nisso eu acho que toda a Nação está unida, todos querem a abertura. Apenas uma minoria de um lado e de outro é que não quer. Uns grupos de esquerda acham que uma ditadura de direita abreviaria o itinerário deles para o poder e, outro grupo, de direita, confunde socialismo com comunismo, acha que qualquer sindicato é uma ameaça, quando o sindicato é uma força de pressão legítima. O sindicato precisa se organizar realmente para combater a grande empresa; se não fizer isso vai perder o tempo todo porque o poder estará do lado do mais poderoso. Isto nós temos que compreender que faz parte do processo democrático.**

— **Onde está a diferença das forças armadas brasileiras das forças armadas americanas, ou francesas?**

— Na América Latina as forças armadas estão imbricadas, estão articuladas poderosamente com a área política, com o destino político dos países. O senador Tancredo Neves (presidente do Partido Popular) no meu entender cometeu uma grande injustiça quando disse que o Exército brasileiro passou a ser uma força intervencionista depois que começou a ter treinamento no Pentágono. Ele esquece que Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 trazido por forças militares que entrevistaram na política e, naquela ocasião, não sabia nem o que era Pentágono. Se você colocar um general aqui no Congresso e fizer o que se faz nos Estados Unidos, fazer ele ouvir os impropérios que o senador Church disse ao chefe do

Estado Maior das Forças Armadas... não dá! Não diz aqui, não está dentro da nossa concepção. Temos que amadurecer as coisas para chegar lá... se isso for prova de democracia.

Claro, este não é o caso de vocês. Mas, por exemplo, aquele caso do jornal *Hora do Povo*, botar uma relação de nomes como proprietários de contas bancárias secretas na Suíça, com dinheiro roubado do erário público... Isso é terrorismo político! Esta, evidentemente, é uma imprensa que não ajuda nenhuma abertura.

— **E as matérias sobre mordomias do Governo, publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo? Não são fatos semelhantes?**

— É bom e mau, mas não são semelhantes. Este grupo da *Hora do Povo* não é tolo. Quando ele resolveu fazer o que fez, deu uma demonstração de organização que nenhum partido dá no Brasil. 48 horas depois da publicação num jornalzinho de pequena circulação, o Brasil inteiro estava inundado das cópias xerografadas da notícia. A primeira prova de que houve uma articulação indiscutível está aí. A segunda prova é que eles sabiam que qualquer um de nós não tinha como se defender da acusação.

Se amanhã ou depois alguém disser: "Jarbas Passarinho é grileiro", como um pândego disse um dia destes, eu posso me defender. Eu mandei uma procuração de plenos poderes para ele, para ele ficar com a terra que eu tivesse no Pará. E matei a questão. Mas eles sabiam que eu não podia fazer isso na Suíça. A Suíça não deixa de modo algum, que o seu sigilo bancário seja atingido, quer para prova a favor ou contra. Se estivesse preparado para esta conversa, eu mostraria a vocês a carta que recebi do embaixador da Suíça. Assim que saiu a notícia eu fui lá, incontinentemente, e disse: "Embaixador, não é possível que eu não possa obter do governo de Vossa Excelência uma declaração dizendo 'Jarbas Passarinho nunca teve uma conta na Suíça'." É uma declaração negativa.

Ele foi para lá, passou um mês fazendo contatos, voltou e me mandou uma carta dizendo que infelizmente não poderia porque isso para eles também significa quebra de sigilo bancário.

“Vocês não vão aceitar dizer que o colega errou”

— **E o caso das mordomias?**

— No caso das mordomias é diferente. A mim me parece que o jornal (*O Estado de S. Paulo*) se diminuiu quando publicou uma coisa dessas, porque logo depois ele recebeu a demonstração clara de que a denúncia era infundada. As revistas *Veja* e *Isto É* — até me surpreendi — publicaram a planta da casa do Presidente mostrando que a piscina que ele tem lá foi feita pelo Israel Pinheiro, e não por ele. O mármore da churrasqueira, que disseram que existia, era um ladrilho em torno da churrasqueira. O presidente ainda disse: "Esse material eu paguei do meu bolso". Vários outros casos foram desmentidos.

— **Mas outros não foram...**

— Outros não foram. Mas acho que a notícia é completamente diferente da outra. Acho que o jornal não teve grandeza, porque pegou um tema de quatro anos atrás, que causou um grande efeito na época, e quis dar o repeteco. Mas que dê a oportunidade, evidentemente, para a pessoa se defender, e provar que não era a verdade, porque eram fatos concretos os que estavam sendo levantados.

Por exemplo, o caso do Rui Carvalho, secretário geral do ministério. Ele provou que o churrasco de despedida que ele deu, que o jornal disse que era para 500 pessoas, foi na casa dele, para 50 e poucas pessoas, ele pagou do seu próprio bolso, trouxe a prova do pagamento. Agora, isso eu considero o quê? O que vocês deveriam considerar, mas sei que não vão considerar? Irresponsabilidade do colega de vocês que fez a matéria. Mas vocês não vão aceitar dizer isso de público, nunca!

— **O Sr. é daqueles que vêem comunistas por todos os lados, comunistas infiltrados em toda a imprensa brasileira?**

LEIA e ASSINE

OCB

A Revista Nacional do Cooperativismo

a revista lida pelas pessoas que decidem dentro das cooperativas



Cr\$ 450,00

Aproveite esta oportunidade enviando-nos este cupom hoje mesmo.

SIM Quero fazer () assinatura(s) anual(is) (6 edições) de OCB

Nome _____ Estado _____

Endereço _____

Cidade _____

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

Uma publicação da Organização das Cooperativas Brasileiras
SCS, Ed. Barocat, sala 1.206,
fone 225-0275 - R. 41 - 70.309
Brasília - DF

— Não. Comunistas, fascistas, democratas, eles estão em qualquer organização. Seria até um insulto à nossa inteligência admitir que não há comunistas no Brasil. Por que entre nós não haveria comunistas? Há comunistas. Que há os que sabem trabalhar com inteligência em determinadas áreas é fora de dúvida, assim como houve fascistas que dominaram também determinadas áreas-chaves. O que eu acho é que a liberdade de imprensa é extremamente preciosa para ser posta em xeque, prejudicada pela publicação de coisas irresponsáveis. Ainda assim, eu digo: prefiro assim, pois me dá a oportunidade de bater à porta da justiça. Cansa, chateia, demora, mas é melhor do que a pura ilusão da censura.

— No caso de vocês, do **Coojornal**, não. Sinceramente, eu brindo vocês porque tentam fazer uma coisa que é um sonho que tive a vida inteira: fazer uma coisa sem patrão nem empregados. Uma empresa mútua, comunitária — e quando falava em empresa comunitária os imbecis pensavam que eu estava falando em empresa comunista! Belo ideal, saber que cada contribuição de vocês viria numa retribuição na razão direta do produto de cada um, da inteligência de cada um. Ai eu entendo cooperativa.

Mas, se estivesse na equipe de vocês no momento da publicação dos documentos secretos, provavelmente eu diria: não mexe com isso, não mexe porque não ajuda. Agora, eu não posso é comparar o **Coojornal** com um *Hora do Povo*... com uma coisa dessas que está aqui (mostrando o exemplar do *Pasquim*, com um desenho alusivo ao primeiro aniversário do governo Figueiredo). Nós não estamos ainda na fase em que o sujeito pode botar o Presidente fantasiado de libélula dourada cercado de ministros aveadados (aparecem, no desenho, alguns ministros, entre os quais o das Minas e Energia, César Cals, do Planejamento, Delfim Netto, e da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva). Não dá! É difícil você admitir que pode partir da censura pura e simples para isso.

“Faz isso com a mulher do Figueiredo, faz?”

— Mas está muito engraçado, não é Senador?

— É, engraçado é. Mas o que é que pode acontecer? Este exemplar me foi dado pelo Ministro da Justiça. Pouco depois, eu lia numa revista francesa um fato mais ou menos igual. Uma revista francesa publicou o retrato de uma vedete, nua, sentada no colo eriçado de um árabe, nu também. Na montagem, tiraram o rosto da vedete e botaram no lugar o rosto da mulher do presidente francês, Giscard D'Estaing. A revista publicou isso; o árabe lá todo agitado, a mulher sentada em cima dele, em pose lasciva, e a cara era da mulher do presidente da França. Em baixo, uma legenda: “A França entrega o que tem de melhor aos árabes”.

— Bom, eu te pergunto: faz isso com a mulher do presidente Figueiredo, faz? É possível fazer? Nós temos estágio cultural para aceitar isso? O Presidente ia tomar a atitude que o Giscard D'Estaing tomou, que foi só recorrer à Justiça e mandar apreender o jornal? O jornal teve sua circulação sustada e não foi publicada a foto. Depois o tribunal concordou que não podia sair e eles mudaram a foto. Aqui no Brasil, é possível que tivesse havido uma invasão do jornal. É muito do nosso estilo. Vocês não podem se despregar de nós. Somos gerações separadas no tempo mas ligadas na cultura. A nossa geração eu considero muito melhor do que as anteriores. Vejam a história do Rio Grande, a história de maragatos e chimangos. Vejam as coisas que o Magalhães Barata fazia lá em cima, os outros homens arbitrários do Nordeste.

— É por isso que eu vivo dizendo que precisamos todos nos reeducar. Eu aceitaria viver num País em que o sujeito pudesse dizer: esse general é um torturador, um bandido, um canalha, tem um cachorro que ele adestrou para atacar



“Não podemos botar o Presidente fantasiado de libélula cercado de ministros aveadados”

os testículos do indivíduo. O general vê isso, manda uma carta se defendendo, ela é publicada e tal... mas isso não é a nossa cultura! Vocês não podem queimar etapas. É preciso fazer um processo de transformação, acelerar isso, para que afinal aqueles que vierem depois de vocês encontrem um País com uma democracia estável. Ai sim, se ela é estável ela agüenta o balanço. Enquanto isso não acontecer, não dá! Não dá mesmo!

— É isso, a democracia estável. Como andam os caminhos que nos levarão a ela?

— Estamos na busca da estabilidade. Estamos atrás dela. É preciso desencorajar esse grupo de direita, esse pessoal das bombas e dos incêndios em bancas de jornais. É necessário desencorajá-los, fazê-los saber que não contam conosco, que não vão nos fazer optar, que não vão nos forçar à opção. O truque é nos forçar à opção, criar um fato consumado e dizer, bom, agora se você não está comigo você é comunista. Como se isso fosse uma bela escolha.

— Nesta procura da estabilidade, como ficam as questões das eleições diretas, das prerrogativas do Congresso, as greves?

— As eleições diretas são um fato consumado. A greve, por exemplo. Vamos respeitar a greve. A greve pela greve, o grevismo, não ajuda ninguém. A greve de reivindicação é necessária como último instrumento de luta. Eu vejo a necessidade de os sindicatos serem fortes, estruturados, para poder discutir com o patrão em pé de igualdade. Agora, tratar certos sindicatos com privilégios é que eu não entendo, não vejo como isso pode ajudar o País.

— O que o Sr. quer dizer com isso?

— Por exemplo, vocês, jornalistas, fizeram uma greve em São Paulo, que fracassou. O Lula fez a greve que quis e ganhou tudo o que quis. E depois quis mais do que podia. Vocês sabem que a greve de vocês em São Paulo gorou completamente. O pessoal foi para lá, fez a greve e no fim o que aconteceu? Nem satisfação moral não recebeu! O Lula obteve aumentos acima do custo de vida, mais produtividade, e achou que era pouco. Cadê o poder do sindicato de vocês, que é um sindicato profundamente influente? Agora, manda os alfaiates fazerem greve, quem é que vai encampar? Então ai é que existe a injustiça social, na capacidade de barganha de cada sindicato.

— Mas, para termos sindicatos fortes nós precisamos de uma legislação sindical democrática, que nunca tivemos.

— Concordo, nunca tivemos uma legislação democrática para o sindicalismo. Concordo que a legislação sindical é de inspiração fascista. Isso é a verdade absoluta, pelo medo de que os comunistas dominem os sindicatos. E eles dominam! Os comunistas dominam! Tá uma coisa que é fatal. Nos países democráticos do mundo as grandes forças operárias estão na mão das lideranças comunistas. Elas são mais organizadas, mais objetivas e não pensam em doutrina. Pensam em pragmatismo.

— Já há condições no Brasil para mudar essa legislação?

— Acho que não é o imediato da transição. É uma discussão que me tem fascinado. Às vezes algum discurso surge na minha cabeça à medida que vou meditando. De súbito o sujeito quer o que não tinha em 1963, onde se dizia que estávamos no mais avançado processo de democratização. Quer-se logo o que nunca existiu. Acho que não é este o momento.

— E o Congresso, às prerrogativas?

— Vocês vejam: a inviolabilidade. Nunca existiu neste País a inviolabilidade total. Raros países no mundo têm a inviolabilidade irrestrita. Nós queremos agora essa irrestrita. A natureza não dá saltos, o canguru dá, mas a natureza não. Então tem que vencer etapas, sem queimá-las pura e simplesmente.

— E o decurso de prazo?

— O decurso é um fato novo, absolutamente novo na legislação brasileira. Ele surge como uma resposta nítida dos Executivos aos Legislativos no mundo. Em regra, mesmo aqueles que não têm decurso começaram a ter instrumentos para não deixar que o Legislativo seja lento na decisão de coisas que os governos precisam transformar em lei. Ai vem o conflito. O exemplo clássico no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases, que ficou mais de 11 anos numa gaveta do Congresso. Se examinarmos o regimento da Casa veríamos que isso não poderia acontecer. Você pede vistas e tem cinco dias. Cinco dias não dá. Mas todo mundo é caciue, como vai mudar? O único recurso regimental então é botar no plenário uma urgência.

“Karl Marx errou quando foi profeta e terapeuta”

— O decurso de prazo não desfigura o Legislativo?

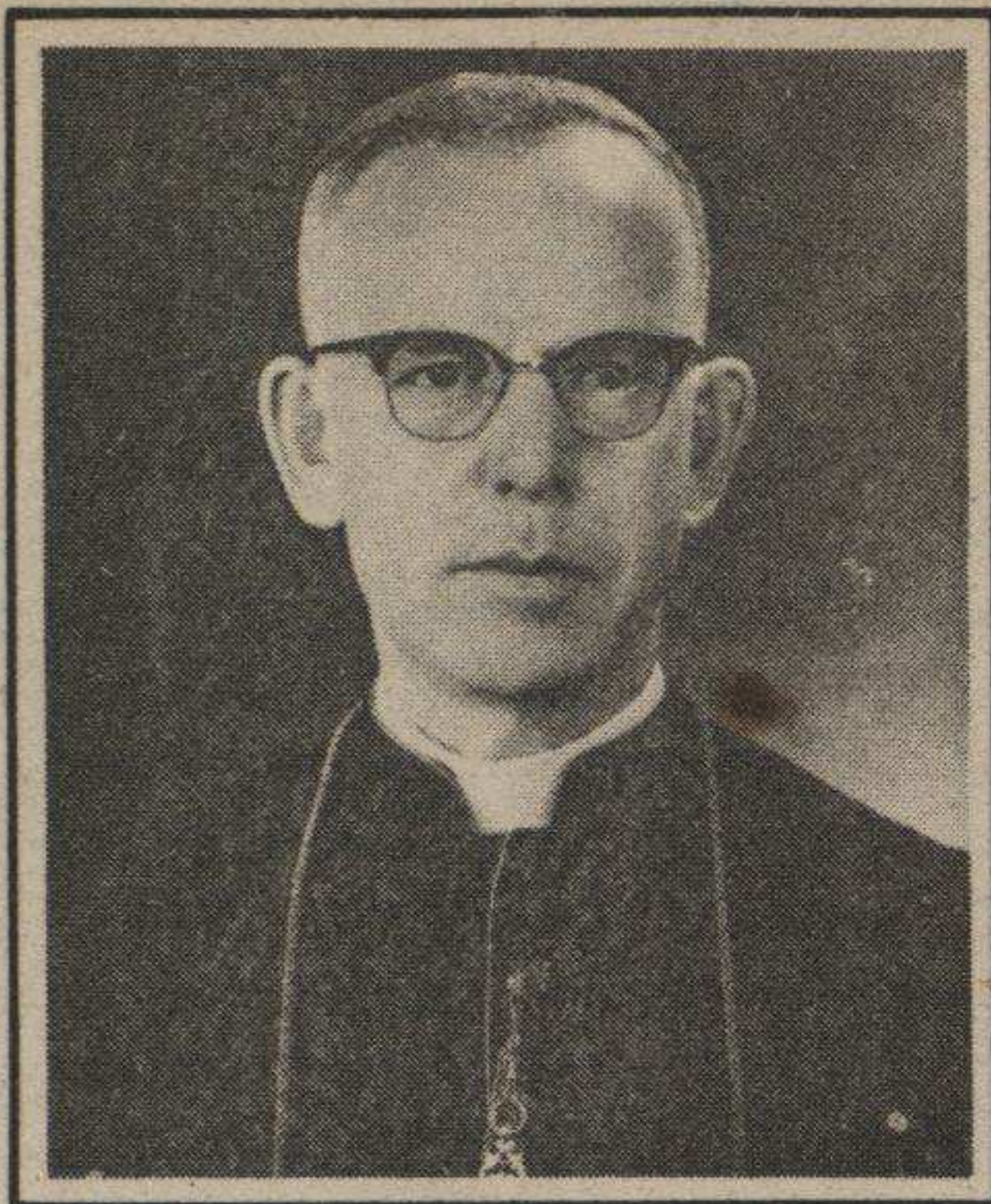
— Uma regra colocada como prerrogativa do Executivo nos assuntos considerados urgentes é aceitável, não desfigura Congresso nenhum. Se isso fosse para toda a legislação, aí então seria abusivo. Mas nos assuntos considerados urgentes, acho que não, acho que é aceitável. Não ofende o Legislativo. O que ofende é o Executivo comandar as eleições diretas para a mesa da Câmara, do Senado, eleições disso e daquilo, como sempre fez, desde o doutor Getúlio Vargas até hoje. O que ofende o Legislativo é ter perdido algumas prerrogativas que eu acho extremamente úteis, como a fiscalização sobre os atos dos demais poderes.

— O Sr. garante que a abertura veio para ficar. A situação econômica do País, a inflação de 109%, isso não pode truncar a abertura?

— Olha a sinistrose! É isso que eu chamo de “síndrome do retrocesso”. Mas a colocação é justa, é importante. Embora não sendo marxista, nunca fui um imbecil que negasse Marx na íntegra. Por exemplo, a crítica marxista ao capitalismo é realmente algo admirável. Karl Marx errou quando foi profeta e errou mais ainda quando foi terapeuta. Tanto que hoje os comunistas mais progressistas admitem que Marx foi traído, que tudo isto que está aí não é Marxismo, que teria de se recomençar tudo de novo. Agora, que a influência econômica é vital sobre o procedimento político, isso é. E que uma nação com fome, um país com uma inflação violenta dessa natureza, como a do Brasil, e que viesse a não ter perspectivas, ai eu diria que a abertura corria um risco grave; mais grave que a bomba dos energúmenos, que a bomba dos loucos.

— E há essa perspectiva de superação dos problemas econômicos?

— Claro que há, não tenho a menor dúvida. Nós optamos por uma política de crescimento econômico, mesmo com as dificuldades de toda a ordem que temos. Nós não adotamos uma política de recessão econômica. Se tivéssemos adotado esta política de recessão e jogássemos aí um desemprego em massa, você diria para o sujeito desempregado e sem alternativas: Fica com fome mas vive de abertura? Eu acho que temos boas possibilidades de vencermos estes problemas.



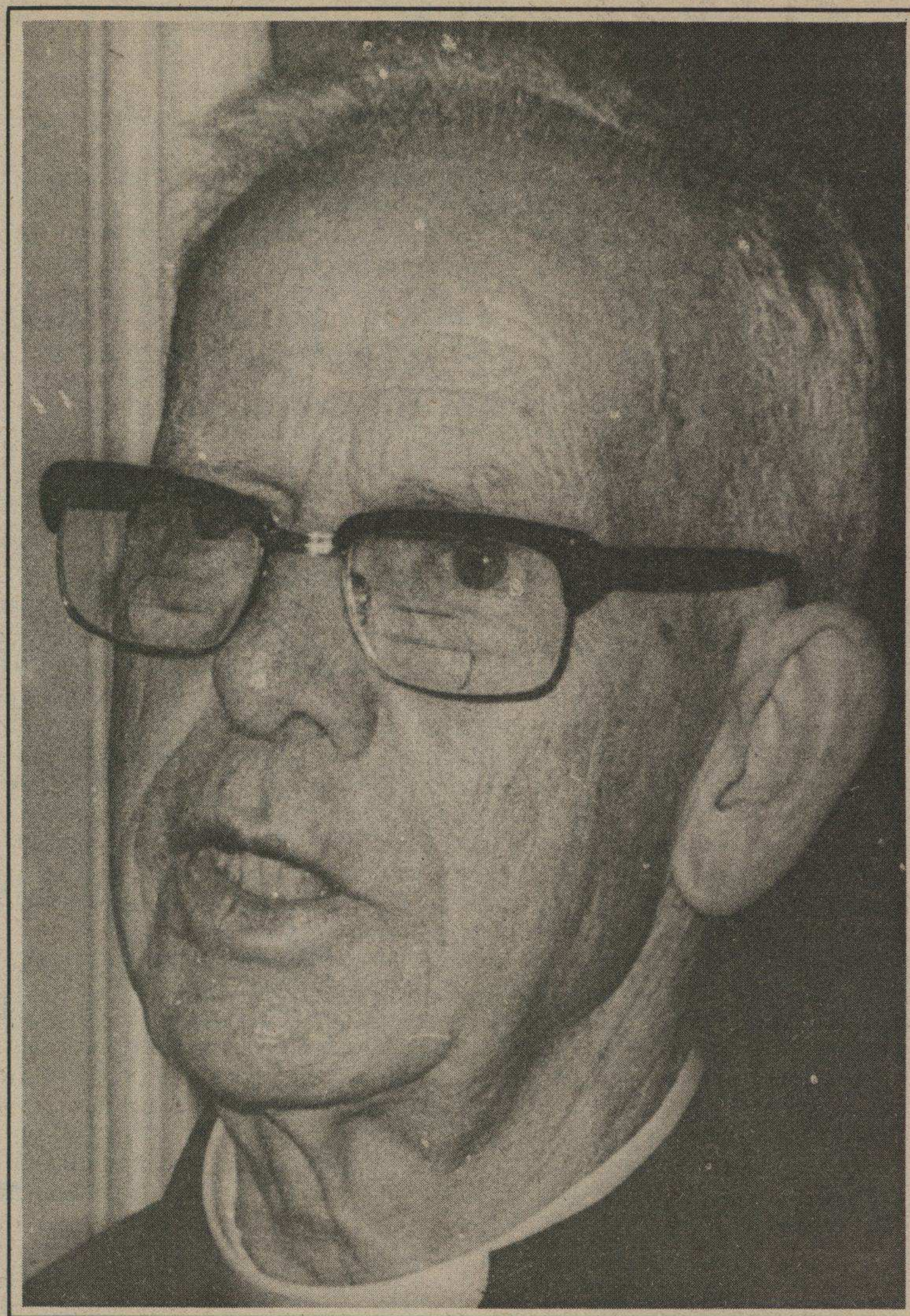
“Considero-me fiel conservador do que a Igreja ensina e

professa (...) Outros talvez falem mais, mas no terreno das realizações não tememos comparações”.

(Entrevista de dom Vicente Scherer ao Coojornal, pág. 16)

Por RAFAEL GUIMARÃES

A Igreja, segundo dom Vicente



Daniel de Andrade

Há uma frase da Bíblia, atribuída a São Paulo, que o cardeal dom Vicente Scherer repete com frequência a seus discípulos e subordinados: “Todo o poder emana de Deus e em nome dele deve ser exercido”. Segundo a interpretação de dom Vicente, esta passagem significa que os católicos devem aceitar a autoridade constituída, sem questionar se ela é legítima ou se comete eventuais abusos.

O comportamento de dom Vicente sempre foi coerente com este princípio. Da mesma forma com que aceitou o Estado Novo, em 1937, quando era apenas vigário da paróquia de São Geraldo — um bairro operário de Porto Alegre —, dom Vicente deu total apoio aos governos militares pós-64, já como arcebispo e, mais tarde, como cardeal. Mesmo com críticas e reservas, nunca negou a autoridade de João Goulart como presidente ou a de Leonel Brizola como governador do Rio Grande do Sul — apesar dos inúmeros atritos que teve com ele e das restrições que sempre fez à atuação de Brizola no governo do Estado.

Cultor do poder e cioso da autoridade, dom Vicente nunca permitiu, em seus 34 anos como arcebispo de Porto Alegre e nos anos em que ocupou cargos de mando no episcopado nacional, que as coisas saíssem de seu controle ou que suas ordens fossem ignoradas. Sempre que isso aconteceu, agiu com rigor e presteza.

Foi assim que, quando secretário do Apostolado dos Leigos da CNBB, em 67, não hesitou em dissolver a Juventude Universitária Católica (JUC), cuja direção teimava em não acatar suas ordens de abandonar a militância política. Eé assim que o cardeal de Porto Alegre domina a Igreja gaúcha, onde muito pouca coisa ocorre sem o seu prévio conhecimento.

Dom Vicente Scherer não gosta de dar entrevistas. Suas conversas com a imprensa são furtivas, ocasionais, e tratam quase sempre de assuntos específicos. Quando solicitado para entrevistas mais amplas e genéricas, ele geralmente recusa, mas nunca deixou de manifestar sua opinião sobre todos os assuntos ligados à Igreja, brasileira ou não, aos católicos e, especialmente, à política.

É através do programa *A Voz do Pastor*, transmitido todas as segundas-feiras pela Rádio Difusora de Porto Alegre des-

de 1961 e invariavelmente reproduzido pelos principais jornais do país, que dom Vicente Scherer anuncia a sua posição. O programa é considerado como a última trincheira do pensamento conservador que, aos poucos, vai perdendo terreno no episcopado brasileiro.

As campanhas presidenciais, o movimento da Legalidade, o golpe de 64, a reforma agrária, o divórcio, todos estes assuntos mereceram, cada um a seu tempo, a atenção de dom Vicente através do rádio.

Segundo o padre Tadeus Grings, amigo do cardeal há 25 anos, “ele não opina sem conhecer profundamente o assunto”. Seus programas, de fato, são recheados de citações de encíclicas, versículos, documentos da Igreja e trechos de pensadores católicos, principalmente europeus. O mais citado, entre os brasileiros, é o falecido Gustavo Corção, a quem dom Vicente brindava com uma gentileza exclusiva: a cada semana, recortava os jornais que publicavam a íntegra do programa e os enviava a Corção, que, por sua vez, também reproduzia frases do cardeal, acompanhadas de adjetivos elogiosos.

A partir de agosto deste ano, quando o programa completou sua milésima edição ininterrupta, dom Vicente passou a dividi-lo com os seus três bispos auxiliares. Um sintoma de cansaço do cardeal que, aos 77 anos, começa a preparar-se para sair de cena. Em 78, quando atingiu a idade limite, seguindo a praxe do Vaticano, dom Vicente solicitou formalmente a sua renúncia. Até hoje, porém, não houve nenhum pronunciamento oficial a respeito e o cardeal Scherer continua sendo o todo-poderoso da Igreja gaúcha.

Scherer, cardeal desde 1969, é o mais velho e o mais antigo dos 36 arcebispos brasileiros. É também o que está há mais tempo na mesma arquidiocese. Extra-oficialmente, comenta-se que a demora na indicação de um sucessor para dom Vicente reside no fato de que o Vaticano procura um nome que, ao mesmo tempo em que acompanhe a nova postura da Igreja brasileira, seja da inteira aprovação do cardeal. Dom Vicente não gostaria de ver em seu lugar, por exemplo, um bispo como dom Ivo Lorscheiter, atual presidente da CNBB e bispo da

diocese de Santa Maria, a 300 quilômetros de Porto Alegre.

Quando o Papa João Paulo II esteve no Brasil, elogiou duas virtudes de dom Vicente Scherer: a simplicidade e a fidelidade à Santa Sé. Enquanto a saúde permitia, o cardeal costumava caminhar pelas ruas centrais de Porto Alegre trajando uma simples e desbotada batina ou então podia ser visto dirigindo seu próprio automóvel em visitas às paróquias dos bairros. Além disso, em encontros coloquiais, ele há muito dispensou o beijo no anel, reverência tradicionalmente consagrada aos bispos.

Segundo um estudioso em assuntos da Igreja, “a presença do Cardeal Scherer num ponto estratégico do país, como é o Rio Grande do Sul, é um contrapeso imposto por Roma à independência da CNBB”. Verdade ou não, o fato é que os contatos de dom Vicente com Roma são diretos, e não através da CNBB.

Essa intimidade confere ao cardeal gaúcho, inegavelmente, alguns privilégios sobre seus colegas. Um deles, e o mais caro a dom Vicente, é o controle absoluto que ele exerce sobre a igreja no Rio Grande do Sul. Este Estado, estranhamente, possui apenas uma arquidiocese, enquanto o Paraná, por exemplo, tem duas. Existe um plano para criar mais três arquidioceses no Rio Grande (em Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas), mas, ao que tudo indica, ele só será posto em prática quando dom Vicente afastar-se do cargo.

Quem o desafiou, sofreu castigos

Outro privilégio, determinado pelas boas relações com Roma, é o de influir decisivamente na escolha dos bispos gaúchos. Segundo as normas do Vaticano, a seleção dos nomes para as dioceses inicia nas eleições regionais dos bispos, passa pelas investigações da nunciatura sobre os candidatos e é sacramentada pela Congregação dos Bispos. Como o principal elo de ligação entre dom Vicente e o Vaticano é o encarregado dos assuntos latino-americanos da Congregação dos Bispos, dom Sebastiano Bag-

gio, dificilmente é escolhido um nome que não agrade a dom Vicente.

No atual episcopado do Rio Grande do Sul, composto por 19 (*) bispos, apenas três não partiram de indicações de dom Vicente: dom Bruno Maldaner, bispo de Frederico Westphalen, dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, e dom Bernardino Zorzi, bispo de Caxias do Sul.

Dom Bernardino Zorzi, 72 anos, tem causado dores de cabeça a dom Vicente, principalmente pela atuação do Centro de Orientação Missionária (COM), destinado a formar agentes para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Há quatro anos, dom Vicente designou dom Paulo Moretto, homem de sua inteira confiança, para o cargo de bispo-auxiliar de Caxias do Sul, com o intuito de neutralizar a ação do COM. No entanto, dom Paulo acabou aderindo ao trabalho de dom Bernardino. Foi punido por isso.

Nas reuniões preparatórias ao Congresso de Puebla, realizado no ano passado no México, dom Paulo Moretto foi indicado pelos bispos do Rio Grande como um dos quatro candidatos gaúchos à comitiva da CNBB. Dom Vicente, porém, impôs aos bispos nacionais que seu nome fosse substituído pelo de Dom Antonio Cheuiche, bispo-auxiliar de Porto Alegre — que, afinal, acabou viajando para Puebla.

Por precaução, dom Vicente evita estimular a criação de Comunidades Eclesiais de Base em seus domínios. O número das existentes em Porto Alegre pode ser contado nos dedos. Elas são mais visíveis nos municípios vizinhos à capital e em algumas cidades do interior, sem qualquer apoio da arquidiocese de Porto Alegre, ao contrário do que acontece em outros estados, onde as CEBs fazem parte da própria estrutura das dioceses.

Existem pelo menos dois exemplos de pessoas que ousaram enfrentar a autoridade de dom Vicente e caíram em desgraça. Um deles foi o ex-padre Hugo Assmann, atualmente considerado um dos nomes mais destacados da Teologia da Libertação. Em 1967, Assmann era padre

Continua

"Não tememos comparações"

Arredio às-entrevistas, somente depois de muita insistência é que o cardeal Vicente Scherer concordou em falar ao **Coojornal**, em agosto — assim mesmo, por escrito. Ele demorou 12 dias para responder às seguintes perguntas:

— Em que sentido a visita do papa João Paulo II determinou um novo rumo para a Igreja no Brasil?

— Não diria que a visita do Papa traçou novo rumo à Igreja no Brasil. Ela reafirmou a continuação, com maior empenho e fidelidade, ou a necessária retomada, no caso de desvios, do caminho da Igreja, segundo as lições da mensagem de Cristo.

— Como Vossa Eminência interpreta a opinião do papa João Paulo II de que as Comunidades Eclesiais de Base são a mais original contribuição da Igreja brasileira?

— A formação de grupos menores favorece a participação ativa e viva de todos no debate e na promoção das causas e problemas que têm interesse coletivo e correspondem aos anseios e necessidades que todos sentem. Fortalecem o espírito de solidariedade, de união fraterna e a disposição para colaborar em objetivos comuns do grupo e do ambiente em que está integrado.

— No vosso entender, como devem funcionar as CEBs?

— As comunidades eclesiais visam antes de tudo um melhor conhecimento da doutrina da fé e um aprofundamento da vida cristã pessoal. São agrupamentos da Igreja e têm, por isso, idêntica finalidade. Inserem-se em comunidade maior que é a paróquia, e o dirigente desta, o vigário, dá-lhes a devida e indispensável assistência. Procuram igualmente discutir e resolver as dificuldades e situações de toda a ordem existentes no meio social e econômico em que estão localizadas. Como a Igreja, obrigatoriamente se abstêm, como grupo, de filiação e atividades político-partidárias e fazem a política do bem comum, isto é, de contribuir com todas as suas possibilidades para atender as reivindicações e remediar as falhas do próprio ambiente em que vivem seus membros. Afastando-se destas finalidades, as comunidades deixam de ser eclesiais, assumindo objetivos de diversa natureza, profissionais, contestatórios, eleitorais e até subversivos.

— Quais seriam os objetivos subversivos?

— A história das organizações eclesiais do passado comprova que o afastamento das diretrizes do episcopado, o envolvimento em política, leva os grupos à divisão e à dissolução. Um exemplo lamentável deste fato oferece o desaparecimento dos quadros da Ação Católica no Brasil. Começou pela Juventude Universitária Católica (JUC), que abandonou o espírito inicial e formou a Ação Popular. Desviou-se da doutrina social cristã e adotou princípios marxistas. Foi o início do fim. Esta mesma folha, o **Coojornal**, em sua edição de agosto, assinalou este fato. Com efeito, declarou Conrad Detrez, militante comunista, de nacionalidade belga, confirmando depoimento de outros, antigos adeptos destes grupos: "Para fazer a revolução, ligou-se à Ação Católica, organização cristã que se politizava, sob influência da revolução cubana. Quando ocorreu o golpe de março de 64, Detrez estava integrado à Ação Católica, a famosa AP, uma das principais fontes de quadros para a luta armada desencadeada pela esquerda brasileira nos últimos anos da década de 60" (pág. 10).

Referiu-se o mesmo jornalista também às Comunidades Eclesiais de Base, manifestando a opinião de que com elas se repetirá o mesmo fato. Ele disse que as CEBs são "um fenômeno religioso importante e inédito". Cabe aos bispos e ao clero zelar para que as comunidades não se afastem dos objetivos que determinaram sua fundação para não provocarem o desvirtuamento de sua finalidade e terem o trágico destino igual como o ramo seco que, sem a seiva revitalizante do tronco, cai e desaparece fatalmente.

— Como Vossa Eminência vê a comentada divisão da Igreja entre conservadores e progressistas?

— O cristão fiel ao espírito e ao ensinamento da Igreja necessariamente é um conservador do patrimônio imutável da palavra e das esperanças que têm Cristo como origem e penhor da verdade permanente. E é progressista porque procura meios e modos atualizados e eficientes que as mudanças e transformações reclamam para difundir a luz do Evangelho e encarnar sua doutrina na própria vida.

— Vossa Eminência considera-se um conservador?

— Considero-me fiel conservador do que a Igreja ensina e professa e ao mesmo tempo duvido que haja iniciativas oportunas, novas e reclamadas pelas circunstâncias que aqui se estejam obsta-

culizando ou omitindo. Outros talvez falem mais, mas no terreno das realizações não tememos comparações.

— Os adeptos da Teologia da Libertação costumam afirmar que o cristianismo e o socialismo buscam o mesmo fim com caminhos diferentes. Quais as diferenças entre as duas correntes de pensamento?

— Há inúmeras formas de socialismo com doutrinas e ideologias divergentes e contrárias que mais ou menos se afastam das posições católicas e cristãs em pontos fundamentais. Para uma conciliação não basta falar em ideal comum, como injustiça social e combate à miséria. Além destas, temos metas mais altas que numerosas formas de socialismo não aceitam e mesmo combatem. O crasso materialismo, a supressão da propriedade dos meios de produção, o desconhecimento e a negação dos valores transcendentes que o cristianismo por finalidade suprema afirma e cultiva não se conciliam com a quase totalidade dos partidos socialistas.

— Quais as prioridades da Igreja gaúcha?

— A Igreja entre nós, como a Igreja universal, de todos os tempos e lugares, tem como prioridade uma missão essencial e inalterável de natureza religiosa, educacional e evangelizadora. O homem renovado, liberto de suas falhas e fiel ao preceito básico de amor efetivo aos outros, necessariamente se torna um paladino da defesa dos fracos e injuriados.

— Como Vossa Eminência vê a situação dos operários no país e qual vossa opinião sobre o Partido dos Trabalhadores?

— Todos conhecem as dificuldades dos trabalhadores, principalmente dos pouco qualificados, que ganham o insuficiente para viver dignamente neste tempo de inflação e carestia. Procuramos socorrer até onde chegamos as nossas possibilidades. Apenas denunciar e acusar não resolve a situação das classes pobres. Também é fácil e cômodo criticar os abusos, os erros e as injustiças tanto do comunismo como do sistema "capitalista selvagem", sem apontar um terceiro caminho que ninguém no mundo até hoje descobriu. A doutrina social da Igreja sempre exaltou a proeminência do bem comum que deve orientar as atividades sociais e econômicas. O regime da iniciativa particular, próprio e essencial do sistema capitalista, não se vê como poderia ser substituído. Corajosas e renovadoras medidas legislativas sempre e cada vez mais deverão prevenir e coibir as injustiças e a servidão geradas pela descontrolada ambição e falta de consciência. Nenhum sistema social funciona, a não ser por desapietada e desumana opressão e violência, como no comunismo, quando o homem não se liberta dos seus vícios e não controla as suas paixões. A missão da Igreja precisamente visa à educação do homem, pelas motivações do Evangelho, para a justiça, a solidariedade, o respeito aos direitos alheios para implantar a desejada civilização do amor.

— A vosso ver quais as razões da proliferação de publicações eróticas registrada no país?

— A causa mais profunda é a indisciplina dos costumes e da vontade humana, que recusa o controle e o domínio dos próprios sentimentos e das poderosas energias da esfera sexual. Esta mentalidade, por sua vez, tem sua origem e explicação na falta de educação segundo as normas da doutrina cristã. Outra causa é o apetite insaciável de lucro e ganho obtido de qualquer maneira de acordo com o antigo ditado: "O dinheiro não tem cheiro". Por trinta moedas, os exploradores da pornografia sufocam a voz da própria consciência.

— Qual a origem dos atentados verificados recentemente no país, inclusive atingindo pessoas da Igreja?

— Quando a pobreza vai unida à desorganização da família, a infância e a juventude ficam sem o ambiente indispensável à educação orientadora para a vida. Além disso, os pais com frequência não estão preparados para esta tarefa e este seu dever. As ideologias políticas e sociais extremadas, as utopias fantásticas de novos sistemas econômicos, a revolta contra vícios, injustiças e egoísmos reais na sociedade atual levam não poucos jovens à prática de brutal terrorismo, de assaltos, atentados, destruição e assassinatos. Sempre chegamos à mesma verificação de que os problemas sociais não têm caráter exclusivamente econômico mas, em última análise, fundam-se em motivos de ordem moral e de comportamento humano, como sempre inculcou a doutrina social cristã.



Dom Vicente e Brizola inaugurando um colégio, em 1962: relações tumultuadas

da Capela do Bairro Mont'Serrat, em Porto Alegre, e tentava imprimir um ritmo mais avançado ao Movimento Familiar Cristão. Naturalmente, dom Vicente não apreciava o trabalho de Assmann e sistematicamente o chamava para reprimendas.

Homem de temperamento agressivo, Hugo Assmann não ficava calado e os encontros entre os dois geralmente transformavam-se em calorosas discussões. "Hugo sempre procurava o apoio de dom Vicente em promoções sociais, mas cada vez que ia falar com ele, voltava angustiado, triste mesmo", conta uma amiga do ex-padre. "Ele fez tudo para ficar em Porto Alegre, mas saiu por absoluta falta de apoio".

Embora tivesse estudado na Alemanha, Assmann era proibido de dar aulas no Seminário de Viamão, o maior da América Latina. Acabou indo para São Paulo e, após a edição do AI-5, iniciou uma longa peregrinação pela América Latina. Atualmente casado e com dois filhos, ele vive na Costa Rica e é citação obrigatória em qualquer conversa sobre a Igreja progressista.

O outro desafiante de dom Vicente foi o teólogo brasileiro Leonardo Boff. Numa das constantes reuniões secretas entre membros da Igreja e do Governo, durante o governo do general Emílio Médici, Boff discordou de alguns conceitos emitidos por dom Vicente. Os dois travaram uma implacável discussão. Em seguida, dom Vicente acabou fazendo críticas em seu programa de rádio ao livro *Jesus Cristo Salvador*, escrito por Boff, afirmando que ele colocava em dúvida a divindade de Deus.

Em resposta, Boff publicou um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira. Dom Vicente cancelou sua assinatura da revista e, a seguir, juntamente com dom Sebastião Baggio, escreveu uma carta ao Vaticano, chamando a atenção para alguns aspectos pouco ortodoxos do livro de Boff. A carta originou um processo contra Boff, que só foi arquivado em 1979 por interferência direta do cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

Se procura manter sob controle a Igreja gaúcha, eliminando as contradições internas a qualquer custo, dom Vicente

também não permite ingerências externas no seu trabalho religioso. Esse princípio intransigente motivou que, pela única vez na vida, uma nota assinada por ele fosse censurada pelo Governo. Foi em 1970, quando o então ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, condenou, através de uma rede nacional de televisão, os folhetos religiosos *Crescei e Vivei*, elaborados pelo Centro de Juventude e Cultura da Igreja do Rio Grande do Sul, considerados subversivos.

Os folhetos foram proibidos, mas dom Vicente enviou ofícios às escolas católicas do interior ordenando que não atendessem à ordem. E divulgou uma nota condenando as críticas de Jarbas Passarinho, dizendo que o assunto era exclusivamente da Igreja. A nota, distribuída aos jornais, foi proibida pelo Governo. Meses mais tarde, o próprio dom Vicente tratou de recomendar que as escolas não mais usassem os folhetos.

Para o ex-ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, "dom Vicente Scherer é a maior figura viva pensante do Rio Grande do Sul". Na opinião do teólogo Leonardo Boff, ele "julga o mundo atual de acordo com os manuais que estudou em Roma, na década de 20". Os progressistas da Igreja brasileira são unânimes em taxar dom Vicente como "conservador", enquanto seus admiradores respondem que ele é um "fiel seguidor das normas da fé e do Reino de Deus".

Influência na política

Uma coisa que ele não esconde é o seu anticomunismo visceral, reservando aos marxistas suas críticas mais contundentes. Assim, assuntos como perseguições a religiosos no Leste europeu, violações de direitos humanos na União Soviética, homenagens às vítimas do levante comunista de 35 e infiltração comunista no país são também temas obrigatórios em seu programa de rádio. Para dom Vicente, nada supera os comunistas em termos de perversidade. Tanto que, quando Franco morreu, ele ressaltou que o ditador espanhol "contribuiu decisivamente para a defesa do Ocidente europeu contra a expansão e dominação do marxismo liberticida".

Ele sempre fez questão de espantar qualquer ligação entre a doutrina cristã e a socialista. Quando o Papa João XXIII falou em compromisso dos católicos com o socialismo, dom Vicente apressou-se em explicar que o termo usado pelo Papa "referia-se ao amor entre os homens e não a sistema político". Ao longo dos úl-

(*) Os bispos gaúchos são: dom Urbano Allgayer, dom Edmundo Kuntz e dom Antonio Cheuiche, bispos-auxiliares de Porto Alegre; dom Benedito Zorzi e dom Paulo Moretto (auxiliar), de Caxias do Sul; dom Claudio Colling, de Passo Fundo; dom Augusto Petró, de Uruguaiana; dom Alberto Etges, de Santa Cruz do Sul; dom Angelo Mugnol, de Bagé; dom Frederico Didonet, de Rio Grande; dom Jacó Hilgert, de Cruz Alta; dom Estanislau Kreutz, de Santo Ângelo; dom João Hofman, de Erechim; dom Ivo Lorscheiter, de Santa Maria; dom Sinésio Bohn, de Novo Hamburgo; dom Henrique Gelain, de Vacaria; dom Bruno Maldaner, de Frederico Westphalen; e dom Jaime Chemello, de Pelotas.



Arquivo Coojornal



Em 1927, quando sagrou-se padre em Roma



Arquivo Coojornal

Dom Vicente (à esquerda), entre os capelães gaúchos na Revolução de 1930

timos 20 anos, ele redobrou sua vigilância para impedir que os movimentos cristãos fugissem de suas finalidades ecumênicas e não servissem de instrumento a ser manobrado pelos marxistas.

Nascido na pequena cidade de Bom Princípio (cinco mil habitantes, a 50 quilômetros de Porto Alegre), considerada uma das principais fontes de vocações religiosas do Rio Grande do Sul, em 5 de fevereiro de 1903, Alfredo Vicente Scherer recebeu uma educação rígida do pai, o marceneiro Pedro Scherer, filho de imigrantes alemães e tesoureiro da paróquia local. Era obrigado a estudar simultaneamente na escola estadual, pela manhã, e no colégio dos irmãos maristas, à tarde, que funcionavam no mesmo prédio, distante sete quilômetros de sua casa. Para orgulho do velho Pedro, quatro de seus 12 filhos seguiram a carreira religiosa, inclusive o mais novo, Alfredo Vicente.

Em 1914, ele foi estudar teologia e filosofia no Seminário Provincial São José, em São Leopoldo. Quando terminou o curso, devido ao seu excelente aproveitamento, foi designado, pelo então arcebispo de Porto Alegre, dom João Becker, juntamente com mais dois colegas, para estudar no Colégio Pio Latino, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma.

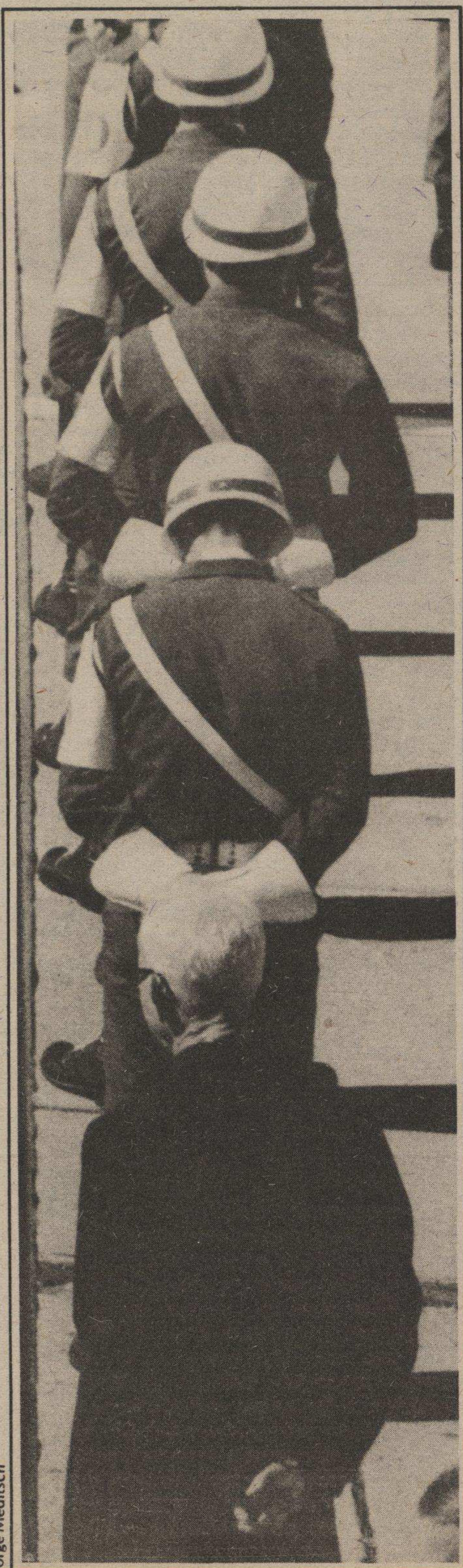
Permaneceu três anos na Itália, de 1924 a 1927, onde foi ordenado padre e concluiu seus estudos. Cinco décadas mais tarde, numa entrevista ao *Correio do Povo*, ele relembrou os ensinamentos de sua experiência em Roma:

— Estava então Mussolini chegando ao fastígio de seu poder. Vi as magníficas formações e exibições públicas dos jovens alistados nas fileiras fascistas. Já então se manifestou o conflito com organizações juvenis da Ação Católica, que o regime hostilizava.

Na volta, ele trabalhou na paróquia do Bairro São Geraldo, e dava quatro aulas de Lógica por semana na Faculdade de Ciências, Letras e Filosofia, que seria o embrião da PUC gaúcha. O professor espanhol irmão Faustino João, encarregado da Faculdade de Filosofia nesse período, lembra do professor Vicente Scherer:

— Era dedicado, paciente, e revelava profundo conhecimento. Guiava-se pelo método do filósofo italiano Sinibaldi.

Em junho de 1946, dom João Becker faleceu subitamente. Dom Vicente, ainda padre, assumiu o cargo, eleito por um Conselho de monsenhores, antes mesmo de ser nomeado bispo, o que só aconteceu em fevereiro do ano seguinte.



Jorge Meditsch

Alinhado com os militares, após 1964

Nos últimos 34 anos, revelou-se um administrador eficiente, dedicado a uma infinidade de obras de caridade. Construiu a Cidade de Deus, com mais de 300 casas destinadas aos desabrigados; criou a Sociedade Fraterno Auxílio, para dar assistência aos sacerdotes; e implantou o Novo Lar de Menores para a recuperação de jovens desajustados. Igualmente é trabalho seu a construção do Seminário de Viamão, o maior da América Latina. Recentemente, concluiu as obras da Catedral Metropolitana de Porto Alegre.

Quando o Concílio Vaticano II anunciou a opção preferencial pelos pobres, dom Vicente implantou a Operação Esperança, destinada a criar Centros Comunitários, nas vilas e bairros populares, com a função única de difundir a fé e distribuir mantimentos aos carentes, através de convênios com organismos oficiais e entidades filantrópicas.

Ao mesmo tempo, nunca deixou de dar seus palpites sobre candidatos em eleições importantes, principalmente antes de 64. Em 1955, por exemplo, durante a procissão de Corpus Christi, ele surpreendeu a direção estadual do Partido Democrata Cristão (PDC) ao advertir os católicos sobre os perigos de votarem no candidato do PDC, general Juarez Távora. O motivo: Távora recebera apoio dos socialistas.

Nas eleições seguintes, em 1960, ele voltou a manifestar-se. No dia 29 de agosto, deu uma entrevista à *Folha da Tarde* comentando cada um dos três candidatos. Criticou os programas de nacionalização pregados pelo general Henrique Teixeira Lott, criticou Ademar de Barros "por ser membro da maçonaria", e manifestou desconfianças em relação a Jânio Quadros por suas "simpatias ao novo ditador cubano Fidel Castro, que cada vez mais pende para o comunismo".

Um mês depois, em campanha pelo Sul, Jânio fez questão de explicar-se pessoalmente com o arcebispo porto-alegrense. Foi à Cúria Metropolitana e garantiu a dom Vicente que "suas ligações com Cuba eram uma tentativa de evitar que o governo de Fidel aderisse ao comunismo". Dom Vicente escutou pacientemente as explicações do candidato e, no dia seguinte, publicou uma nota nos jornais considerando-as "plenamente satisfatórias". No dia em que

Jânio renunciou, os jornais de Porto Alegre publicavam uma veemente entrevista em que o arcebispo criticava a política externa do Governo.

Dom Vicente é um homem bem informado em relação ao que se passa no mundo católico. Tem assinaturas de revistas européias, como *Informations Catholiques*, da França, *L'Observatore Romano*, editada pelo Vaticano, e *Herderkorrespondenz*, da Alemanha. Além disso, assina o tradicional jornal gaúcho *Correio do Povo*, compra as revistas semanais *Veja* e *Isto É*, lê *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, e assiste os noticiários de televisão.

Fora disso, sua vida cultural restringe-se a ir ao cinema apenas para assistir filmes sobre temas católicos, para recomendá-los ou não através do rádio. Assim, gostou de *Irmão Sol Irmã Lua*, detestou *O Exorcista*, achou o brasileiro *O Seminarista* equivocado, apreciou *Jesus Cristo de Nazaré* e afirmou que na peça *Jesus Cristo Superstar*, que assistiu em São Paulo, "não se percebem os esplendores de divindade que os cristãos de todos os tempos adoram".

Seu grande amigo, na Igreja Nacional, é o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, com quem compartilha a mesma posição nos encontros dos bispos. Na Igreja gaúcha, seu homem de maior confiança é o bispo de Passo Fundo, dom Claudio Colling, a quem conheceu quando os dois eram padres da paróquia São Geraldo. Ele era o candidato de dom Vicente para substituí-lo na arquidiocese de Porto Alegre, mas a sugestão foi imediatamente rechaçada pelos demais bispos.

No dia 31 de dezembro de 1979, à noite, dom Vicente saiu sozinho, em seu carro, da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, onde mora. Ia para a pequena igreja do Bairro Medianeira, visitar o pároco local. Nas proximidades da igreja foi abordado por dois assaltantes que, além de roubarem os Cr\$ 2 mil que o cardeal trazia consigo, levaram o carro (logo encontrado) e toda a roupa de dom

Vicente: batina, sapatos, crucifixo e roupas de baixo.

O episódio provocou uma comoção em todo o Rio Grande do Sul. A polícia, que há meses pleiteava junto ao Governo do Estado mais verbas para viaturas, equipamentos e armas, preparou a *Operação Tarrafa*, uma das maiores caçadas já ocorridas na cidade. Entretanto, alegando falta de recursos, não conseguiu apurar o crime. Os suspeitos presos não foram reconhecidos por dom Vicente e voltaram à liberdade. Mas em menos de uma semana o Governo liberou os recursos de emergência.

No hospital, onde estava em observação após ser tratado dos ferimentos provocados pelo assalto, dom Vicente surpreendeu a cidade com sua reação:

— Se estivesse armado, atiraria nos assaltantes.

Suas relações com Brizola

Dois figuras do trabalhismo mereceram especial simpatia por parte de dom Vicente. O primeiro foi o senador Alberto Pasqualini, principal ideólogo do PTB. Os dois foram colegas no Seminário de São Leopoldo, de 1915 a 1919, quando Pasqualini concluiu que não tinha vocação para o sacerdócio. Ele fazia parte do grupo que Scherer convidava para churrascos nos fins-de-semana em Bom Princípio. E ambos mantinham memoráveis diálogos em latim durante as aulas. A amizade, com visitas mútuas, existiu até a morte de Pasqualini, em 1960.

O pensamento do Cardeal

Só uma paciente pesquisa nos jornais, revistas e no arquivo contendo a íntegra das mil edições do programa *A Voz do Pastor* pode reunir algumas das opiniões de dom Vicente Scherer sobre os principais assuntos que têm agitado o país, manifestadas ao longo de seus 34 anos como arcebispo de Porto Alegre. A seguir, uma síntese do pensamento do Cardeal:

CAPITALISMO

— Não condena a doutrina social da Igreja, derivada da razão natural e do Evangelho, o capital e o capitalismo, como tais, mas o espírito anticristão e degenerado que hoje vastamente os anima. O lucro que excede determinada percentagem remunerada do capital é imóvel e representa uma exploração feita aos produtores da riqueza e à coletividade (Missa no Círculo Operário Portalegrense, em 1º/5/1955).

— O capital tem imprescindível função, mas excede-o em dignidade o valor do trabalho humano — (A *Voz do Pastor*, em 1º/5/1963).

COMUNISMO

— O comunismo é essencialmente antinacional, ateu, revolucionário e promotor da luta de classes — (Entrevista à *Folha da Tarde*, em 22/3/1954).

— A doutrina marxista nega direitos irredutíveis da pessoa humana como a autonomia individual, a liberdade, toda a ordem jurídica independente do Estado, a propriedade particular dos meios de produção, e emprega métodos de ação incompatíveis com a filosofia cristã de vida, como a luta de classes por quaisquer meios — (A *Voz do Pastor*, em 3/7/1961).

— Se o Partido Comunista não esconde felizmente seus propósitos de hostilizar as causas e os ideais que consideramos irredutíveis, como lhes colocaríamos nas mãos as armas para nos combater e lutar pelo desaparecimento das luzes que nos iluminam a estrada? — (A *Voz do Pastor*, em 15/10/1979)

TFP

— Organizações semelhantes existem em outros países. Caracterizam-se por posições de extrema direita. Julgo ine-

O outro foi o próprio Getúlio Vargas, a quem dom Vicente conheceu na qualidade de capelão militar das tropas revolucionárias de 1930. Quando Vargas morreu, dom Vicente rezou a primeira missa em sua memória, em 30 de agosto de 1954, quando afirmou:

— Inegavelmente, depois da vitória na Revolução de 30, com a investidura de Getúlio Vargas na suprema magistratura, os direitos das classes trabalhadoras vêm tendo a mais ampla garantia mediante medidas legislativas em grande parte sugeridas nas encíclicas papais.

Com Brizola, suas relações foram um tanto tumultuadas. Antes das eleições para o governo do estado, em 1958, o secretário geral do Partido Comunista, Luiz Carlos Prestes, visitou o Rio Grande do Sul e manifestou seu apoio a Brizola, criticando o candidato do Partido Libertador, Carlos de Britto Velho, por ser "muito católico".

Dom Vicente mandou publicar uma nota nos jornais conclamando os cristãos a darem a Prestes a "resposta coletiva que sua atitude veemente está a exigir". Mesmo não estando explícita, a "resposta" apregoada por dom Vicente seria votar em Brito Velho, adversário de Brizola.

Passadas as eleições, no entanto, o episódio foi esquecido. Mas em meados de 1960, dom Vicente pediu ao Governo um auxílio financeiro para o Lar de Menores, entidade assistencial mantida pela Igreja. Brizola respondeu que só poderia liberar os recursos no ano seguinte, já que o orçamento daquele ano estava concluído.

As verbas reivindicadas pela Igreja demoraram e dom Vicente costumava

ficar as soluções extremadas. Conheço, porém, elementos jovens desse movimento que, embora discorde de atitudes suas, me impressionam por sua generosidade de alma e sua fidelidade às exigências do Evangelho — (Entrevista à revista *Veja*, em dezembro de 1970).

PROGRESSISTAS

— Creio que a divisão em progressistas e conservadores é criação de jornalistas e escritores que pouco ou nada entendem das coisas internas da Igreja. Não creio que haja clero brasileiro adepto do regime comunista, mas, em publicações de pessoas ou grupos da Igreja, tenho tomado conhecimento de idéias que se identificam com as teorias do próprio marxismo — (Entrevista ao *Correio do Povo*, em 24/3/1979).

GREVES

— As greves ilegais e políticas incitam os espíritos, separam os homens entre si pela incompreensão e pela desconfiança, e favorecem a causa da penetração do comunismo, que sempre lucra com a desordem e a perturbação voluntária do processo de produção e distribuição. Qualquer movimento grevista atinge e prejudica não somente os empregadores, a quem, em geral, se pretende forçar a elevar salários, mas também acarreta transtornos e prejuízos de várias espécies a parcelas mais ou menos consideráveis da população — (A *Voz do Pastor*, em 23/9/1963).

— A medida corretiva óbvia e natural, independentemente de atos legislativos e de pressão de movimentos grevistas, seria a correção ao reajustamento periódico, dos salários — (A *Voz do Pastor*, 7/3/1979).

REFORMA AGRÁRIA

— A primeira reforma agrária deveria ser o melhoramento das precárias condições em que se encontra a imensa maioria dos agricultores que têm terra, mas não têm assistência técnica e proteção necessárias. O poder público tem o direito e o dever de desapropriar terras por interesse social — (A *Voz do Pastor*, em 21/8/1961).

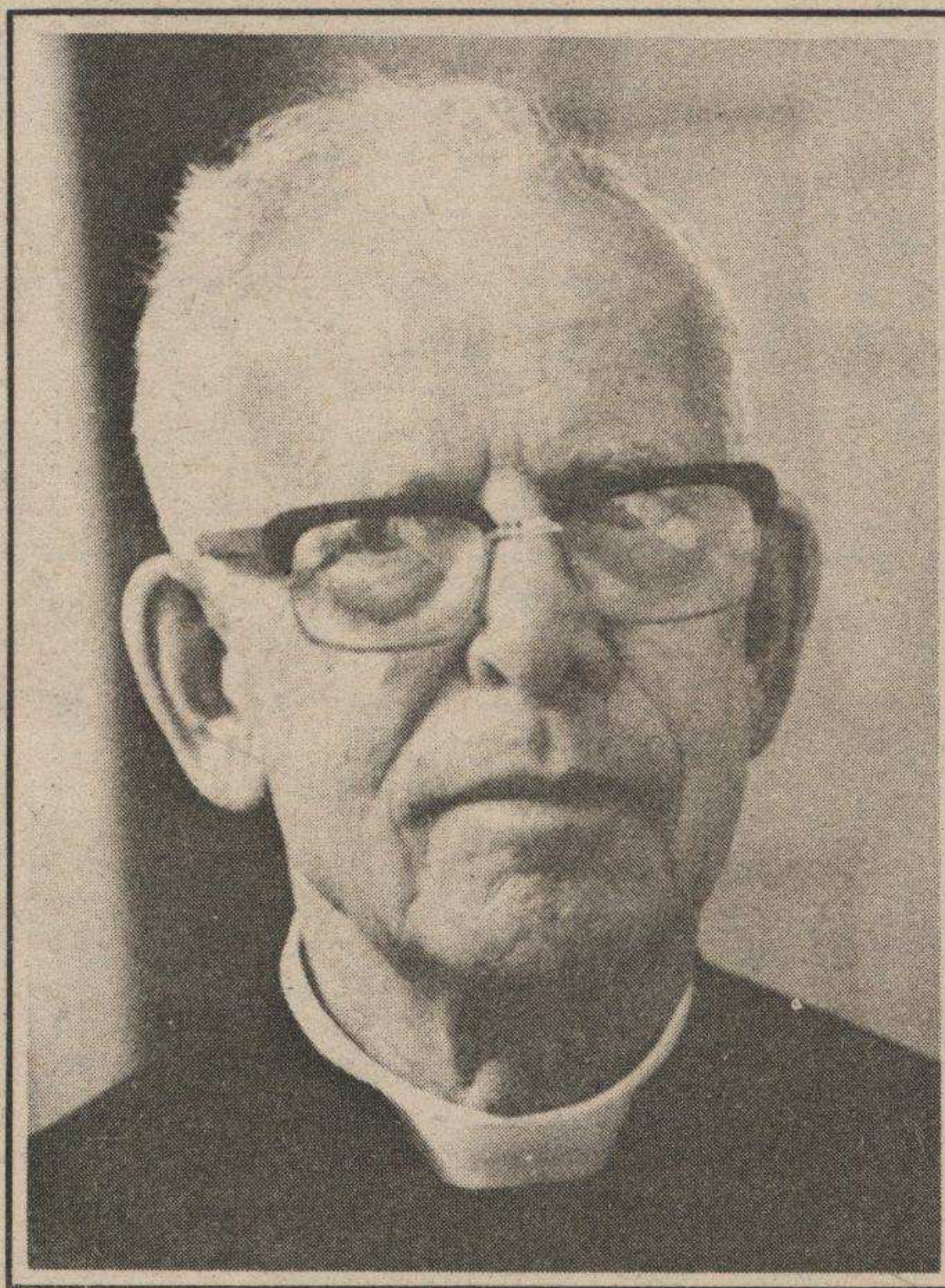
— Trata-se de promover a reforma agrária mediante a distribuição maciça de terra — (Apelo ao presidente Costa e Silva, em 1º/7/1968).

comentar com os amigos mais próximos que o atraso se devia à má vontade dos dois assessores de planejamento de Brizola, Paulo Schilling e Félix de Oliveira, a quem chamava de "ateus e comunistas".

Até que, em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou e o ministro da Guerra, marechal Odillo Denny, ameaçou um golpe militar. Do Sul, Brizola iniciou o Movimento pela Legalidade, para que João Goulart fosse confirmado como substituto de Jânio. Da sacada do Palácio, metralhadora portátil a tiracolo, Brizola conclamava a população a aderir ao movimento. Temendo conseqüências mais graves, dom Vicente correu até o local e tentou acalmar o governador.

Ao avistá-lo, da sacada do Palácio Piratini, Brizola anunciou à população aglomerada na Praça da Matriz que o arcebispo aderira ao Movimento. Diz a lenda que dom Vicente teria abraçado Brizola e manifestado sua intenção de dar a vida pela Legalidade. Exagero. No programa *A Voz do Pastor* seguinte, ele explicou sua presença no Palácio:

— Manifestei-me contrário a uma solução imposta pelas armas contra as normas constitucionais. Procurei tranquilizar a população. Não fui além disso.



Uma voz influente na Igreja

FEMINISMO

— Na luta pelo rápido e amplo conhecimento de suas legítimas exigências, a mulher precisa evitar o perigo de masculinizar-se, de reivindicar uma situação de vida e um conjunto de direitos integralmente iguais às prerrogativas do homem. Pelo contrário, há de seguir a linha de desenvolvimento próprio em busca de funções e atividades consentâneas ao caráter feminino — (A *Voz do Pastor*, em 26/12/1966).

PROSTITUIÇÃO

— A pobreza, a fuga do trabalho, a sedução, inclinações hereditárias, sede de vida fácil e prazer, o ambiente da vida moderna, impregnado de sensualidade, programas equívocos ou imorais de rádio e teatro, excitação escandalosa e deliberada do erotismo, o cinema, a moda feminina, a promiscuidade reinante na casa do pobre, são alguns dos fatores responsáveis pela degradação da mulher no meretrício — (13/5/1958).

DIVÓRCIO

— A dissolução do vínculo, em determinados casos, restituiria a paz e a tranquilidade a pessoas cujos corações se extinguíram o amor jurado em momentos de arroubo e paixão. Mas a exceção a leis gerais é inadmissível quando esta concessão prejudicaria a própria lei ou a finalidade a que ela visa, no caso, à estabilidade da família em geral — (A *Voz do Pastor*, em 22/1/1962).

— Seria preferível que o Brasil tivesse perdido a Guerra do Paraguai do que introduzir o divórcio. A humilhação se supera, as ruínas de uma derrota e os prejuízos das guerras perdidas se restauram rapidamente, mas as devastações do divórcio não têm recuperação — (Discurso na Procissão de Corpus Christi, em 13/6/1977).

Não me pronunciei sobre as medidas militares adotadas pelo Governo.

Exatamente um mês depois, ao regressar de uma breve viagem a Roma, criticou a participação de "conhecidos comunistas" nas Brigadas de Resistência Democrática, formadas durante a Legalidade, e acrescentou:

— Não compreendo porque elementos do Governo favorecem esta agitação que cada vez mais assume a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista.

Imediatamente, Brizola solicitou a dom Vicente "a especial atenção de informar quais as autoridades que estariam incorrendo nesta situação referida para que possam se defender". Nos dias seguintes, dom Vicente, sem mencionar nomes, fez dois pronunciamentos públicos confirmando a existência de "militantes comunistas na administração estadual e outros setores" e recebeu um documento de solidariedade contendo 317 assinaturas de personalidades ilustres, como os ex-governadores gaúchos Ildo Meneghetti e Walter Jobim, três marechais, 16 generais, quatro diretores de universidades e todos os bispos do Estado. Dom Vicente, afinal, acabou recebendo o auxílio para o Lar de Menores.

Um outro motivo de sérios atritos entre dom Vicente e Brizola foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), inspirado nos gabinetes do Palácio Piratini. Dom Vicente advertia a seus fiéis que o Master corria o risco de seguir a mesma trilha das Ligas Camponesas de Francisco Julião.

Como alternativa, criou a Frente Agrária Gaúcha (FAG), que, nos primeiros anos de existência formou a metade dos quase 230 sindicatos de trabalhadores rurais existentes no Rio Grande do Sul. A FAG já realizou sete congressos, sendo que os dois últimos, realizados em 1973 e 1976, contaram com a presença dos presidentes Emílio Médici e Ernesto Geisel, respectivamente.

Desde que a CNBB foi dividida em áreas, em meados da década de 60, dom Vicente responde pela direção da Regional Sul, sem que nunca tenha se apresentado algum outro candidato para o posto. Durante vários anos, ele também teve uma intensa atividade na direção nacional da entidade. Em dezembro de 1963, foi escolhido pelo então conservador episcopado brasileiro para o cargo de Secretário do Apostolado dos Leigos, com uma função prioritária: conter a caminhada para a esquerda da Ação Católica, principalmente de seus segmentos mais atuantes, a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

Como acabou a Ação Católica

Com o aval do então presidente da CNBB, dom Helder Câmara, na época no Rio, a Ação Católica desenvolvia uma incessante atividade política em praticamente todos os setores da sociedade. Além disso, a JUC havia criado a Ação Popular (AP), um grupo independente que pretendia ser uma alternativa cristã ao Partido Comunista, e controlava a poderosa União Nacional dos Estudantes (UNE).

Isso tudo preocupava a maioria dos bipes que, reunidos em Roma, durante o Concílio Vaticano II, resolveram "virar a mesa". Elegeram dom Jaime de Barros Câmara para presidência da CNBB, mandaram dom Helder para o arcebispado de Olinda e Recife e enviaram uma advertência formal a dom Cândido Padim, chamando sua atenção para "os desvios" sofridos pela Ação Católica.

Mesmo perdendo seu principal incentivador, dom Helder, a Ação Católica continuou em atividade. Após 1964, com o fechamento político do país, o caminho da radicalização abriu-se mais ainda para os jovens católicos progressistas. Foi aí que dom Vicente Scherer, tendo recebido carta branca da CNBB, sugeriu a transferência de dom Cândido Padim — providência rapidamente adotada pelo presidente da CNBB, dom Jaime Câmara. Ao mesmo tempo, o então arcebispo gaúcho fazia constantes ataques à direção da União Nacional de Estudantes (UNE), controlada por membros da Ação Popular.

A crise tornou-se mais aguda em julho de 1966, quando, reunidos no município mineiro de Antônio Carlos, os dirigentes

da JUC lançaram um contundente documento afirmando que "não nos reconhecemos como qualquer forma de organização que se define como extensão do apostolado hierárquico". Em janeiro de 1967, dom Vicente anunciou, através do programa *A Voz do Pastor*, que "os membros da JUC não poderiam mais usar este nome". E deu, ele próprio, o exemplo: destituiu os padres Armindo Catalán da JUC, e Tide Martins, da JEC, e retirou qualquer apoio oficial às duas entidades. Seu comportamento foi seguido por outros arcebispos do país.

— Aquela decisão significou três coisas: retirou os recursos financeiros, afastou os assistentes e expôs os militantes à ação da polícia — sustenta um antigo integrante da Ação Católica. Apenas a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), continuaram existindo no país, menos no Rio Grande do Sul.

Em julho de 1967, dom Vicente foi eleito vice-presidente da CNBB, recebendo 125 votos dos 150 bispos presentes à IX Assembléia Geral da entidade. O presidente eleito foi dom Agnelo Rossi, de São Paulo, também conservador e amigo particular de dom Vicente. No ano seguinte, foi realizado o histórico Congresso de Medellín, na Colômbia, que marcou a grande virada da Igreja latino-americana. Conforme a interpretação de dom Vicente, "as tensões e antíteses existentes encontraram soluções e síntese unificadora no comum desejo de promover o bem-estar particular e coletivo".

A Igreja brasileira ainda demoraria alguns anos para por em prática as formulações de Medellín. Antes ela teria que resolver alguns conflitos internos, determinados, principalmente, pela violenta repressão desfechada contra alguns de seus membros pelo regime militar após o AI-5, o que motivava intensas discussões e abriu espaço para a lenta ascensão da chamada ala progressista. Surgiram os primeiros conflitos graves entre Igreja e Governo, que provocaram uma visita do presidente Emílio Médici a dom Vicente, no segundo semestre de 1969. Os dois conversaram cerca de duas horas na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, sem que o tema da conversa fosse revelado.

A maior queixa dos católicos que se envolveram em movimentos políticos depois de 1964 é que dom Vicente nunca admitiu a existência de torturas no Brasil, embora não faltassem oportunidades para isso. Eles lembram, por exemplo, que em outubro de 1970, quando dom Vicente substituiu dom Agnelo Rossi na presidência da CNBB, foram presos quatro padres jesuítas e toda a direção nacional da JOC.

Devido às denúncias de torturas, dom Vicente foi chamado pelos oficiais da Polícia do Exército do Rio de Janeiro para visitar os presos. Ao sair, o cardeal gaúcho afirmou que os presos "declararam que não lhes falta o essencial indispensável e não têm queixas quanto ao tratamento".

Derrota ante os progressistas

Dom Agnelo Rossi foi designado para a Sagrada Congregação para Evangelização dos Povos, em outubro de 1970, e dom Vicente ficou na presidência da CNBB até fevereiro de 1971, quando realizou-se a XII Assembléia Geral dos bispos. Nas prévias regionais, dom Vicente era apontado como o favorito para assumir a presidência da CNBB. Na abertura da reunião, porém, dom Paulo Evaristo Arns divulgou um dossiê sobre a repressão contra religiosos dos mais diversos níveis e postos no Brasil, e mudou totalmente o rumo da Assembléia. Ao final da apuração, dom Vicente tinha sido derrotado pelo também gaúcho Aloísio Lorscheiter, por 105 a 65 votos.

Sob o comando de dom Aloísio, a CNBB transformou-se radicalmente, conquistando a posição de mais importante órgão colegiado da Igreja Católica na América Latina, liderando a caminhada da ala progressista.

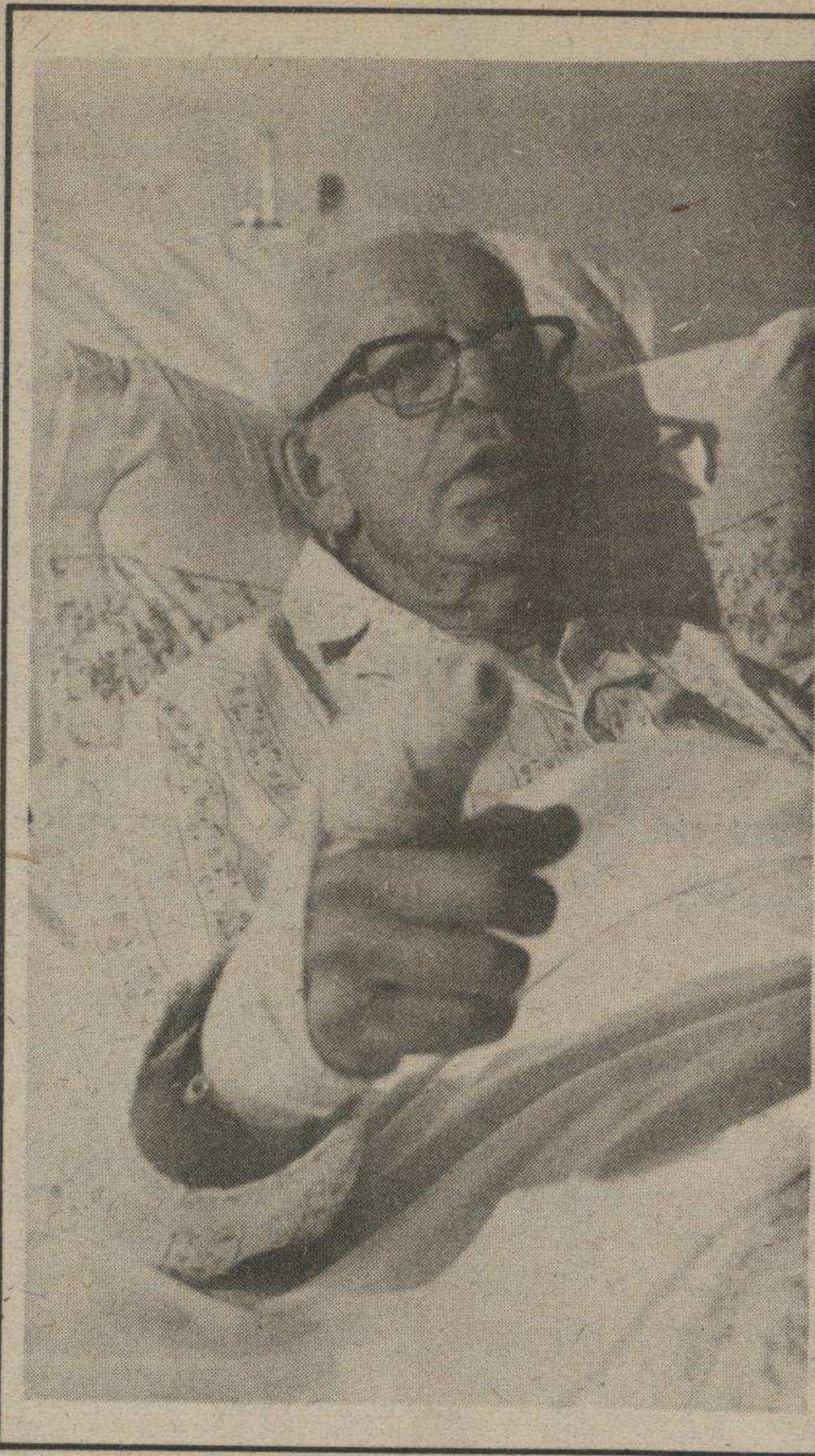
A partir de então, a participação de dom Vicente nos encontros diminuiu. Raramente ele manifesta publicamente suas opiniões e prefere fazer reparos às resoluções dos encontros em seu programa radiofônico. Nas duas últimas as-

sembléias da CNBB, que aprovaram os explosivos documentos *Exigências Cristãs para uma Nova Ordem Social* e o *Documento da Terra*, dom Vicente acabou retornando antes para Porto Alegre, incomodado com as propostas cada vez mais ousadas dos progressistas.

As poucas críticas que dom Vicente dedica ao Governo dizem respeito a algumas medidas no setor agrícola, como, por exemplo, a resolução do Incra de que os filhos se tornariam empregados dos pais. Originário do campo, dom Vicente sempre manifestou-se favorável à Reforma Agrária. Em 1967, ao encontrar o presidente Costa e Silva na Feira Nacional do Calçado (Fenac) em Novo Hamburgo, ele chegou a sugerir algumas medidas neste sentido. Costa e Silva escutou atento as sugestões de dom Vicente e pediu que ele as enviasse por escrito. As medidas, no entanto, nunca foram colocadas em prática.

Ação de Graças aos militares

Em torno da figura de dom Vicente, existem muitas lendas. Contam que no



Eduardo Tavares

Em 1980, depois do assalto

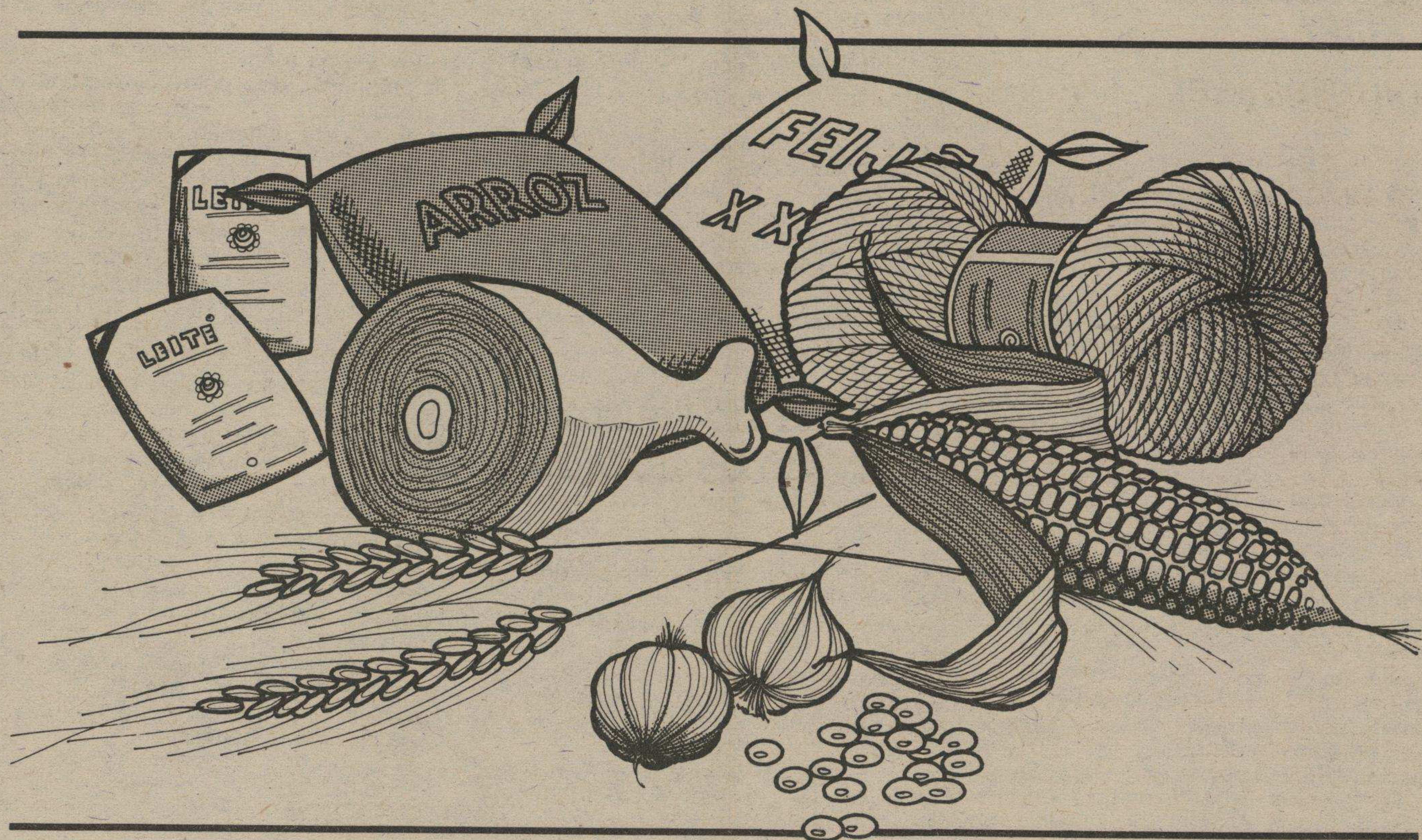
dia do golpe militar de 1964, dom Vicente ajoelhou-se em plenó centro de Porto Alegre e agradeceu aos céus. Na verdade, nem que quisesse ele poderia praticar tal gesto, já que passou de janeiro a maio de 1964 com as duas pernas engessadas, uma à outra, na tentativa de curar uma ruptura de tendão provocada numa brincadeira de infância, que nunca chegou a cicatrizar.

No entanto, ele nunca escondeu seu apoio aos governos militares pós-64. Sempre rezou as missas em Ação de Graças em homenagem ao 31 de Março e, em 1969, ele chegou a enumerar as tarefas do Governo. Era sua primeira missa como cardeal, quatro meses após o AI-5:

— Os autores do movimento revolucionário de março assumiram a responsabilidade pelos destinos da Pátria, desenvolvimento homogêneo do país, a repressão aos vícios anti-sociais e da corrupção multiforme em quaisquer esferas, o prestígio internacional, a difusão da instrução, a criação de infra-estruturas sólidas e atualizadas, a desarticulação das tentativas marxistas de proselitismo, numa palavra, a coordenação das atividades das organizações estatais e da iniciativa privada para o bem comum e o desenvolvimento integral.

A palavra de ordem é policultura. De ordem e de progresso.

Policultura é diversificação.
Muitas culturas, maior produção de alimentos, mais benefícios para o País e para o produtor.
Isso é progresso. Um grande passo para o futuro.
A união da força cooperativista com a segurança da policultura. Essa idéia vai dar frutos.



COTRIJUI
A FORÇA DA UNIÃO.

Respeito ao Homem, à Terra e ao Futuro. Policultura é isso.



O mapa da direita mostra como é o projeto oficial de implantação dos pólos petroquímico e carbocemíco, nas cidades de Triunfo e São Jerônimo, respectivamente. O mapa da esquerda, mostra onde deveriam ser implantados os dois pólos, segundo alguns estudiosos gaúchos.

Monstrengo urbano

Por AYRTON CENTENO

Porto Alegre na era dos pólos: 5 milhões de pessoas, ar irrespirável.

O Rio Grande do Sul perde mais de Cr\$ 6 bilhões por ano, aos preços de hoje, apenas por não saber aplicar corretamente defensivos agrícolas. E a erosão rouba dos gaúchos 10 mil hectares de terras férteis anualmente, apenas por imprevidência. Pior: desperdiça-se continuamente o fator trabalho, do homem do campo, responsável, até uma década atrás, pelo crescimento do estado justamente naquilo que ele tinha de mais forte e característico, do ponto de vista econômico e social — levas e levas de agricultores deixam o solo gaúcho para gerar riqueza no Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Pará e até mesmo Argentina e Paraguai. Isso quando ele não se perde no subemprego das grandes cidades.

Na fronteira do Rio Grande do Sul existem hoje desertos de verdade. Transformou-se em terra arrasada uma região que, no começo do século, tinha 40% de sua superfície coberta por florestas nativas. Derrubaram-se 10 milhões de hectares de matas e hoje o Rio Grande do Sul importa quase toda a madeira que consome.

O caminho da industrialização, trilhado em busca de saídas para a crise e o esvaziamento econômico, não parece, entretanto, levar em conta o mau exemplo da atuação predatória de riquezas que foi estimulado na agropecuária. Ao apostar nos pólos petroquímico, carbocemíco e metalúrgico do cobre, o estado viu tão somente a possibilidade de gerar produtos acabados. Uma meta quase inevitável, enfim, mas que não está levando em consideração os custos sociais e públicos que o amontoamento dos grandes projetos industriais em volta de Porto Alegre vai acarretar em seguida.

A fumaça que vai encher os pulmões dos porto-alegrenses (veja mapa) será

apenas a parte mais sensível a tocar a população. Pois ninguém sabe de onde serão tirados os recursos para sustentar a necessária infra-estrutura viária, energética, educacional, de água e esgotos, habitacional e mais uma lista infindável de condições básicas, inclusive para o bom desempenho dessa nova fase industrial.

O fato é que a história recente do Rio Grande não registra, na hora das decisões econômicas, um assessoramento ecológico que medisse os custos de ordem social e pública. Esse imediatismo, tido como o melhor caminho para encurtar a distância ao desenvolvimento, acaba quase sempre com resultados negativos.

Quadro sinistro no fim da década

Heitor Silveira, presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e ex-integrante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico (CNDE), que estudou e decidiu a implantação do pólo petroquímico na cidade de Triunfo (a 120 quilômetros de Porto Alegre), faz um desafio:

— Quem calculou o volume de investimentos que a região metropolitana exigirá dentro de 10 anos, quando em vez dos dois milhões e 500 mil habitantes de agora, estará transformada numa metrópole onde se amontoarão mais de cinco milhões de pessoas?

Segundo estimativas da FEE, a Grande Porto Alegre cresce à razão de 10% ao ano, agravando seus críticos problemas de falta de esgotos, água, energia, habitação, transportes e serviços de saúde. "Quanto vai custar um projeto para impedir a queda da qualidade de vida nesta pequena São Paulo?" pergunta o presidente da Fundação.

O próprio Silveira esboça um quadro sinistro para o fim da década: um monstrengo urbano, crescendo descontroladamente e absorvendo comunidades hoje relativamente distantes da região metropolitana, formando um corpo só. A

cidade vai invadir os municípios de Estrela, Lajeado, Montenegro, Triunfo, São Jerônimo e Guaíba. E todo mundo vai respirar uma atmosfera impregnada pela poluição da Riocell (ex-Borregaard) — acrescida da nova unidade de branqueamento de celulose, que pode comprometer a fauna e a flora da Lagoa dos Patos —, da refinaria Alberto Pasqualini, já ampliada, dos pólos petroquímico e carbocemíco, e das centenas de fábricas atraídas pela matéria-prima e fatura de mão-de-obra. O presidente da FEE entende que a localização dos pólos em Triunfo e São Jerônimo, respectivamente, foram decisões totalmente equivocadas. Pois, entre outras consequências, eles vão tornar mais agudas as diferenças regionais.

Na opinião de Silveira, o pólo petroquímico estaria melhor situado em Mostardas (a 192 quilômetros de Porto Alegre, no sul do estado), onde os riscos de poluição seriam menores e a área afetada por um acidente — esses nada improváveis escapamentos de gases venenosos — bem menos povoada. Já o complexo carbocemíco, cuja produção irá principalmente para a cidade de Rio Grande, poderia perfeitamente ser instalado na cidade de Bagé, na fronteira oeste do estado, junto à mina de carvão de Candiota — a maior, sob céu aberto, do mundo — com redução de gastos. Silveira lembra que o governo de Sinval Guazzeli também não compartilhava da ideia de Triunfo como sede petroquímica, mas depois de o presidente Ernesto Geisel determinar que o complexo deveria ter base na Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas (Grande Porto Alegre), nada mais foi discutido.

— Todos recuaram, pois ficaram com medo de perder o pólo.

A união dos políticos em defesa do projeto passou por cima inclusive do parecer do *Bureau d'Etudes Industrielles et de Cooperation de l'Institut Français de Pétrole*, órgão credenciado pela Fundação de Ciência e Tecnologia. O *Bureau* apontava a cidade de Rio Grande como a sede mais indicada. Lá, o próprio Governo Estadual reservara, em 74, 600 hectares para o complexo petroquímico. A localização junto à Grande Porto Alegre também seria condenada pela Metroplan (Fundação Metropolitana de Planejamento), com argumentos que atingiam o alvo da própria rentabilidade global do em-

prendimento. Observava, por exemplo, que a decisão aumentaria a concentração industrial em área de densidade já elevada, como é a região metropolitana de Porto Alegre, intensificaria o êxodo rural, e deterioraria de vez o sistema viário, já em crise.

Diabetes, enfisemas, pleurisia, alergias

Quanto à poluição, propriamente, permanecem à espera de uma avaliação — que talvez nunca seja feita — os efeitos físicos, químicos e biológicos dos dois pólos. Geralmente, em termos físicos, a poluição atmosférica provocada pelas indústrias leva a uma redução da visibilidade e da insolação, e maior quantidade de chuvas. Os resultados químicos mais visíveis são a corrosão de estruturas metálicas, alvenarias, pinturas e têxteis. A nível biológico, acontece um bloqueio das vias respiratórias de homens, animais e plantas. No homem, os óxidos de enxofre causam enfisema, pleurisia, alergia. Já a longa exposição a concentrações de monóxido de carbono, mesmo baixas, provoca diabetes, congestão cerebral, distúrbios cardíacos e nervosos.

Para os rejeitos do pólo petroquímico, no entanto, existe uma proposta concreta, um projeto de 130 milhões de dólares. Óleo, fenol, metais pesados, sólidos dissolvidos e em suspensão, produtos orgânicos e derivados clorados, depois de tratados, serão misturados aos despejos domésticos de Porto Alegre — onde existem bactérias capazes de digerir os contaminantes — e lançados, através de um duto, na costa marítima, imediações da praia de Tramandaí, a 132 quilômetros da capital.

"Com isso, vamos ter maré vermelha todos os anos", ataca o ecólogo José Lutzemberger, um velho inimigo do pólo. Também Heitor Silveira mostra-se cético quanto a esse ponto:

— Quanto vai custar o tratamento destes resíduos? O Governo vai topar todos estes custos que, com certeza, serão enormes e tornarão a produção do pólo menos competitiva no exterior?

O professor Hans Thofern, da Univer-

sidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), teria outra proposta: a destinação do banhado do Chico Lomã, em Viamão — município da Grande Porto Alegre —, para lago de clarificação, não apenas dos excedentes do pólo, como também de todas as indústrias poluidoras da Grande Porto Alegre.

— Formaríamos um lago do tamanho do Rio Guaíba, com 447 quilômetros quadrados, que degradaria os resíduos captando-os através de um canal — diz ele.

O lago ficaria a 30 quilômetros do pólo petroquímico e a 50 do carboquímico. Em sua volta, numa faixa de 85 quilômetros, estariam situadas as indústrias mais poluentes, desviadas através de incentivos fiscais ou de uma legislação rígida. Todas as fábricas seriam compelidas a instalar equipamentos anti-polluição e a tratar os detritos antes de jogá-los ao lago. À sua margem, uma unidade injetaria oxigênio. — Senão — explica Thofern — o lago não funcionaria. Ele assegura que a idéia é plenamente viável e que o lago de clarificação — povoado por peixes pequenos, plantas, algas e diversos microorganismos — seria uma solução, no mínimo, três vezes mais barata que o duto até Tramandaí. "É muito mais segura", acrescenta.

Em defesa de sua tese, Thofern lembra que os alemães construíram em Dormagen, anos atrás, uma unidade de clarificação capaz de absorver os efluentes de uma cidade do tamanho de Porto Alegre, em cujos tanques de filtração final nadam peixinhos dourados. O custo foi de Cr\$ 850 milhões. Pela solução oficial adotada no Rio Grande do Sul, quando a primeira golfada de resíduos chegar ao mar, terá acabado de passar por instalações implantadas a um custo, ao câmbio atual, de Cr\$ 6,5 bilhões.

3 hectares de mata derrubados por hora

— Bem, mas tudo isso será, enfim, compensado pela geração de empregos — argumentam sempre os defensores do pólo. Mas será mesmo?

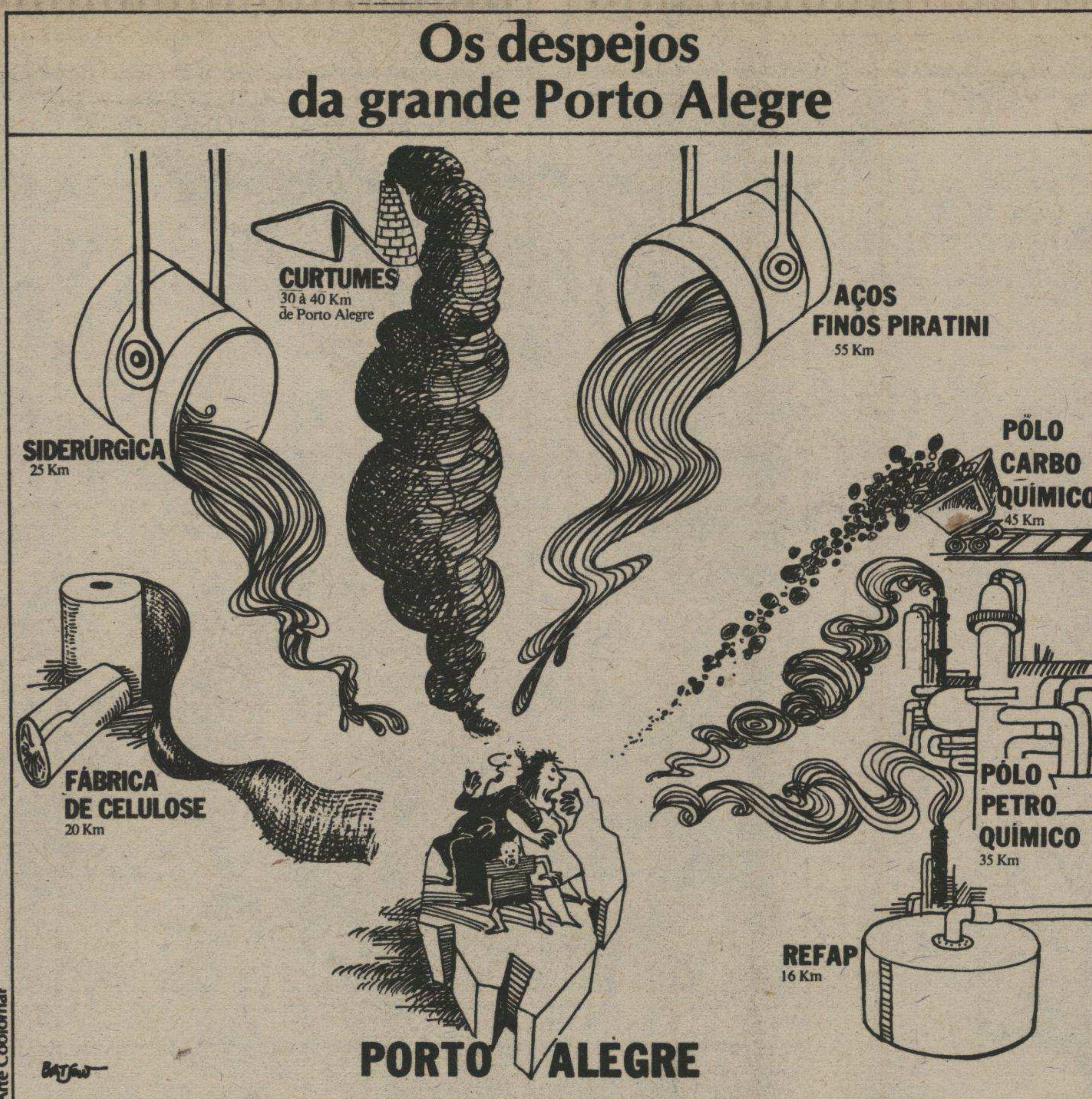
— O pólo petroquímico oferecerá 20 mil empregos diretos, mas e quantos desempregados vai criar? — pergunta José Lutzemberger. O fato é que, muito antes do pólo funcionar — em setembro de 1982 — já está detectado um crescimento percentual do número de gaúchos que deixam o campo para amontoar-se nas cidades satélites de Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Sapucaia e outras da área metropolitana de Porto Alegre, contando com um emprego nas indústrias de ponta.

Na cidade de Rio Grande, onde está localizado o maior porto marítimo do estado, a 302 quilômetros da capital, outro projeto crucial para os sonhos de industrialização gaúchos, promete quase tantas dores de cabeça.

— Será que as pessoas sabem que o Pólo Metalúrgico do Cobre vai gerar apenas 300 empregos diretos? — indaga Jorge Ossana, chefe da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, da Secretaria de Saúde. Segundo ele, a indústria, como fator de polarização, atrairá maior número de pessoas do que sua capacidade de absorção, e contribuirá para aumentar o êxodo rural e o crescimento da população marginal.

As aberrações que o novo surto de industrialização do Rio Grande do Sul promete, infelizmente não surpreendem mais. São um vídeo-tape do ponto já atingido na agropecuária. A ilusão de ganhar mais, condenou à aridez grandes extensões de terras cultiváveis. Na fronteira sudoeste do estado, os desertos existentes nas cidades de São Francisco de Assis, Quaraí, Santiago, Uruguaiana, Rosário do Sul, Livramento, Alegrete e São Vicente de Paula, formados pelas queimas periódicas e o pastoreio excessivo, denunciam uma pecuária irracional. Enquanto isso, um milhão de hectares, onde se revezam a soja e o trigo, estão sob o perigo da desertificação. Em Não-Me-Toque, na região do Planalto Médio, no centro do estado, já se formou um pequeno deserto de 200 hectares.

— Com a erosão, o Rio Grande do Sul perde 10 mil hectares a cada ano — alerta o agrônomo Lair Ferreira, da Unidade de Conservação do Solo, da Secretaria da Agricultura.



A poluição em Porto Alegre, daqui a 10 anos, com a entrada em funcionamento dos dois pólos e das indústrias já instaladas hoje

Tudo leva a crer que este quadro não será alterado tão cedo. O Ministério da Agricultura já deixou bem claro que não dispõe de recursos para conter a erosão. Enquanto isso, um estudo da Universidade de Passo Fundo, cidade localizada na região do Planalto Médio, a 326 quilômetros de Porto Alegre, revelou que, no ano passado, os prejuízos trazidos pela erosão em termos de adubo, sementes e preparo da terra, sem contar a perda do solo, chegaram a mais de Cr\$ 9 milhões, numa área de quatro mil e 600 hectares na região. Resultado, principalmente, do excessivo manejo do solo, a erosão contribui, de quebra, para assorear rios e barragens.

— Os solos estão, ainda, perdendo altos teores de matéria orgânica, por não serem manejados com cuidado — adverte Lair Ferreira.

E acrescenta que a intensa movimentação anual de máquinas pesadas sobre a lavoura — aração, gradagem, semeadura, capina, controle de pragas e colheita — colabora para a desagregação do solo. Abaixo da camada arável, está uma crosta que não absorve mais as chuvas, fazendo com que a água, invariavelmente, escoe pelas encostas. A enxurrada desemboca nos rios e barragens.

Perdem um pouco de sentido, assim, a pesquisa de variedades mais resistentes, o investimento em maquinário ou o aumento do crédito rural quando o solo gaúcho está à beira da exaustão. Esta preocupação recentemente foi admitida pelo Governo Estadual, ao decretar 1980 como "Ano da Conservação do Solo no Rio Grande do Sul". O próprio secretário da Agricultura, Balthazar de Bem e Canto, reconheceu que "a situação é de apavorar".

Mesmo com dados de 1978, pode-se afirmar que, a cada hora, são derrubados três hectares de matas no Rio Grande do Sul, aumentando a erosão, os riscos de seca e de cheias, a exposição das lavouras ao vento e decretando o fim da fauna que controla as próprias pragas da plantação.

— E sem as florestas, acabamos poluindo os rios — completa Paulo Machado de Campos, delegado regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

A devastação atingiu tais proporções que o Rio Grande não tem mais bancos genéticos.

O desperdício de defensivos agrícolas nas lavouras gaúchas também é alarmante. Gasta-se 30% a mais do que o necessário, segundo revela Lino Hamman, presidente da Empresa Brasileira de Assis-

tência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Assim, o estado esbanja 18 mil toneladas de venenos importados a peso de ouro. A nível de consumidor, o litro de defensivo custa em média Cr\$ 350,00. Com isso, chega-se à cifra de Cr\$ 6,1 bilhões, que espelha o quanto o agricultor joga fora anualmente, dinheiro que vai para as multinacionais do setor, descapitalizando o estado.

Computando os gastos dos últimos 10 anos — sem contar os danos ao meio ambiente e à saúde — pode-se concluir que na última década houve uma subtração, em valores de hoje, de perto de Cr\$ 60 bilhões à economia gaúcha.

Lutz: "O pólo é desejável ou não?"

— A agricultura gaúcha é de rapina, tanto por parte do caboclo como do empresário — diz José Lutzemberger. — Qualquer prefeito de cafundó se acha com o direito de largar inseticida sobre todo um banhado ou arroio, rio ou lago para matar mosquitos, se considera muito



Lutz: "Bombas atômicas"

progressista quando larga alguicidas ou herbicidas num lago para matar algas ou aguapés. Qualquer arrozeiro tem permissão para envenenar marrecões com iscas à base de venenos persistentes. Em termos ecológicos, isso equivale a entregar bombas atômicas ao público para que as utilize em suas disputas pessoais.

Quais seriam as alternativas para o estabelecimento de um Rio Grande do Sul mais rico e, simultaneamente, menos depredado?

— Temos que disciplinar a ganância — sugere João Giugliani Filho, presidente da Sociedade de Agronomia do Estado. Para ele, o Receituário Agrícola, bem cumprido, resolve quase todos os problemas a nível de campo: preserva o ambiente, melhora as safras, reduz os custos da lavoura e livra a saúde do trabalhador. Segundo ele, seria necessária também uma mudança estrutural, pois a agricultura de exportação implantada no Rio Grande do Sul gera uma obsessão pelo lucro que extrapola as necessidades da pessoa.

— O caminho a seguir daqui em diante é o de incrementar a pesquisa biológica — diz Lutzemberger — para que a agricultura volte a aproximar-se da natureza.

Lino Hamman, da Emater, sugere a título de medidas imediatas, a implantação de estações de aviso — uma patrulha técnica percorrerá cada região fazendo contatos com as lideranças rurais. Sua função será a de ensinar o agricultor como usar corretamente o defensivo agrícola. "Vamos pôr este sistema em prática brevemente", garante ele.

Depois, viria a proibição do uso de pesticidas mais danosos, e o incentivo à produção em maior escala das substâncias menos tóxicas para barateá-las.

Se é verdade que ainda é possível pensar em uma relativa recuperação ecológica na agropecuária, mais problemática é a situação do Rio Grande do Sul em seu aspecto industrial, sobre o qual, até agora, não se foi muito além das conjecturas.

— Não aceito discutir o pólo petroquímico sob o enfoque do controle da poluição, é um insulto.

A reação é de José Lutzemberger, pois é claro que o pólo vai poluir. Ele coloca o debate noutros termos: o pólo é desejável ou não? Diz que não, e que o caminho para o Rio Grande está no fim da monocultura e no incentivo à uma agricultura camponesa. A indústria mais desejável, no seu entender, é aquela vinculada à comunidade e que produz sua própria tecnologia.

Mas, o que o Rio Grande faria sem o pólo? Não faltam sugestões para a aplicação dos mesmos recursos: estímulo à expansão de indústrias que usem matérias-primas agropastoris, aumento da produtividade e melhoria dos padrões de vida rural, e, entre outras mais, a formação de excedentes agropecuários diversificados capazes de cobrir as despesas com importações.

Na verdade, os adversários do complexo petroquímico de Triunfo, têm, no mínimo, um bom argumento de ordem econômica: enquanto os produtos agropastoris têm sempre colocação no mercado interno ou externo, os petroquímicos têm mercado de compra garantido somente na medida em que cresce o poder aquisitivo da população — o que não é o caso do Brasil de hoje.

Enquanto se lançam essas dúvidas, o fato é que o pólo é uma questão consolidada. As dúvidas têm, no entanto, o condão de fazer refletir — e isso não deixa de ser saudável no momento em que o Rio Grande do Sul e o País passam por uma crise econômica. Pergunta-se, por exemplo, se o pólo gaúcho poderá mesmo atrair novos investimentos, principalmente ante a concorrência dos pólos de São Paulo e da Bahia.

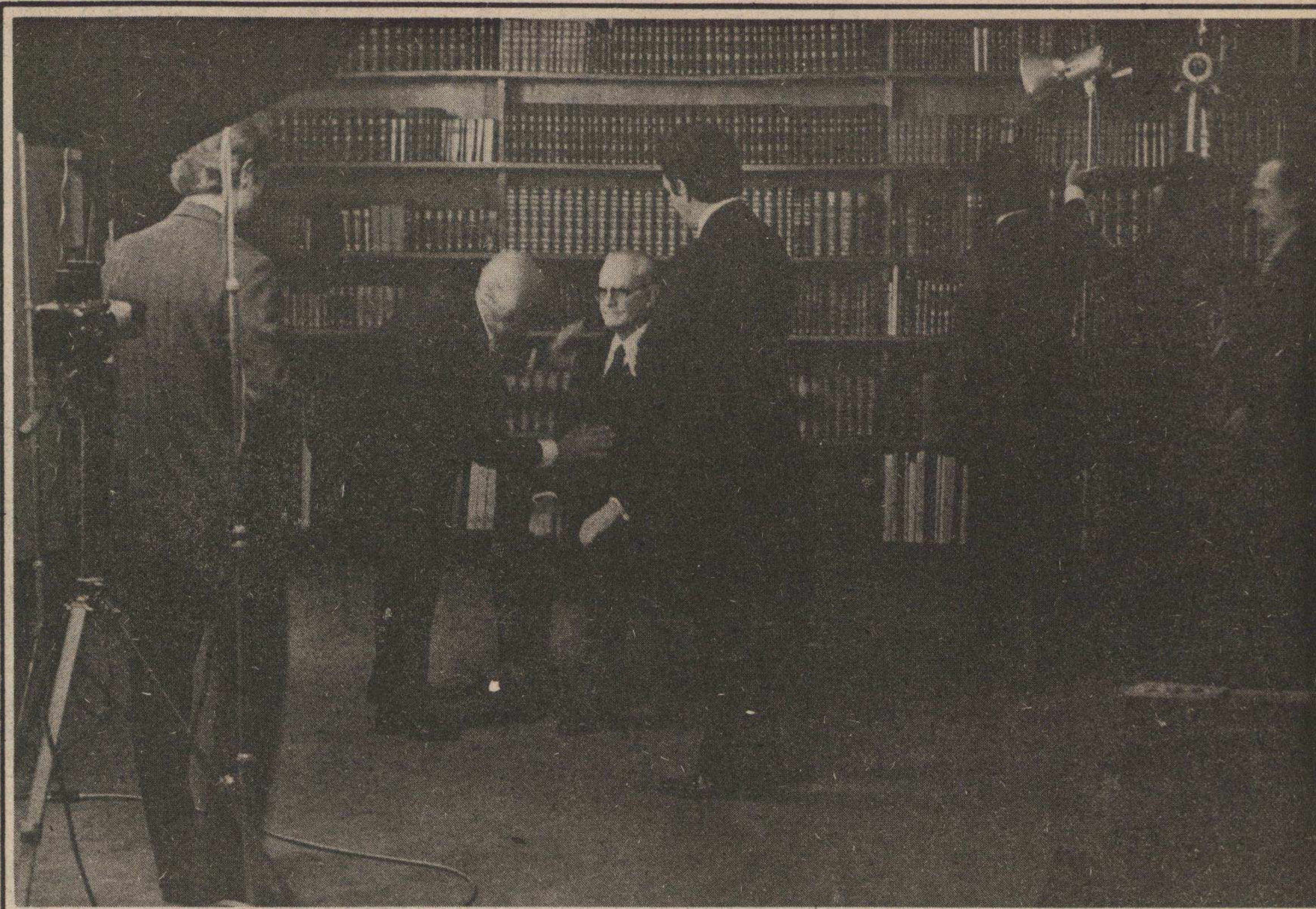
Heitor Silveira, da Fundação de Economia e Estatística, tem sua resposta pronta, e pode ser o fim ou o começo de uma reflexão:

— Se admitimos a sociedade produtivista, o pólo é bem vindo, apesar de tudo. Se pensamos no custo social e ecológico da instalação e recusamos a civilização do coaçocostas eletrônico — que privilegia o supérfluo —, ele é algo terrível.

Basta pensar nas barcaças e caminhões com cargas altamente venenosas, cortando a Grande Porto Alegre de ponta a ponta.



A. Dorigivan



Claudio Alves

As esquisitices de Brasília, 20 anos depois

Trabalho coletivo de 35 fotógrafos, Brasília, ano 20 mostra a vida e os políticos da cidade



Roberto Jaime



Milton Curan

Tédio de Tancredo,
gritos de Simon e
os problemas de
Magalhães. O dia-a-
dia do Congresso



Eliane Motta

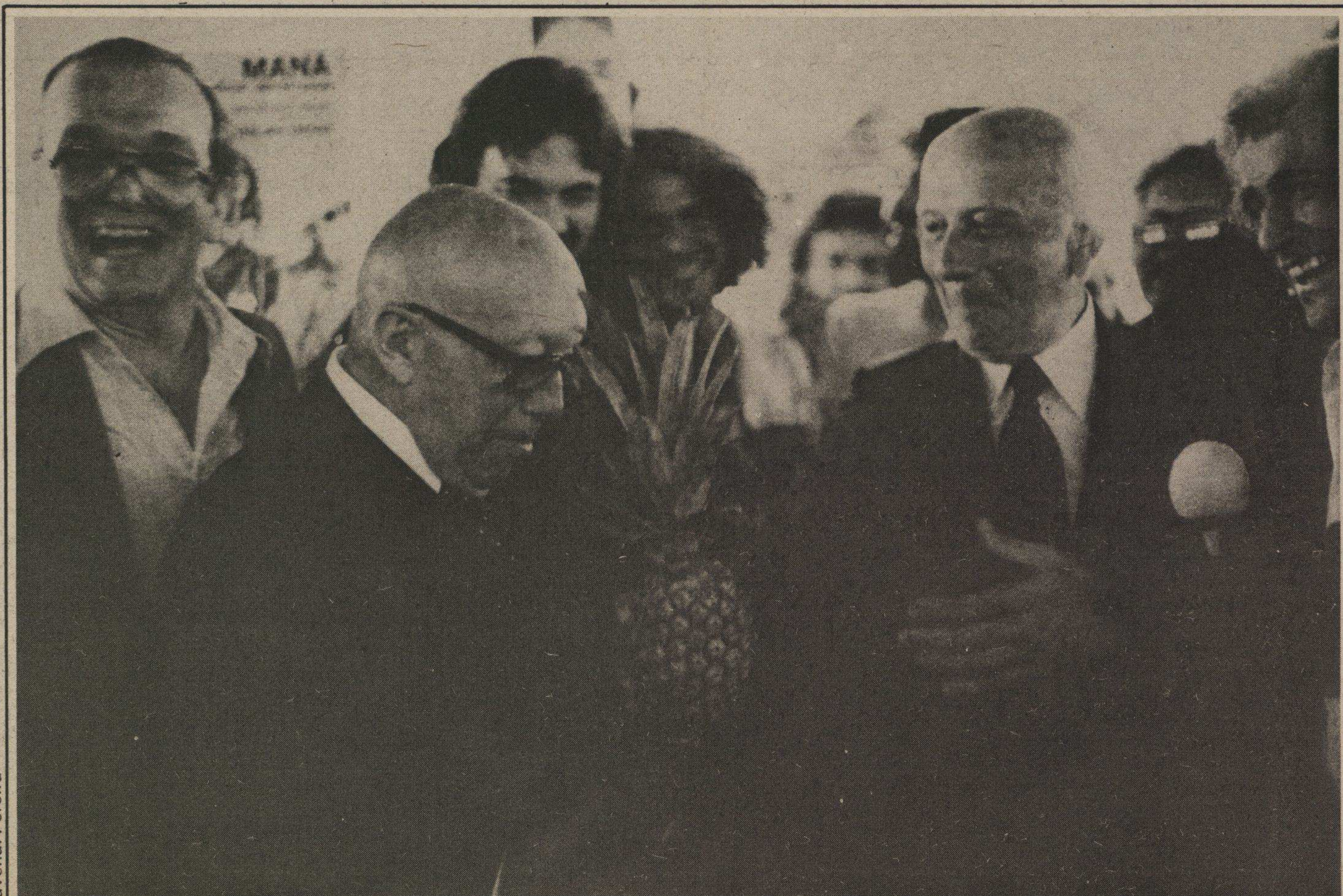


Wilson Pedrosa



Luis Humberto

Editado pela Agil
Fotojornalismo, o
livro documenta
"as esquisitices
de seu tempo"



Juvenal Pereira

O BOTE DA SUCURI

Khomeini ameaça bloquear o Estreito de Ormuz. O Brasil corre o risco de ficar sem petróleo. Indeciso, o Governo é pressionado por uma rebelião militar. A única saída é o petróleo da vizinha Venezuela...

* Por JOSÉ ANTÔNIO SEVERO

III

A DECISÃO

Uma semana depois o Conselho de Segurança Nacional voltou a se reunir. O assunto era a crise do petróleo. Falou o ministro-chefe do EMFA:

— Pelos nossos estudos, o suprimento das necessidades do País apenas com a produção nacional é absolutamente inaceitável. Teríamos de paralisar toda a indústria que consome derivados de petróleo; ou seja: teríamos de parar toda a economia. Poderíamos fazer andar um esquema precaríssimo de abastecimento das grandes cidades para evitar a fome e movimentar, com grandes restrições, um sistema de segurança no porte que os senhores imaginam que deva ter, num caso desses. Não, não dá. Este País explodiria. Imaginamos que seria impossível obrigar todas as pessoas a não saírem de casa durante meses a fio.

— Senhores, então só nos resta uma alternativa — disse com firmeza o presidente, dando a entender que já tinha, na cabeça, um programa. — Vou à Venezuela. Eles terão de nos garantir o petróleo de que precisaremos.

— Espero que o senhor tenha êxito, presidente — atalhou o ministro da Aeronáutica — pois se vier a acontecer no Brasil o quadro delineado pelo senhor ministro-chefe do EMFA, nosso País corre sério risco. Se houver uma crise aqui, toda a América do Sul será desestabilizada. Acredito que os venezuelanos serão sensíveis a esses argumentos, pois melhor será para eles garantirem a estabilidade da região, numa emergência dessas, do que se lançarem numa aventura financeira de conseqüências imprevisíveis e cujos resultados não prometem nada de bom para esta parte do mundo.

IV

O FRACASSO

— Senhores — disse o presidente, após regressar da Venezuela. — Sinto muito informar-lhes que não consegui sensibilizar nossos vizinhos. Eles me garantiram que, se quisermos, triplicam suas entregas de óleo ao Brasil. Mas isto não basta. Afirmaram-me que não podem abandonar os seus fregueses de quase um século, os Estados Unidos. Proponho que estudemos outra solução.

V

O LEVANTE

O levante de Bela Vista foi no dia seguinte ao início das hostilidades no Golfo Pérsico. Na verdade, havia uma razoável concentração de tropas do Exército na área. O Comando Militar da

A Nação acordou alarmada. Ainda de madrugada, as agências de notícias JB e AE captaram, em Manaus, o sinal da rádio de Bela Vista, a capital de Roraima, e o retransmitiram imediatamente para todo o País: O comandante militar da Amazônia, que tinha ido ao território para uma inspeção de rotina, declarava-se em aberta rebelião contra o Governo Central e conclamava seus companheiros das Três Armas a depor o presidente João Figueiredo. Acusava o Governo de fraqueza, qualificando de débeis e insuficientes as medidas adotadas para enfrentar o boicote internacional do petróleo, decretado há poucos dias. Dizia claramente que com o próximo fim dos estoques o País mergulharia no caos. O general reclamava um Governo fortíssimo para evitar as desordens sociais e econômicas que inevitavelmente se precipitariam tão logo a falta de energia fosse paralisando, um a um, todos os setores da Nação.

— Realmente vamos ter uma década louca — comentou o editor-chefe do *Jornal do Brasil*, assistindo ao início da distribuição do jornal e preparando um esquema de cobertura dos fatos inevitavelmente graves que se desdobrariam a partir dos acontecimentos de Bela Vista.

Era o Dia do Fico, 6 de janeiro de 1981.

Essa crise chegara ao Brasil, na verdade, poucos meses depois que o *Ayatollah* Ruholah Khomeini derrubou o Xá Reza Pahlevi, do Irã. O Governo alertou-se a partir de um documento reservado que o tenente-coronel adido militar da Embaixada do Brasil em Teerã enviara ao ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas. A mensagem era longa e detalhava a evolução da Revolução Islâmica. E a certa altura dizia que entre os planos de defesa do novo regime iraniano poderia constar o bloqueio do Estreito de Ormuz, a única e exígua saída do Golfo Pérsico.

O documento foi discutido com o presidente da República. Uma cópia foi recebida pelo SNI, para análises e sugestões. Duas semanas mais tarde foram tomadas as primeiras providências. Cinco agentes secretos brasileiros foram enviados para a região: um *mullah* de origem iraniana da mesquita xiita de São Paulo, três agentes formados na escola de espionagem de Brasília, sob vários disfarces, e um capitão do Exército, nomeado auxiliar do adido militar em Teerã.

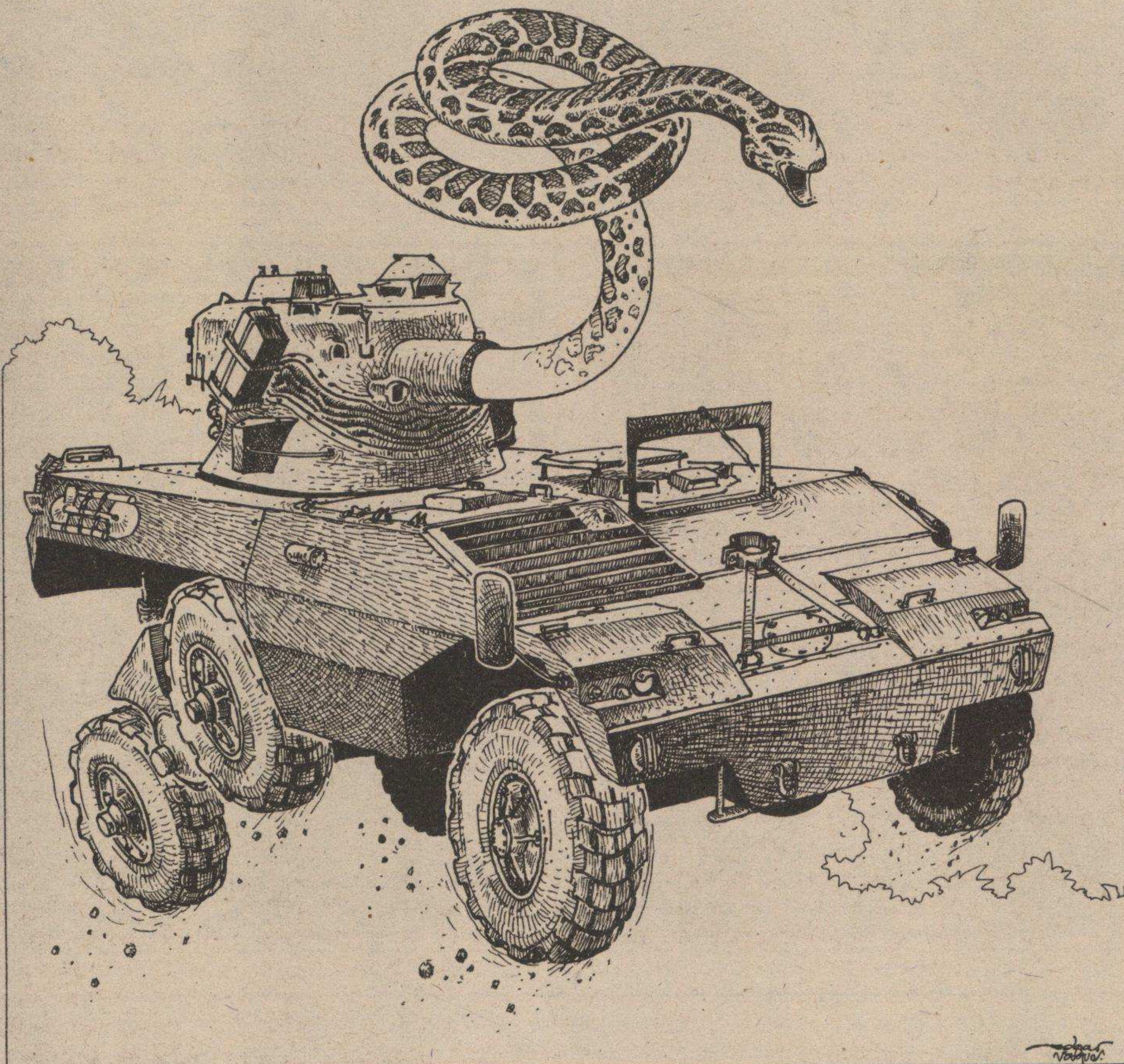
Em sucessivas reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN) foram analisadas as informações provenientes do Golfo Pérsico. De início o otimismo aumentara: os agentes informavam que a CIA estimulava um levante da Marinha e da Aeronáutica do Irã, apoiado por parte dos remanescentes do Exército do Xá, em apoio ao *Ayatollah* Madari, contra os fundamentalistas de Khomeini. Esse golpe abriria caminho para a restauração da Monarquia. A iminência desse golpe chegou a ser anunciada pelos espões do SNI, mas tudo desmoronou quando os estudantes islâmicos tomaram a Embaixada Americana e fizeram seus funcionários reféns. Depois foi o que se soube. Uma tentativa de resgate fracassou, Madari morreu, mas a chama de restauração cresceu com a morte de Reza Pahlevi e a elevação do filho Reza Ciro à condição de herdeiro começou a ter ressonância. A situação interna do Irã ficou tão grave que, para manter a coesão interna, Khomeini mandou reunir, novamente, os reféns na sede da Embaixada e passou a fazer comícios diários contra os EUA.

II

A REUNIÃO DO CSN

Antes da invasão da Embaixada Americana, muita coisa tinha acontecido em Brasília. Logo que a força-tarefa do

* José Antônio Severo é jornalista, editor de *Energia* da *Gazeta Mercantil*, autor do livro *A Invasão*.



SNI sentou o pé em Teerã e pode confirmar os boatos ouvidos pelo adido militar, considerando possível o bloqueio de Ormuz, foi convocada uma reunião do Conselho de Segurança Nacional. Presentes os ministros e chefes militares.

— A situação é essa, senhores — concluiu o ministro-chefe do SNI.

— Com a palavra o ministro das Minas e Energia — comandou o presidente.

— Não há a menor dúvida sobre a gravidade desse quadro, senhor presidente. Das 1.325 milhões de toneladas de cru exportadas em média no mundo (e, portanto, consumidas pelos países dependentes), 825 milhões são produzidas no Golfo Pérsico. O bloqueio de Ormuz, impedindo a navegação no Golfo porá o mundo em colapso.

— E, nesse caso, quais as alternativas de abastecimento para o Brasil?

— Na minha opinião, praticamente nulas — voltou o ministro das Minas e Energia.

— Como assim?
— Se o corte nesses volumes no abastecimento mundial durar mais tempo que os limites das reservas nos depósitos da Europa Ocidental e Japão — estimados entre 30 e 90 dias —, o Brasil não terá condições de comprar um só barril de petróleo no Exterior. Vejam bem, senhores: interrupção do Golfo, mesmo que seja por poucas semanas, terá como

primeira conseqüência a implosão da Opep, ou seja, dos contratos de fornecimento. Só haverá óleo no mercado spot, a um preço não inferior a 60 dólares, com perspectivas de altas muito rápidas, para 80, 100, 120 dólares, com os preços sempre disparando para cima. Não haverá limites para o preço do petróleo. E se o bloqueio durar além dos limites das reservas dos países ricos, como já disse, um país como o Brasil, mesmo com o dinheiro na mão, não terá condições de chegar ao petróleo.

— O senhor quer dizer que nós não teremos capacidade financeira para adquirir o petróleo? O que diz o ministro da Fazenda? — perguntou o presidente.

— Realmente, se a situação chegar a esse ponto, haverá tal desorganização financeira em todo o Ocidente que, a menos que nós tenhamos muito ouro, será impossível comprar todo o petróleo de que precisamos. Mas, se isto tranquiliza os senhores, posso adiantar que numa corrida dessas atrás do petróleo, com os preços subindo descontroladamente na forma que o ministro antecipou, todo o sistema financeiro mundial entrará em colapso. As moedas se desintegrarão. Oxalá nada disso aconteça, pois acho que seria inevitável um estouro mundial.

— Devo acrescentar, ainda — tornou o ministro das Minas e Energia — seguindo o raciocínio do senhor ministro da

Amazônia tinha deslocado para Bela Vista os seus cinco batalhões de Infantaria de Selva e mais o Batalhão Rodoviário que trabalhava na Perimetral Norte. Além disso, o IV Exército mandou para lá canhões antiaéreos de 90 milímetros e foguetes Roland, também antiaéreos. Jipes, caminhões e carros de combate também tinham sido desembarcados em Bela Vista. As unidades rebeldes constituíam uma força sólida, veloz e auto-suficiente.

A reação em Brasília foi fulminante. O Presidente da República foi para a televisão e disse que o Governo não toleraria, em hipótese alguma, qualquer desafio às autoridades constituídas, "venha de onde vier, da esquerda, da direita, nem mesmo das Forças Armadas", enfatizou o chefe da Nação, repetindo que tropas seriam enviadas para o Norte, a fim de sufocar a rebelião. Na mesma fala, ele disse que, a partir daquele momento, o País entrava em Estado de Emergência, de acordo com as Salvaguardas Constitucionais que substituíram o Ato Institucional número 5, no final do governo Geisel.

O primeiro resultado da enérgica reação do Planalto foi um recuo dos rebeldes. Dois esquadrões de caças bombardeiros F-5E, das bases aéreas de Porto Alegre e Santa Cruz, pousaram em Manaus, apoiados pelos aviões tanques KC 130H, ameaçando, com seus foguetes e bombas incendiárias, *torrar* os dissidentes. Os revoltosos, sentindo a pressão, retiraram-se marchando para Conceição do Maú, na fronteira da Guiana Inglesa. O Governo aproveitou o abandono de Bela Vista para concentrar ali os pára-quedistas e as tropas de elite para pôr fim ao golpe.

Mas uma parcela da Marinha — três corvetas com base em Belém — se declarou a favor dos rebeldes, saindo para o mar, rumando para o Norte. Toda a esquadra partiu do Rio no encalço das naves rebeldes, que tentavam escapar na direção das Caraíbas.

VI

O RESGATE

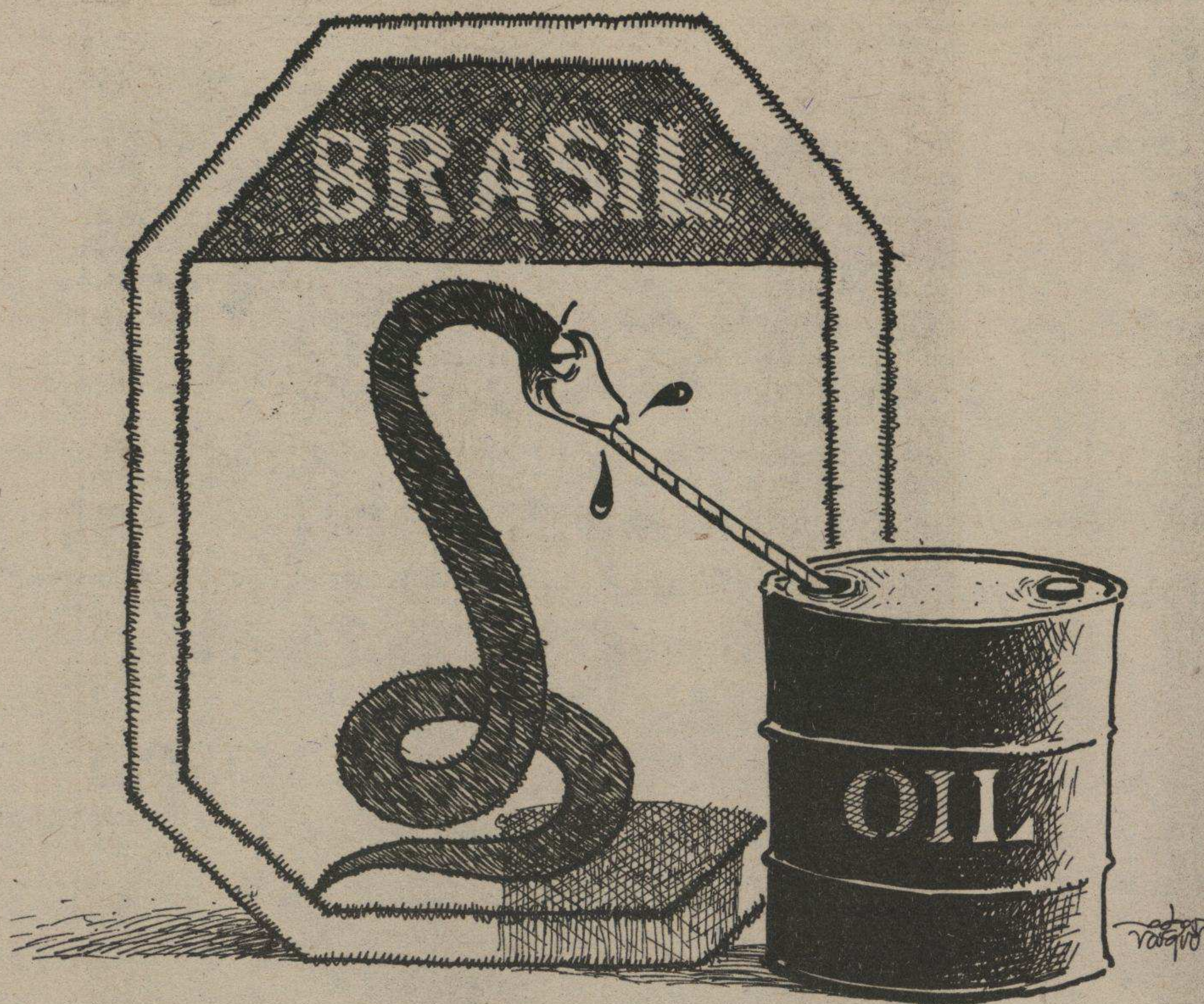
A evolução da crise entre Irã e Estados Unidos foi rápida. Depois que o Xá morreu no Egito, os reféns voltaram para a Embaixada em Teerã. Carter decidiu, então, autorizar uma segunda tentativa de resgate. Um ataque de comandos tentou tomar a Embaixada, um dia antes do julgamento público dos reféns, em que os estudantes ameaçavam mostrar documentos comprometendo a CIA numa conspiração contra-revolucionária. O ataque foi sangrento. Mais de 5.000 pessoas morreram, entre elas os reféns, os estudantes, os soldados do comando de resgate e pessoas que estavam fazendo uma manifestação na frente da Embaixada. Aviões da Marinha dos Estados Unidos atacaram o Irã. Mas os muçulmanos conseguiram afundar vinte super-petroleiros dentro do canal de navegação, no estreito de Ormuz.

No dia seguinte os preços do petróleo já estavam a 80 dólares no mercado de Roterdã. Os países produtores suspenderam as vendas ao exterior. No Oceano Índico, um petroleiro japonês foi atacado por piratas, abordado e seqüestrado com toda sua carga.

VII

A INTERNACIONALIZAÇÃO

No mesmo dia em que os países da OCDE votaram a favor de uma resolução da Agência Internacional de Energia declarando que as jazidas de petróleo, devido à sua importância para a estabilidade mundial, passavam a ser um patrimônio da Humanidade e que não poderiam ser geridas por uma única nação, a rebelião amazônica tomou uma feição inusitada. O general comandante



dizendo-se cercado por poderosas forças situacionistas, atravessou a fronteira e se internou na Guiana. Em vinte e quatro horas eles já estavam na rodovia que leva a Georgetown. As autoridades guianesas mandaram emissários oferecendo asilo político a todos os rebeldes, mas eles se negaram a depor armas. A Guiana se viu perdida: com seu Exército de dois batalhões de infantaria, uma aeronáutica de 10 aviões obsoletos, com uma força blindada de quatro tanques Shorland e uma artilharia de doze morteiros de 81mm, nada podia fazer para enfrentar os brasileiros.

O Brasil obteve então, do Governo guiano, permissão para mandar as tropas legais atacar os rebeldes onde eles fossem encontrados. Quando os primeiros carros de combate legalistas atravessaram a fronteira, os dissidentes já se encontravam em Mackensie, a pouco mais de 200 km da capital. Com o batalhão rodoviário reforçando pontes, acertando as estradas, a marcha foi rápida e segura.

O general revoltoso cruzou o rio Essequibe, contornou Georgetown e rumou para Mor Awhanna, uma cidade que fica na fronteira da Venezuela. À notícia da chegada dos brasileiros, a cidade foi abandonada pela população, mas ali o general rebelde disse que aceitava negociar uma rendição. Rapidamente as forças legalistas, compostas por quatro divisões de infantaria, armadas com equipamento mecanizado e artilharia, se aproximaram da cidade. Com a confusão que havia no mundo, ninguém ligou para a quartelada no Brasil.

VIII

O GRANDE GOLPE

Nesse dia, forças combinadas dos países do Mercado Comum Europeu (França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Bélgica) atacaram cinco países produtores de petróleo: Argélia, Líbia, Egito, Iraque e Arábia Saudita. Diziam os países do MCE que a operação visava apenas garantir os poços de petróleo contra depredações de fanáticos, pois o petróleo agora já era propriedade da Humanidade, embora os países que tivessem as jazidas pudessem receber uma compensação financeira pelo produto extraído de seu subsolo. O dólar caiu 50%. A lira italiana, o ien japonês, o marco alemão, o franco francês, a libra esterlina, enfim, todas as moedas — fora o dólar — perderam suas cotações nos mercados de câmbio.

O Brasil convocou uma reunião da Organização dos Estados Americanos para apresentar uma proposta de se considerar as reservas petrolíferas da América do Sul como propriedade comunitária da região. Os clientes regionais teriam preferência

nos fornecimentos dos países que tivessem excedentes. Os Estados Unidos disseram que eram contra a proposta, alegando que a segurança do Ocidente dependia do petróleo venezuelano.

IX

O BOTE

— Senhores, não nos resta outra alternativa senão fazermos um ataque

preventivo à Venezuela para proteger o país irmão de uma rapinagem das grandes potências ocidentais. O governo venezuelano foi cegado pelo ouro, ficando insensível a quaisquer argumentos ponderados sobre o futuro de nossa região. De parte de nossos vizinhos, especialmente a Argentina, temos a garantia de que não seremos retaliados.

Essa decisão do presidente precipitou os acontecimentos. As tropas de pára-quedistas que estavam acantonadas em Manaus saltaram ao norte de Maracaibo. As forças de Marinha que já estavam na costa da Guiana perseguindo as corvetas rebeldes rumaram para aquela área para desembarcar os fuzileiros e, junto com os pára-quedistas esperar que, por via aérea, o Exército pudesse mandar reforços. Antes, pela manhã, aviões de bombardeio da FAB atacaram as principais bases aéreas venezuelanas. O general rebelde rendeu-se em Mor Awhanna e foi levado, aparentemente prisioneiro, para Brasília. Os demais oficiais e praças foram anistiados e se integraram à força que, partindo da fronteira guiana, entrou na Venezuela para tomar os poços de petróleo da região do Orinoco.

O governo brasileiro enviou uma mensagem a Caracas, conclamando os venezuelanos a aceitarem pacificamente os fatos do dia. "Nossa intenção — dizia a nota — é ajudá-los a proteger vossas riquezas, para que a Venezuela não seja vítima de atentados idênticos aos sofridos por outros grandes produtores de petróleo. Se essas nações agressivas vierem à América do Sul para pilhar nossas riquezas comuns, já nos encontrarão a postos, prontos a defender, sob o risco de nossas vidas e da dos nossos soldados, o patrimônio comum da América do Sul. Por outro lado, para evitar um colapso da economia venezuelana, o Brasil, desde já, assume o sagrado compromisso de adquirir, aos preços de mercado, todo o petróleo que a Venezuela se dispuser a produzir."

Eu, abaixo assinado, sou contra o terror.

Cada vez mais, os atentados a bancas de jornais e revistas têm nos prejudicado. Estamos lançando uma campanha de assinaturas do COOJORNAL e precisamos da sua ajuda para tentar mantê-lo e afastado do terror.

Mostre que você é contra o terror fazendo sua assinatura do COOJORNAL. E se você conseguir mandar para a gente três assinaturas ainda leva, de presente, um destes livros: 1 — *Liberdade, Liberdade* de Millor Fernandes; 2 — *Cam Sonetos de Amor* de Pablo Neruda; 3 — *Cuca Fundida* de Woody Allen; 4 — *Opinião x Censura* de J.A. Pinheiro Machado; 5 — *Gaúchíssima Trindade* cartuns de Santiago, Crist e Fontanarrosa. Se você vender cinco assinaturas, pode levar dois livros. Mandê vale-postal ou cheque nominal para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. Rua Comendador Coruja, 372. Porto Alegre — 90.000 — RS. Preencha no cupom os números dos livros que você quer.

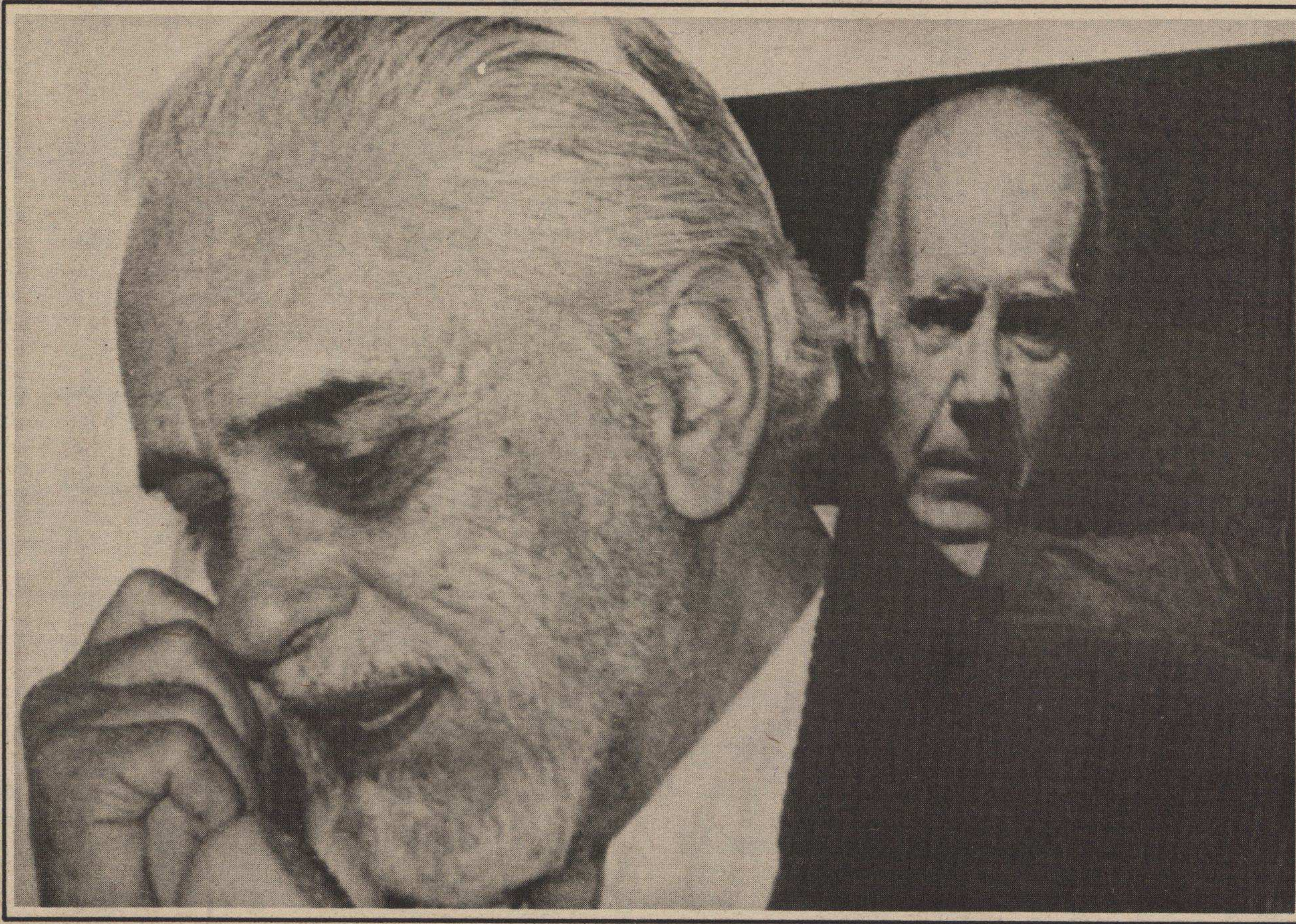
cooJORNAL
ORGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

CUPOM MODELO

Cupom de assinatura Coojornal	Nome: _____	Nº: _____
	End: _____	CEP: _____
	Bairro: _____	Estado: _____
	Cidade: _____	Número dos Livros: _____
	Profissão: _____	

Cada assinatura anual custa apenas Cr\$ 440,00

JOSUÉ GUIMARÃES



Daniel Andrade

O sucessor de Érico Veríssimo conta a sua vida, fala de seus livros e anuncia a disposição de escrever cada vez mais

Ao embarcar no navio *Itaimbé*, rumo ao Rio de Janeiro, nos últimos meses de 1939, o jornalista e escritor Josué Guimarães tinha uma idéia muito pequena do que poderia vir a lhe acontecer. Com 18 anos, sentia-se cansado da apatia intelectual de Porto Alegre e decidira simplesmente "sair da província", mudando-se para o fervilhante Rio dos anos 30. Lá, como ilustrador do jornal *O Malho*, ele iniciaria sua criativa e movimentada carreira no jornalismo. Hoje, nacionalmente mais conhecido como escritor, continua assinando diariamente uma coluna na página dois da *Folha de São Paulo*.

Entre um período e outro, Guimarães deixou seu nome ligado a vários jornais e revistas brasileiras: *A Hora*, o *Diário de*

Notícias, o *Correio do Povo* e a *Rádio Difusora* de Porto Alegre; *A Noite Ilustrada*, *O Malho*, o *Diário da Noite*, *O Cruzeiro* e a *Última Hora*, do Rio. De 1961 a 64, dirigiu a Agência Nacional. Agora, a pouco tempo de sua aposentadoria como jornalista, ele começa a dedicar-se muito mais aos livros, relegados a segundo plano durante todos esses anos.

Com quatro peças de teatro prontas, dois romances já estruturados e o novíssimo *Camilo Mortágua* recém-lançado, Josué Guimarães já é quase um escritor profissional. Vendendo uma média de dois mil livros por mês — principalmente em São Paulo e em Porto Alegre — atingiu uma faixa considerada muito boa, principalmente para quem, como ele,

começou a ser publicado somente na década de 70. Com exceção de *Mortágua*, todos seus outros 12 livros saíram entre 1970 e 79.

Antes disso, Guimarães viveu períodos agitados demais — bem de acordo com a sua personalidade inconformista e contestadora. Casado duas vezes — com quatro filhos no primeiro casamento e dois no segundo —, ele nasceu em São Jerônimo, pequena cidade a 50 quilômetros de Porto Alegre, em 1921. Oitavo filho de um casal de telegrafistas, teve uma infância pobre, passada entre algumas cidades do interior e Porto Alegre, para onde a família mudou-se depois da Revolução de 30.

Ligado ao jornalismo desde 1939, Josué Guimarães decidiu entrar para a

política em fins de 51. Ligou-se ao PTB, rompeu com o partido, filiou-se ao Partido Socialista. Com o golpe de 64, teve que cair na clandestinidade, onde ficou até 69, quando foi preso. Somente hoje, aos 59 anos, dono de uma bela casa no arborizado bairro de Petrópolis, em Porto Alegre, ele pode pensar quase que exclusivamente em seus livros. Nessa entrevista ao *Coojornal*, Josué fala de sua vida no jornalismo, na política e na literatura. Sem deixar, é claro, de contar as histórias-roteiros de peças, romances ou contos — que ele sempre está a imaginar.

Em 1951, você decidiu entrar na política partidária e foi um dos vereadores mais votados de Porto Alegre. Mas apesar de ser o líder da bancada do PTB, no ano seguinte abandonou o partido. Explique o que aconteceu e, também, como se deu a sua aproximação com a política.

— Bem, a minha aproximação com a política se deu através do Alberto Pasqualine. Sem dúvida foi por influência dele que eu decidi concorrer nas eleições de 1951. Fui um dos vereadores mais votados e assumi como líder da bancada, me licenciando da sucursal de *O Cruzeiro* e do *Diário de Notícias*. No ano seguinte, fui convidado para participar da primeira delegação de brasileiros que iria à União Soviética. Achei melhor perguntar ao presidente Getúlio Vargas se não havia nenhum inconveniente que eu, líder da bancada do PTB, fosse para a Rússia. Ele achou que não havia problema nenhum e, como os russos só pagavam a passagem a partir de Praga, falou com o Samuel Weiner, que me nomeou correspondente internacional da *Última Hora* e me deu Cr\$ 40 mil para as despesas.

Depois das conferências na Rússia, eu fui convidado para ir à China Continental. E fui o primeiro jornalista ocidental que entrou lá depois que Mao Tse Tung assumiu o poder. Em 1952, visitei toda a China, que ainda estava um pouco atrasada — eram os russos que estavam construindo tudo lá.

Na volta ao Brasil, depois de contar tudo ao doutor Getúlio — num jantar onde eu só via todos comerem enquanto eu falava e os meus pratos eram retirados cheios pelos garçons —, decidi fazer uma série grande de conferências, junto com o Cândido Norberto (jornalista, ex-deputado gaúcho), que também havia visitado a União Soviética. Mas o Brizola, chefe do partido, achou que eu não deveria fazer essas conferências e me destituiu da liderança da bancada. Assim, eu rompi com o PTB e ingressei no PS, o Partido Socialista.

— E a sua ligação com Getúlio Vargas, como é que ficou? Rompeu-se também?

— A primeira vez que eu cheguei perto de Getúlio Vargas foi em 1940. Eu havia me mudado para o Rio e morava na Pensão Matogrossense, que era ao lado do Palácio do Catete. O Getúlio, que depois se tornaria grande amigo meu, estava lá. Mas eu não gostava dele, por causa do integralismo e do Estado Novo.

Depois que me aproximei dele e do PTB, jamais deixei de admirá-lo. Rompi com o PTB mas continuei a gostar do Getúlio. Inclusive, no dia 23 de agosto de 54, um dia antes do seu suicídio, eu fiz um discurso na Câmara, duríssimo, acusando o PTB de encolher-se, de desamparar Getúlio. Foi um discurso contra os generais golpistas e contra o PTB. Mas o povo e os filiados ao PTB não quiseram saber disto: quando o Getúlio se suicidou, fui caçado de tal maneira que tive que me esconder num sítio em Taquara. Eu e o Cândido Norberto, que quase foi linchado pelo povo.

— E depois disso, o que você fez?

— Em 1956, eu participei da fundação do jornal *A Hora*, que revolucionou o jornalismo gaúcho. O jornal pertencia ao Jango Goulart e à família di Primio Beck. No mesmo ano de sua fundação, ele já tinha uma tiragem superior ao *Correio do Povo* e ao *Diário de Notícias*. Era um jornal de 48 páginas, com uma diagramação incrível feita pelo Chico Stockinger, o escritor.

Éramos extremamente nacionalistas, fazíamos a campanha de *O Petróleo é Nosso*. Metíamos pau na Esso. O gerente comercial vinha desesperado nos dizer que a Esso havia prometido páginas e mais páginas de anúncios se mudássemos de linha, mas é claro que não mudamos.

Próximo romance: "A Morte da Primeira Dama"

A história já está praticamente pronta há três anos. A cidade onde tudo se passa ainda não recebeu um nome definitivo, mas já possui vida própria e uma planta baixa completa. Os personagens têm profissão, nome e, principalmente, os números de seus telefones já estabelecidos. A trama, os diálogos e o fundo político também já foram pensados. Só falta mesmo pôr tudo isso no papel. E aí, Josué Guimarães terá concluído mais um romance: *A Morte da Primeira Dama*, que ele pretende ver nas livrarias antes do final do ano que vem. Enquanto isso não acontece, ele faz um breve resumo do novo livro:

— Tudo vai se passar numa cidade mais ou menos parecida com Viamão: pequena, bastante próxima de Porto Alegre e ainda sem telefone direto. A primeira dama será, é claro, a telefonista. Ela faz as ligações para Porto Alegre e, portanto, sabe de tudo: todas as fofocas, safadezas e segredos de cada um. Escuta tudo, não esquece nada. Conhece os amantes, os desfalques, os casos do adubo-papel.

O levantamento de personagens já está pronto, com os respectivos números do telefone: doutor Gastão Rolim, dentista, e sua esposa dona Wanda, fone 21; Cine Odeon, fone 33; delegado Djalma Tim, fone 25; Banco do Estado do Rio Grande do Sul, fone 77; e assim por diante. O

livro começa em 1978, no dia da festividade inauguração do sistema de discagem direta, que finalmente chegou à cidade.

A inauguração, inclusive, baseia-se em fatos reais: somente em dezembro de 78, Viamão — primeira capital do Rio Grande do Sul, situada a menos de 30 quilômetros de Porto Alegre — recebeu o sistema DDD. Houve festa, discursos e música na praça principal. Era um sábado e o então governador Sinval Guazzeli foi até lá presidir a festa. Seu discurso vai aparecer no livro.

Preocupados com uma provável vingança da telefonista, que seria fatalmente substituída pela máquina, os homens e as mulheres da cidade começam a se combinar entre si. O marido chegava para a mulher e, por exemplo, dizia: "Sabes o que aquela telefonista anda espalhando sobre mim? Que eu tenho uma amante em Porto Alegre, veja só. É uma vingança porque ela sabe que será mandada embora". Seus amigos confirmam tudo, e completam: "Pois é, ela está espalhando que eu tirei dinheiro ilegalmente do Banco do Brasil", e assim por diante.

Na noite da inauguração, há uma grande festa no clube principal da cidade. Em sua pequena casa, a telefonista carrega a cara de pintura, se arruma toda e vai à festa. Chega na porta do clube e é barrada pelo porteiro. Ora vejam só, logo

ela que, em todas as festas, sentava-se sempre na mesa principal, entre o prefeito e outras autoridades, bebia e comia do bom e do melhor. Barrada, por quê? "O presidente disse que hoje só entra sócio". Mas que desaforo deste porteiro — diz ela. — Ainda bem que o prefeito vem chegando ao clube agora mesmo:

— Veja só, senhor prefeito, não querem me deixar entrar. Logo a mim. Por favor, tome uma atitude — diz a telefonista.

— Olha, a senhora vai me desculpar — diz o prefeito. — Mas eu só mando na Prefeitura. No clube, quem manda é o presidente.

E assim, pela atônita telefonista vão passando todas as autoridades e pessoas importantes da festa. Com a mesma desculpa: "Olhe, por mim, tudo bem. Mas como o presidente mandou... eu não posso fazer nada". Ouve-se muita música e alegria vindas de dentro dos salões.

O livro é bastante picaresco. Ali aparece toda a história da cidade, as safadezas políticas, as podridões. Como nos *Tambores Silenciosos*, eu uso o microcosmo de uma sociedade para analisar a nossa. Desesperada e desamparada, a telefonista vai até a sua casa e... bom, o final é melhor não contar. Em menos de um ano o livro estará nas ruas e todo mundo poderá saber o que houve com a primeira dama.

Dois anos mais tarde, o Jango se acomodou e vendeu a sua parte do Jornal para o Aníbal di Primio Beck, que na época era presidente do PTB. Na mesma hora que ele foi à redação avisar que havia assumido o controle acionário do jornal, nós nos demitimos. Mais tarde, o jornal fechou.

— Todo um grupo ficou desempregado. Passávamos as tardes no centro da cidade, no Largo dos Medeiros, chamado do Largo da M... Foi quando o Chateubriand nos chamou ao Rio para tentar salvar o *Diário da Noite*. Mas nem o Alberto Dines havia conseguido essa façanha e nós simplesmente desaparecemos sem pegar nem os salários depois de algum tempo lá. Em 59, trabalhei no *Diário*, briguei e saí e em 60, abri uma agência de publicidade.

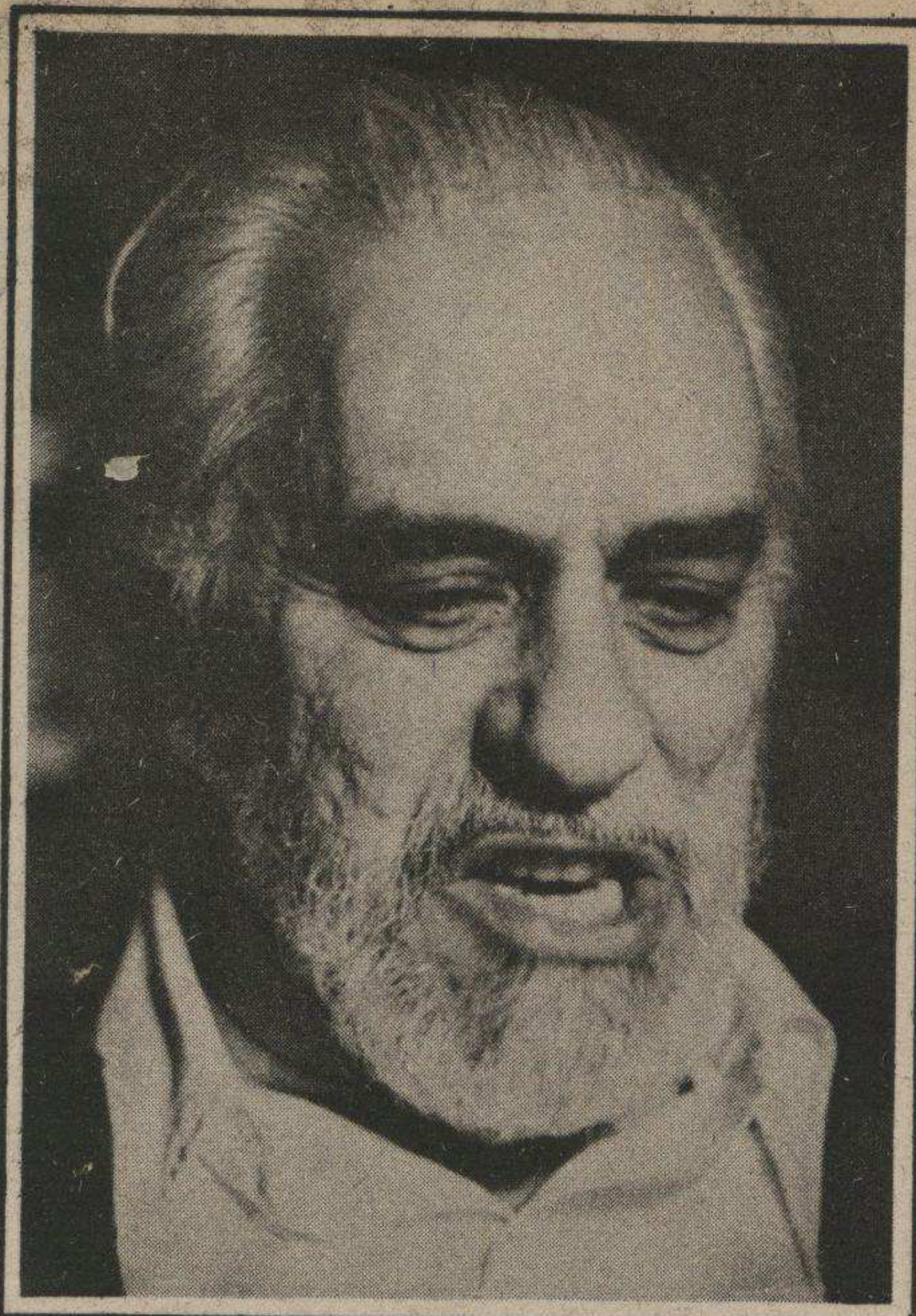
— E como você se envolveu no episódio da Legalidade?

— Bem, logo após a renúncia do Jango, o Brizola mandou me chamar, nós entramos no Palácio Piratini e demos início à Legalidade. No dia seguinte, ele me deu Cr\$ 10 mil e me mandou para o Rio, montar uma estação de rádio clandestina, para informar o que estava acontecendo lá.

No Rio, fui recebido pelo Fernando Sabino e pelo Paulo Mendes Campos e iniciamos a conspiração na luxuosa casa do Hélio Pellegrine, no Jardim Botânico. Em uma semana, montamos a rádio. Iamos para a Floresta da Tijuca e fazíamos antenas improvisadas com taquaras e pregos. Mas tudo começou a ficar perigoso demais. Nos mudamos para Petrópolis e depois para Friburgo. De Petrópolis, avisei para o Brizola que o porta-aviões Minas Gerais havia zarpado rumo ao Sul. Toda a polícia andava à cata de um tal de Samuel, meu pseudônimo. Uma vez, por muito pouco não nos pegaram na casa do Fernando Sabino. Depois a coisa se acalmou, eu voltei para Porto Alegre e fui chamado de volta ao Rio, pelo Jango, para dirigir a Agência e a Rádio Nacional. A rádio era uma coisa tão horrorosa que eu me demiti em 24 horas.

— E aí veio 64...

“Quero passar a escrever um romance por ano, fazer uma ou duas peças, um livro infanto-juvenil”



Daniel Andrade

— Bom, quando estourou o golpe, eu tentei me refugiar na embaixada do Uruguai mas não consegui. Meus amigos desconfiaram que eu deveria estar em má situação e vieram me buscar. Me levaram para Campinas. Minha mulher foi para Santos. Pouco tempo depois, tive que fugir do sítio onde eu estava e fui para Santos também. Fiquei um ano e meio vivendo lá, com o nome de Samuel Ortiz. Abri uma livraria e vendia o Montepio da Família Militar. Vendia-os até mesmo nos quartéis, porque ninguém me conhecia. Eu nunca havia me deixado fotografar quando estava na Agência.

Tenho um peso na consciência por ter vendido esses montepios. A Mafalda, esposa do Érico Veríssimo, por exemplo, recebe Cr\$ 266,00 mensais de um montepio que eu vendi: aposentadoria de coronel feita pelo Érico.

Em 66, fui para São Paulo abrir um negócio que não deu certo. Depois fui para o Rio. Em 1969, me descobriram e fui preso. O delegado tinha sido meu

companheiro de venda de montepio e eu fui bem tratado. Ia até dormir em casa. Não havia nada contra mim. Me soltaram pouco depois e eu voltei para Porto Alegre.

— E os livros? Você já havia escrito algum até então?

— Alguns livros já fervilhavam na minha cabeça, mas eu não tinha tempo nenhum. A história dos Mucker, por exemplo, eu queria escrever desde 1960. Na época, porém, eu já havia escrito muitos contos. Centenas deles. Em 1969, em Porto Alegre, eu estava desempregado. Então, a minha mulher sugeriu que eu participasse do concurso de contos do Paraná. Pois eu acabei participando e ganhando o concurso. Aí, um editor português amigo meu, que morava no Rio, editou o livro com os três contos que ganharam no Paraná e mais alguns outros. Chamou-se *Os Ladrões*, um livro de altos e baixos.

Em 1972, eu terminei de escrever *Tempo de Solidão*, o primeiro livro da

trilogia *A Ferro e Fogo* e entreguei-o à editora Sabiá, que acabou sendo comprada pela José Olympio e o livro já saiu lá. Foram eles também que editaram o livro seguinte, *Depois do Último Trem*.

Aí, eu fui para Portugal, onde escrevi *Tempo de Guerra* e *Lisboa Urgente*, sobre a guerra na África. Depois, a editora me pediu um livro infanto-juvenil, um setor que eles achavam a descoberto. Eu escrevi *É Tarde Para Saber*. Quando voltei ao Brasil, o livro ainda não havia sido editado, por problemas políticos. A editora estava nas mãos do BNDE, cheio de militares, e o livro falava de um rapaz que era terrorista. Então, rompi contrato com eles e assinei com a L&PM. Hoje, o livro já está na sétima edição e foi adotado por uma enorme quantidade de colégios brasileiros.

— O livro seguinte, *Tambores Silenciosos*, é seu maior sucesso até hoje. Ele foi escrito na volta ao Brasil?

— Os *Tambores Silenciosos* também foi escrito em Portugal. Eu morei lá dois anos e escrevi quatro livros. Levei todo o levantamento dos *Tambores* pronto aqui do Brasil, mas só lá botei no papel.

Foi aí que o Érico morreu e isso me abalou muito. Na volta ao Brasil, a editora Globo instituiu um prêmio em homenagem a ele, insignificante quase, Cr\$ 25 mil. Mas a minha mulher achou que eu deveria inscrever os *Tambores*, para ligar o meu nome ao do Érico. Eu inscrevi e ganhei. O livro tem uma carreira muito boa: já está em 5ª edição e sendo traduzido para a Espanha e para a Itália.

É o livro que eu gosto mais, depois de *Camilo Mortágua*, é claro. Ele trata de uma microditadura, de um micro-Brasil. E já nasceu com problemas. Antes dele ser editado, alguém conseguiu os originais na editora Globo e descobriu que um personagem chamado Lúcio Machado — um crápula — era, na verdade, o Luciano Machado, que trabalhava no Tribunal de Contas, onde eu também trabalhava em 1964, quando caí na clandestinidade. Aí, o livro ficou praticamente proibido, mas acabou sendo liberado pouco mais tarde. Em cinco dias, vendeu 30 mil exemplares.

Você vai curtir de montão quando esses livros chegarem na sua casa.

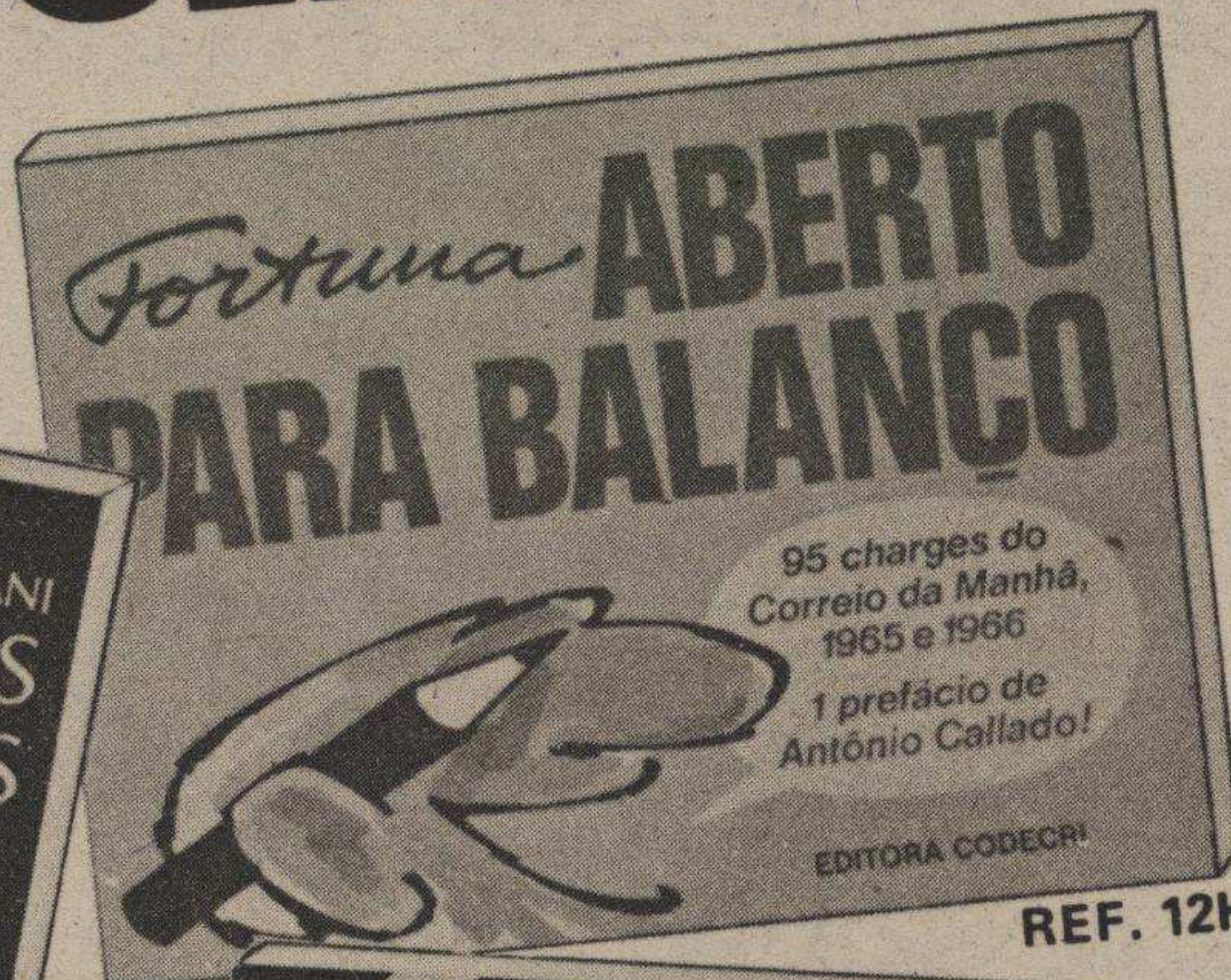
É só preencher o cupom



REF. 79



REF. 72



REF. 12H



REF. 3A



REF. 74

REF. 79 — NA REPÚBLICA DE PRIMEIRO DE ABRIL
Paulo Celso Rangel — 190 páginas — Cr\$ 250,00

REF. 72 — OS ESTANDARTES DE ÁTILA
Silvio Fiorani — 120 páginas — Cr\$ 250,00

REF. 3A — O QUE É LITERATURA DE CORDEL?
Franklin Maxado — 144 páginas — Cr\$ 170,00

REF. 12H — ABERTO PARA BALANÇO
Fortuna — 110 páginas — Cr\$ 180,00

REF. 74 — RODA DE FOGO
Ildásio Tavares — 180 páginas — Cr\$ 260,00

PREENCHA, RECORTE
E ENVIE AINDA HOJE
O SEU PEDIDO.

CUPOM PEDIDO

A EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

SIM, queiram enviar-me, o quanto antes, os livros assinalados abaixo. Se eu pedir todos eles irei pagar somente Cr\$ 820,00 fazendo jus a um desconto de Cr\$ 260,00.

CÓDIGOS DE REFERÊNCIA
79 72 3A 12H 74

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ CEP _____

EST. _____

ASSINATURA _____

Economize
Cr\$ 260,00!

Adquirindo os 5 livros apresentados
neste anúncio você terá direito
a um desconto de Cr\$ 260,00
sobre o preço total.

— Você já poderia viver exclusivamente de seus livros?

— Certamente não. Eu estou vendendo uma média de dois mil livros por mês, isso já quase permite uma profissionalização, mas ainda é insuficiente. Eu estou esperando pela minha aposentadoria pela *Folha de São Paulo* e lutando por uma aposentadoria do Tribunal de Contas, de onde fui injustamente demitido, para me dedicar apenas aos livros. Aí, fico apenas com a minha coluna na página dois da *Folha* — que, inclusive, é bom para não me desatualizar. Já tenho muitos planos: quero passar a escrever um romance por ano, no máximo, mais uma ou duas peças, um livro infantil-juvenil e outro infantil. Já tenho pronta a primeira série de *Histórias Incríveis do Tio Balduino*, histórias para crianças, que se pegarem, podem ser produzidas às dezenas.

Até o final deste ano, eu pretendo escrever *A Morte da Primeira Dama* (veja quadro na página 26). Até maio de 81, espero terminar *Tempo de Angústia*, o último volume da trilogia *A Ferro e Fogo*, e, até o fim de 81, quero aprontar mais um romance: *Uma Festa na Janela*, uma história mais leve, quase policial, com um final meio surrealista. Além disto eu já tenho quatro peças prontas.

— Você pode falar delas?

— Bom, eu realmente pretendo começar, cada vez mais, a fazer peças para atores de televisão. Acontece que, geralmente, eles trabalham seis meses e folgam seis outros meses. Então, eles querem viajar com teatro para aproveitar o cartaz. O grande problema deles é que não se encontram peças para quatro ou cinco atores: todas são para elencos de 10 ou 12 pessoas, no mínimo. E, hoje em dia, viajar pelo Brasil com um grupo assim, custa muito. Para dar lucro, tem que cobrar mil cruzeiros pelo ingresso. Por exemplo, eu tenho uma peça com dois personagens que os alucina. O Paulo Gracindo e o Lima Duarte estão brigando por ela. Baseia-se num conto que eu escrevi para a *Status*, chamado *Débora, Débora*.

— Você poderia contá-la?

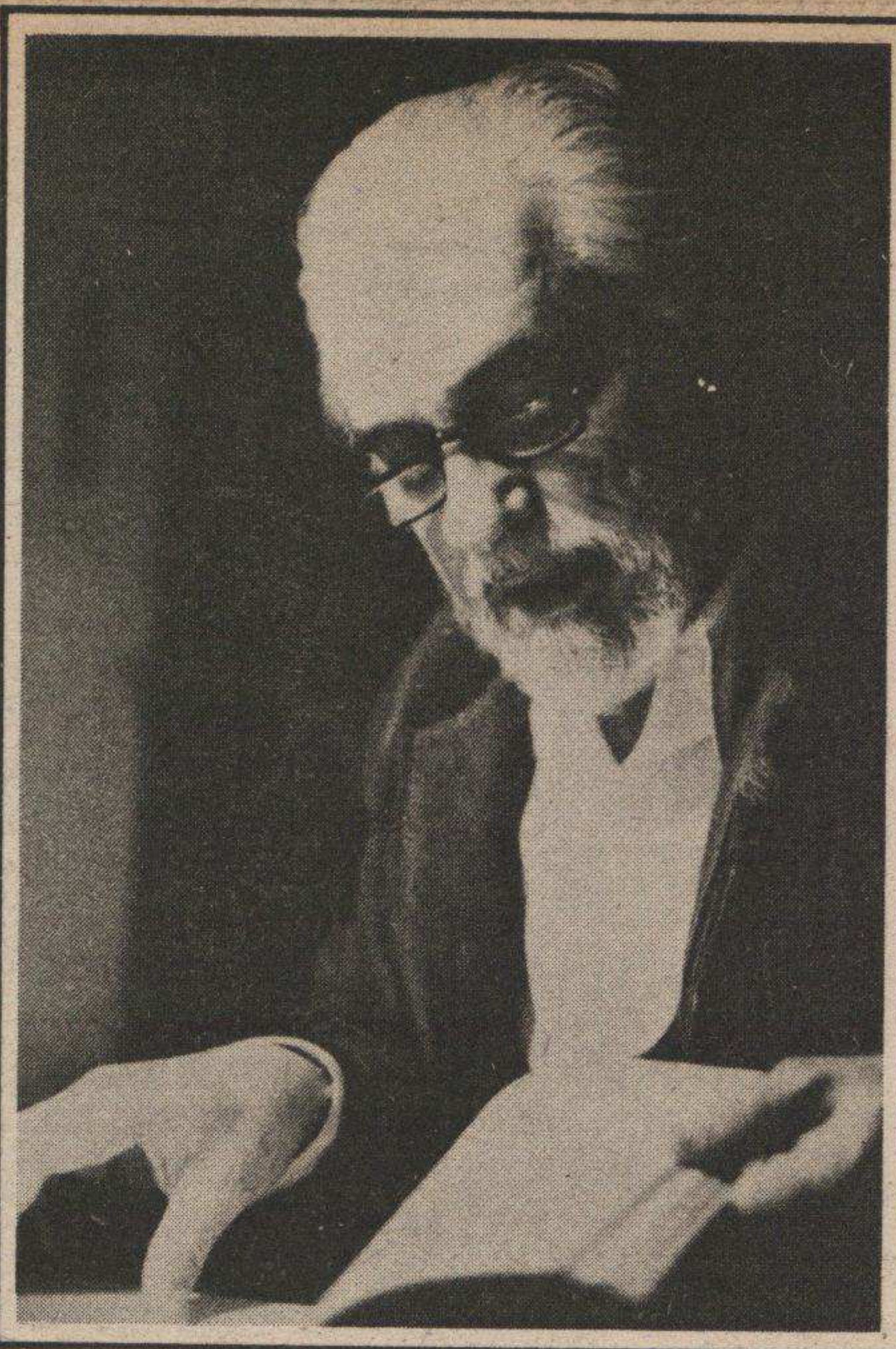
— Claro. Dois velhos amigos se en-

“Você não pode inventar um romance. Tem que deixar ele amadurecer com o tempo”

contram. A mulher de um deles o abandonou para viver com o outro. Ele explica ao amigo tudo o que ele deve fazer para agradá-la, apesar de estar terrivelmente aborrecido por tê-la perdido. No segundo ato, inverte-se a situação: a mulher volta para o marido e o amigo conta os segredos que descobriu a respeito dela. Débora nunca aparece, provavelmente vai ser a Bruna Lombardi, um enorme poster em cena. Os dois apenas elogiam a Débora.

No terceiro ato, o marido vai, desesperado, no escritório do amigo dizer que sabe que a Débora quer voltar para ele. O amigo pergunta se ele tem feito tudo o que ela gosta, ele garante que sim. O amigo diz então: “Tive uma idéia genial. Nós é que vamos decidir isso. Vamos jogá-la no pôquer. Se você perder e ela vier me procurar, eu ficarei com ela. Se você ganhar, mesmo que ela venha para mim, eu não a aceitarei de maneira nenhuma, digo que vou casar com outra e a mando embora”.

O marido hesita. Não quer jogar, diz



Daniel Andrade

que tem azar. Mas o jogo começa: pôquer aberto, uma só rodada. Dadas as cartas, o marido recebe um par de sete; o amigo, um par de reis. O marido quase chora, blasfema, lamenta. Cada um pede mais três cartas. Dois oito para o marido, par de ás para o amigo. Na última carta, o marido fecha o *fullhand* e ganha.

Nisso, a secretária avisa que uma certa dona Débora acaba de chegar. O marido diz: “Não vais cumprir a promessa, eu sei”. O amigo o manda sair pela porta dos fundos, garante que vai manter a palavra. O marido sai, Débora vai entrar. Ele vira-se para o público e diz: “Vai ter idéia genial assim na puta que pariu!” Para salões paroquiais e colégios, há uma adaptação: “Vai ter idéia genial assim no raio que o parta!”

— E as outras três peças?

— Bom, a primeira chama-se *O Grito de Dolores*. Baseia-se num acontecimento verídico, acontecido em Dolores, no México. Em 1810, um padre mulato dá um grito libertário, distribuindo terras aos trabalhadores, liberdade para todos. É

preso e fuzilado. Um ano depois, deu-se a independência do México. Na peça, que trata dos golpes de estado na América Latina, num palco vazado, um único personagem conversa com o público, traçando a trajetória que vai desde Pizarro até Pinochet.

Outra peça é *A Nau dos Inocentes*, que mostra as pessoas apanhadas de surpresa pelo golpe de 1º de abril de 64. Os cenários também são muito simples e os personagens usam malhas de uma só cor, de acordo com o seu papel. São duas mulheres e três homens que representam 16 personagens, segundo as teorias do Teatro do Oprimido, de Boal. No primeiro ato, todos representam o seu papel na sociedade. No segundo, estão mortos, cruzando de barco para a vida eterna. São julgados pelo barqueiro.

A terceira peça tem uma hora de duração. Chama-se *Antes do Amanhacer* e é escrita em versos. Ou, como diz o Mário Quintana: “Josué pensa que interromper uma frase no meio e continuar em nova linha é verso”.

A peça se passa num palco completamente escuro, os atores usam malhas pretas, máscara branca e as mãos nuas. Luz negra individual. Há também projeção de slides, com frases como “Abaixo a Ditadura”, “Liberdade”. É a história de um grupo de jovens que picha as paredes e é perseguido pela polícia. É um simbolismo da luta de todos esses anos, feita às escondidas, fugindo da repressão. No final, os personagens falam em jogral. É uma peça fácil, que pode ser representada por qualquer grupo amador.

— Você teve uma produção muito grande nos últimos anos. E ainda pretende aumentar de ritmo. Isso não diminui a qualidade das obras? O que você pensa disto?

— Se você decide que vai escrever três romances num ano e não tem esses romances na cabeça e precisa inventá-los, o resultado vai ser péssimo. Você não pode inventar um romance. Você tem que deixar que eles amadureçam com o tempo. Eles são quase como um furúnculo: chega um dia em que abre, é só espremer, dói um pouquinho, mas sai.

Agora, se você já tem cinco histórias boas num ano, pode escrevê-las todas, sem problema. O Simenon escreveu cinco livros num mês, todos de boa qualidade. Às vezes, um sujeito leva dez anos escrevendo um livro e o livro não vale nada. Quer dizer, acho que não existe uma relação muito importante entre quantidade e qualidade, não?

— E da literatura brasileira atualmente, o que você poderia dizer?

— Bem, eu acho que quem pretende escrever livros no Brasil, deve procurar atingir o máximo de leitores. Por isso, é preciso saber que estamos num país subdesenvolvido, onde pouquíssima gente lê. A minha tese é que o escritor brasileiro deve escrever com a maior simplicidade possível: facilitar a leitura, cortar as palavras pouco usadas, criar ganchos e encantamentos para prender o leitor. Os modernos autores norte-americanos dão lições sobre isto. E são muito melhores do que os europeus.

Eu acredito que nos próximos 30 anos, a grande literatura sairá daqui da América do Sul. Ela, por enquanto, ainda é uma coisa exótica. Será realmente grande quando, ao invés do realismo mágico, conseguir descrever por inteiro a vida deste continente. Mas ainda nos falta *background*. O escritor brasileiro, por exemplo, é pouco aprofundado culturalmente.

— E além dos planos literários, você pretende fazer o quê? Existe alguma possibilidade de um retorno à política?

— Bem, em primeiro lugar, não quero nem posso fazer política partidária porque meus problemas no coração impedem. Segundo, eu sempre fui um rebelde. Não nasci para ser homem de partido, soldado de uma causa. Nunca entrei no Partido Comunista, por exemplo, justamente por isso. Além do mais, nenhum dos partidos que está aí, na verdade, me atrai. Discordo de todos eles, não tenho nada a ver com nenhum. Acho que eles estão tão mal organizados que se o Jair Soares se candidatar a governador do Rio Grande do Sul, ganha. Mas o fato de eu não querer me envolver com partidos não significa que eu não faça política todos os dias: a minha coluna na *Folha* é eminentemente política e meus livros, todos, têm um fundo político claro. Acho que é esse o meu papel dentro da sociedade.

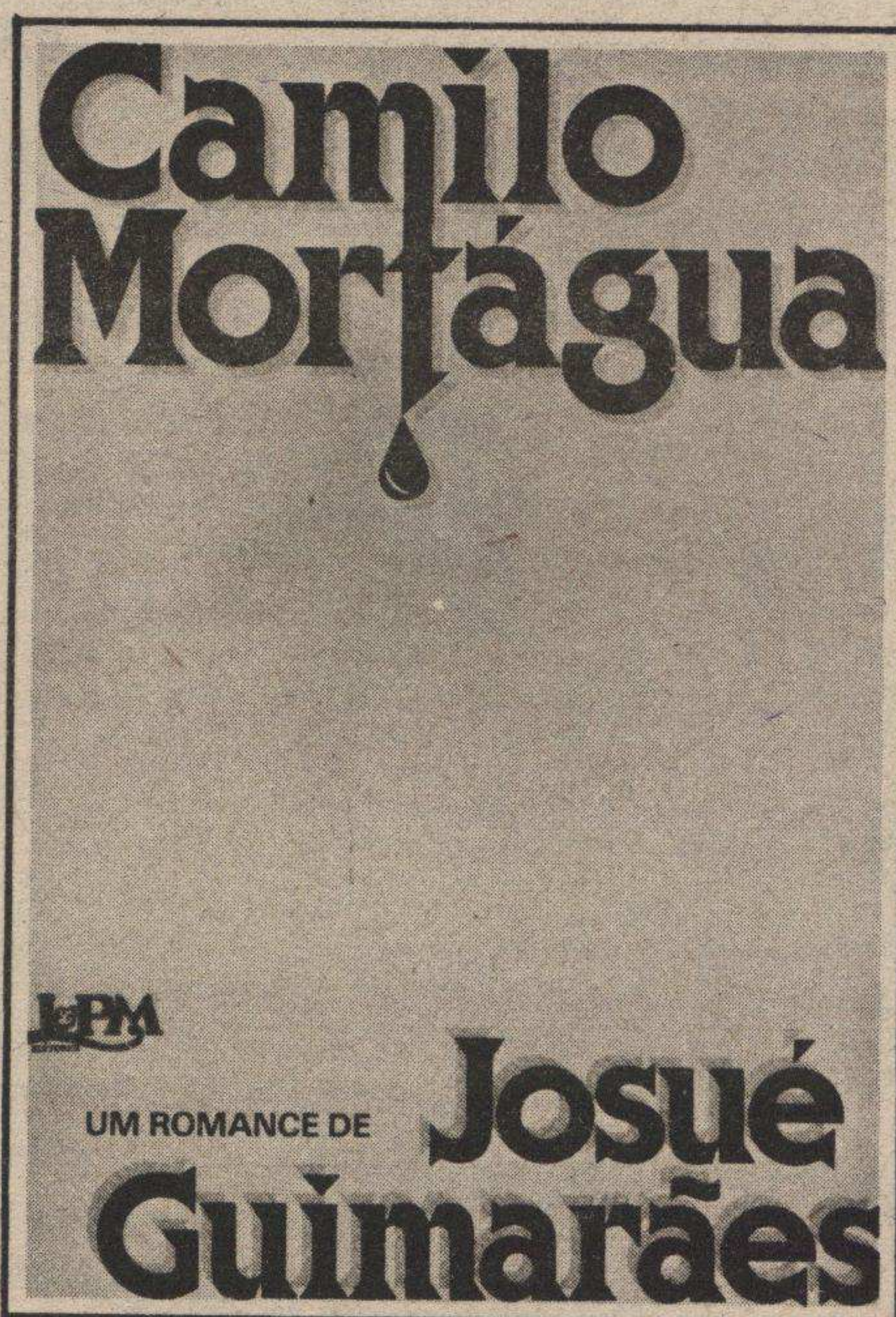
A história que Érico queria escrever

Todas as vezes que contava a história de Camilo Mortágua para seu grande amigo Érico Veríssimo, Josué Guimarães ouvia a mesma resposta: “Mas esta história é uma beleza. Quando é que você vai escrevê-la? Faça-o logo, antes que seja eu quem a escreva”. Hoje, Veríssimo não está vivo para ler, mas *Camilo Mortágua* (L&PM Editores, 486 págs., Cr\$ 600,00) finalmente foi escrito e publicado. Com suas quase 500 páginas, é o primeiro livro que Josué Guimarães escreveu com inteira liberdade. Autorizado por seus editores, ele não precisou preocupar-se com o número de páginas ou com o custo do livro: apenas contou a história, fluente e movimentada. A seguir, ele mesmo faz um resumo do livro:

— Trata-se da história da decadência de uma família rural pecuarista, que levava uma vida faustosa num casarão da Avenida Independência, em Porto Alegre. A família vai se arruinando pouco a pouco, até que resta apenas Camilo. O livro começa justamente no momento em que ele com 65 ou 66 anos, está morando numa pensão de quinta categoria, no Bairro Azenha, perto da antiga Rua Cabo Rocha, em frente ao Cinema Castelo. Uma zona terrível.

É o dia 1º de abril de 1964, dia do golpe militar. Alheio a tudo isso, o velho Camilo decide ir ao cinema, perto da pensão. O filme é *Cleópatra*, a rainha de Cesar, que realmente estava passando neste dia. Na entrada, a bilheteira, que o conhecia, diz que o filme é chato, que não vale a pena assisti-lo. Mas como o velho não tem nada para fazer, decide entrar assim mesmo.

O filme começa e Camilo Mortágua pensa que houve algum engano. É que na tela aparecem grades e uma longa escadaria que ele imediatamente reconhece como sendo as de sua antiga casa. A seguir, entra correndo um menino de cinco anos e ele reconhece a si mesmo. Naquele dia surpreendente ele assiste, na



Mortágua: final misterioso

tela, a 20 anos de sua própria vida. Ele teria imaginado tudo? A verdade é que, através do filme, ele toma conhecimento de coisas que não sabia, de momentos em que ele não estava presente. Por exemplo ele descobre como seu pai e seu irmão mais velho mandaram de volta para um cabaré do interior uma prostituta que ele adorava e para qual ele havia alugado uma casinha, que visitava constantemente. Fica sabendo que ela não o traiu, como o fizeram crer, mas que ainda o amava.

Ao fim da sessão, ele sai desesperado do cinema. Toma um porre homérico e volta para a pensão. Lá moravam também um técnico de rádio e TV, um vendedor de carros com uma mulher meio puta, um funcionário estadual, etc. Lá, ele faz um escândalo, quebra várias coisas. No

dia seguinte, a dona da pensão, que gostava muito dele, tenta acalmá-lo, mas ele está indócil. Está esperando pela noite, para ver o filme novamente. Na hora da sessão, a bilheteira estranha em vê-lo lá novamente, pensa que o velho caducou de vez. Mas o filme começa e o que Camilo Mortágua vê é a continuação de sua vida: mais uns 20 anos, naquela noite, onde aparecem seu casamento fracassado, as traições de sua mulher, algumas cenas altamente eróticas. Ao sair, ele está ainda mais desesperado. Apanha uma mulher horrível na rua e tenta repetir com ela — numa pia — uma cena de amor que tivera com a sua amante do interior, numa banheira. Arma-se assim uma nova confusão na pensão e a dona acaba botando sua trouxa de roupas na rua. Ele está expulso.

Neste meio tempo, *Mocinha*, a sua amante, está de volta a Porto Alegre e procura por ele. Na noite do terceiro dia, ele vai outra vez ao cinema: vê seus últimos anos, chega até os últimos dias, fica horrorizado com as duas bebedeiras anteriores, descobre que, enquanto ele estava na fila para entrar no cinema na noite anterior, *Mocinha* estava na pensão procurando por ele. Eles quase se cruzaram na rua. Aí, o filme começa a mostrar o que aconteceu naquele mesmo dia. Ele vê a si mesmo sentado no cinema, a realidade e o filme se aproximam cada vez mais, aí...

Bom, como o livro tem um final meio policial, não convém contá-lo, não é mesmo? Quem quiser saber o fim — que, sem dúvida, é a parte mais interessante do livro — deve lê-lo. Na verdade, *Camilo Mortágua* é um livro de histórias, só de histórias. Não há paradas para elocubrações ou filosofadas. E acho que é justamente por isso que o livro vai pegar. Quem ler, vai recomendar. E é assim mesmo que um livro estoura... Não adianta fazer um gigantesco esquema de propaganda se as pessoas não gostarem e não recomendarem umas às outras.



De Harold Robbins a Lênin, Marx, Trotsky, Chê...

XXVI FEIRA DO LIVRO, Porto Alegre, de 31/10 a 9/11

Motivados com o sucesso da 1ª Bienal do Livro, realizada em agosto, em São Paulo, 56 livreiros — a maioria dos quais, gaúchos — estão organizando, com entusiasmo, a XXVI Feira do Livro de Porto Alegre, uma celebração já tradicional na cidade. Se seguir a trilha da feira anterior, a exposição deste ano deverá, mais uma vez, colocar os livros políticos na listagem dos mais vendidos.

Durante os primeiros anos da década de 70, os grandes campeões de venda da feira — que expõe mais de 100 mil livros, vendidos com 10% de desconto em dezenas de barracas espalhadas pela Praça da Alfândega, bem no centro de Porto Alegre — eram autores como Harold Robbins e Morris West. Depois de um bom trabalho de divulgação feito pela Câmara Riograndense do Livro, a preferência do público concentrou-se em torno de autores gaúchos, como Érico Veríssimo, Josué Guimarães e Mário Quintana.

Nestes 26 anos, a feira já criou muitas particularidades. Oferece, por exemplo, uma das raras oportunidades de se ver o poeta Mário Quintana circulando socialmente. As solenidades de abertura, sempre em dias chuvosos, contam com a presença invariável do cardeal dom Vicente Scherer, que abençoa a feira.

Desde 1954, a Bíblia e o *Pequeno Príncipe* destacaram-se extraordinariamente, mantendo uma boa tiragem em todas as feiras. Nenhum livro, porém, jamais vendeu tanto de uma só vez quanto a antologia de humor *Q1 14*, feita com cartuns de Edgar Vasques, Luis Fernando Veríssimo, Fraga, Santiago e outros. A noite de autógrafos mais concorrida, até hoje, foi a de José Mauro de Vasconcelos e seu *Meu Pé de Laranja Lima*.

RECEITA

A partir do ano passado, no entanto, quando realizou-se a chamada "primeira feira da abertura", os livros políticos — antes, praticamente banidos — alcançaram, com facilidade, os primeiros lugares. Houve muita gente surpresa, e até temerosa, ao aproximar-se da barraca da livraria *Combate Socialista*, repleta de obras de Lênin, Marx, Trotsky, Guevara — que, no sorteio, acabou ganhando o lugar mais importante da feira, bem no centro da praça. O governador Amaral de Souza, por exemplo, durante a sua visita inaugural, no ano passado, desviou-se bruscamente de seu caminho ao perceber em que direção estava caminhando.

— Mais o maior mérito da feira — diz Leopoldo Boeck Filho, presidente da Câmara Riograndense do Livro — foi ter transformado bastante o relacionamento do público com os livros. Anos atrás, as pessoas iam nas livrarias com um papelzinho anotado com o nome do livro e do autor, como se fosse uma receita. Foi somente depois da feira que o contato entre as pessoas e os livros passou a ser mais franco.

A XXVI Feira do Livro de Porto Alegre começa no dia 31 de outubro e vai até nove de novembro. Foram convidados para as noites de autógrafos, entre outros, Paulo Freire, Caio Prado e, Júlio José Chiavenato.

EDUARDO BUENO

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

REVELANDO A MEMÓRIA NACIONAL

DO OUTRO LADO TEM SEGREDOS, de Ana Maria Machado, ilustrações de Antônio José do Espírito Santo, Editora Paz e Terra, 1980.

O SOLDADO QUE NÃO ERA, de Joel Rufino dos Santos, ilustrações de Carlos de Brito, Editora Moderna, 1980.

São tantas lutas inglórias/São histórias que a história/ Qualquer dia contará/ De obscuros personagens/ As passagens, as coragens/ São sementes espalhadas pelo chão/ De juvenais e de raimundos/ Tantos júlios de santana/ Uma crença num enorme coração/ Dos humilhados e ofendidos/ Explorados e oprimidos/ Que tentaram encontrar a solução.

Luiz Gonzaga Júnior: *Pequena memória para um tempo sem memória (A Legião dos Esquecidos)*

É a *Legião dos Esquecidos*, de que fala a canção de Luiz Gonzaga Júnior, que parece ter penetrado na literatura infanto-juvenil, por meio de escritores como Joel Rufino dos Santos e Ana Maria Machado. Evitando o compromisso que a literatura infanto-juvenil teve por muitas décadas com a história oficial do Brasil, contando apenas os fatos já conhecidos através dos livros didáticos e patrocinando, assim, a versão escolar, estes escritores invertem o ângulo de tratamento do problema e lhe dão novas dimensões.

O *Soldado Que Não Era* conta a história do levante baiano contra as tropas portuguesas que resistiam à proclamação da independência liderada por Pedro I. Contrapõe-se, pois, à versão que vê no episódio da autonomia política um acontecimento transcorrido "às margens plácidas" do riacho Ipiranga. Desautorizando a placidez paralisada do mito oficial, Joel Rufino dos Santos mostra as lutas sangrentas e os sacrifícios vividos pelo povo da Bahia na defesa da liberdade política.

O caráter popular do levante é outro aspecto ressaltado pelo autor em sua narrativa. Evitando fazer uma história de generais e nobres, enfatiza os heróis populares que tomaram parte no evento e cujo sangue foi o preço da vitória. Destaca-se, sob este ângulo, sua heroína, o "soldado que não era", Maria Quitéria de Jesus, moça humilde, filha de um pequeno proprietário, que abandona a família para acompanhar o Exército Nacional que enfrenta o poder lusitano.

Nesta medida, por meio de uma novela dirigida a um público infanto-juvenil, o Autor propõe uma série de desmitificações dignas de menção, porque consistem numa revisão da tradição nacional:

— a de que não houve dificuldades, nem derramamento de sangue nos epi-

sódios relativos à conquista da autonomia nacional, o que garante a continuidade dos laços coloniais entre Brasil e Portugal e, por extensão, com a Europa;

— a de que se pode continuar ignorando a participação popular no movimento separatista, quando ela existiu e tomou colorações nacionalistas.

UFANISMO

E, usando como protagonista central uma mulher, o Autor ainda problematiza a questão da eventual participação feminina nos episódios que dizem respeito à evolução da sociedade brasileira. Isto é, ele mostra as dificuldades que revestiram as possibilidades desta participação, já que não apenas Maria Quitéria precisou antes travestir-se em homem para poder ser aceita, como sua ação jamais foi reconhecida pelo pai, que a expulsou da família para sempre. Nesta medida, evidenciando os contornos do pensamento da época, seus preconceitos e limitações, Joel Rufino dos Santos evita um nacionalismo desmesurado, o que aproximaria seu livro de outras tantas visões deturpadas do passado local.

Este ufanismo ainda é contornado pela introdução, no texto, de um segundo narrador. Com efeito, quem conta os principais episódios da luta é o corneiteiro Luis Lopes, de modo que as opiniões mais exacerbadas e ufanistas pertencem a ele, e não ao narrador primeiro, que se apresenta como um ouvinte mais jovem. Este recurso permite que se atenuem o entusiasmo e os exageros de Lopes, que participou dos principais eventos transcritos. E possibilita igualmente que o Autor evidencie ficionalmente o fenômeno mesmo que o levou a escrever o livro: o de que, por negligência da história oficial, comprometida com o poder político, esquecemos nossos heróis mais humildes. Deste modo, Lopes introduz a seus ouvintes a valente Maria Quitéria, cuja importância ninguém mais lembrava ou sequer desconfiava. Em vista disto, o ouvinte reproduz a situação do leitor juvenil, e este tem meios a partir daí de refletir sobre os fatos da história e o modo como ele é confundido normalmente, através sobretudo da ação da escola, a consumi-los.

Este processo de recuperação de uma memória recalcada pela versão oficial dos acontecimentos, usando para isto o próprio adolescente que é leitor ou personagem do texto, ocorre igualmente na narrativa de Ana Maria Machado, *Do Outro Lado Tem Segredos*. Não se tratando esta de um relato propriamente histórico, como o anterior, seu propósito é mostrar como a coletividade negra rompeu os laços com seu passado, que faz parte — e a menos nobre — da história da nação. Assim, a narrativa apresenta, de um lado, a personagem central, Benedito ou Bino, em busca da compreensão de suas raízes a partir das referências esparsas que recebe dos mais velhos. Coletando e compondo os pedaços, o menino obtém um quadro de informações mais completo sobre o



aprisionamento e escravização dos negros africanos, suas constantes revoltas, o papel do líder Zumbi e, o que é mais importante, o lugar que ocupa Bino neste encadeamento de dados. Por outro lado, por intermédio das pesquisas do garoto, o livro alcança a dimensão do relato de cunho histórico, pois reproduz os eventos mencionados acima e fornece novos meios de interpretação dos modos como se deu a ocupação e colonização do território americano.

Do Outro Lado Tem Segredos e *O Soldado Que Não Era* são, pois, narrativas que compartilham um projeto comum: de um lado, visam mostrar acontecimentos via de regra obscurecidos nos livros que se ocupam em transmitir a vida colonial brasileira e o processo de autonomia política (respectivamente dos negros e brancos, provando que não se deram da mesma maneira). De outro, lidam com o modo de recuperação destes eventos: perante uma memória amordaçada pela falta de informações verdadeiras ou precisas, torna-se necessária uma tomada de decisão rumo à inversão do sistema. Por isso, ambos os livros interiorizam o problema, fazendo com que as personagens discutam este esquecimento e tratem de preencher esta lacuna com dados verídicos sobre a realidade e a tradição.

REGINA ZILBERMAN

UM PAÍS ONDE NADA SE PERDE

HENFIL NA CHINA (antes da Coca-Cola), de Henfil, Editora Codecri, 309 páginas, 1980.

Há mais um livro para interessados em China e chineses. Dispensando o sociólogo, *Henfil na China* (antes da Coca-Cola) é escrupulosamente honesto e vale a viagem. Com ilustrações do autor e algumas fotos, a série de reportagens (também publicada no *Pasquim*) dá uma idéia clara da pobre e digna vida chinesa moderna. O visitante não faz concessões (quis esmurrar a fotógrafa brasileira que o acompanhava e que insistiu em levar Modess daqui, desconfiada dos absorventes comunistas). Sucinto, munido deste senso peculiar de estrangeiros em terra estranha, com curiosidade, visão, ele incursiona pelo jeitinho chinês, sem dar tréguas aos seus laboriosos intérpretes.

Guiado e gozando pleno poder de escolha, Henfil vai para as ruas, com a maior manifestação pacífica da face da

terra, comemorar a queda de Chiang Ching. Investiga o Bando dos Quatro. Visita Tachai ("Que diabo é Tachai, que a gente nunca ouviu falar no Brasil?"). Entra na Pequim subterrânea dos abrigos atômicos. Come como um frade. Faz observações escatológicas. Descobre que chineses comunistas adotam o velho sistema de quadro de honra, de colégio de padre. E nem sempre escapa de ser o turista com pouco tempo e muito o que fazer: "Me moeu uma sensação de desperdício. Pô, eu com o povo do Ministério das Relações Exteriores por três horas e nem me lembrei de perguntar de como é que é este negócio da China ficar criticando Cuba e não ter rompido com Pinochet".

Impressionado pela política do Instituto de Minorias, a Funai chinesa, Henfil escreve para o cacique Juruna: "É como se, no Brasil, o Congresso Nacional tivesse obrigatoriamente representantes índios. Independente deles serem 150 mil e nós 110 milhões... As minorias administram suas finanças, fazem leis locais, elaboram seus planos econômicos, têm regulamentação eleitoral própria. Só não são autônomos em política externa".

Naturalmente ele se deslumbra com a simplicidade das soluções, encontradas por essa gente de cultura milenar, para problemas que no Ocidente são tidos como insolúveis. Não há luxo ("não existem nem grã-finos nem mendigos para dar parâmetros do que é se vestir bem ou mal"), mas o que come um trabalhador chinês daria para alimentar um caminhão de bôias-frias. Viver sem inflação, sem crimes, sem policiamento, sem bagunça, calçado e vestido como todo mundo, sem feriados, sem a corrupção gostosa da civilização ocidental e cristã é uma idéia assustadora.

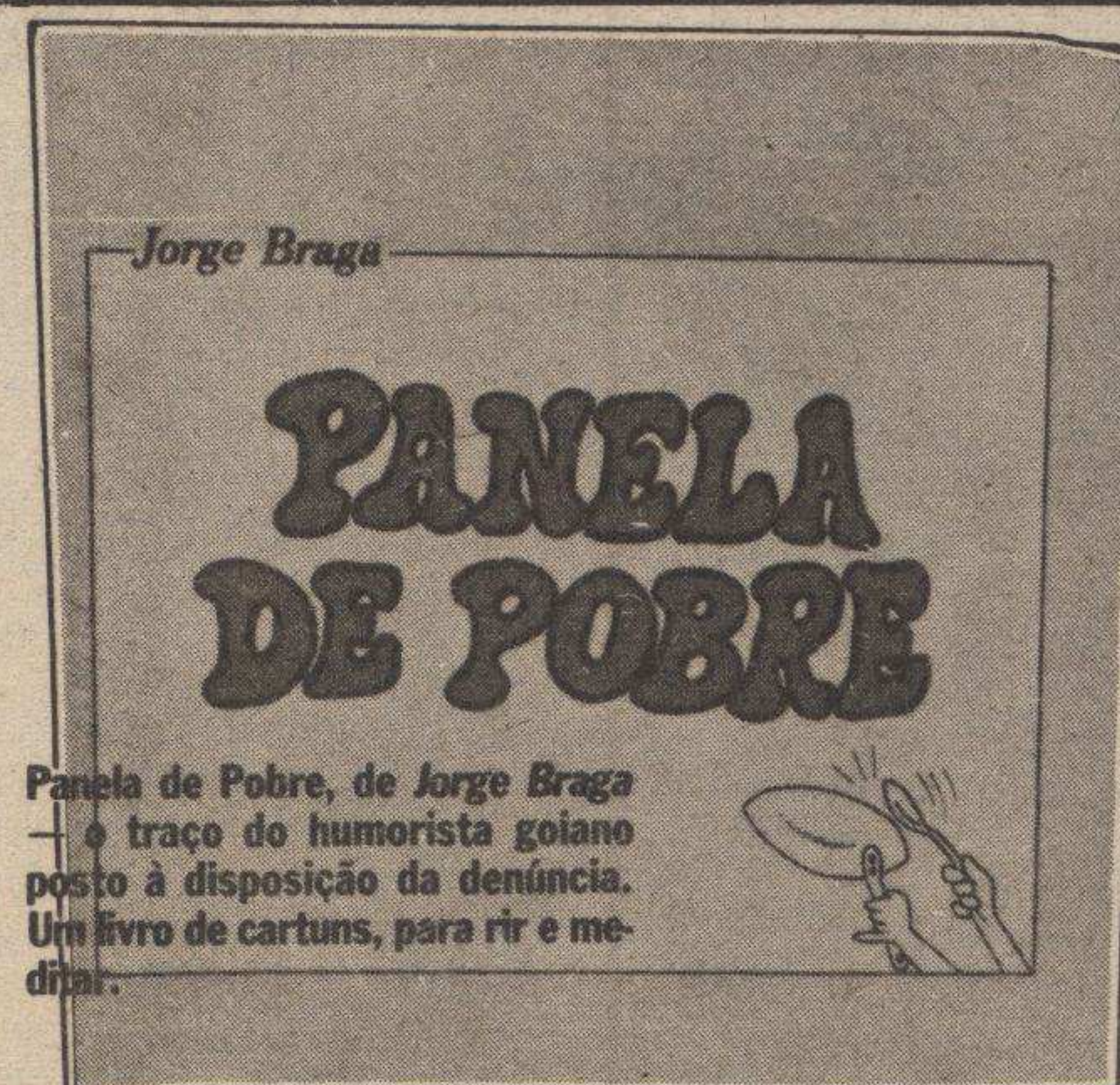
Os burocratas da propaganda irritam o visitante. Depois de ver Tachai, a comuna-modelo da China, ele é convidado a ver uma exposição e ouvir lengalengas: "Dei uma desligada mental e só me lembro que a menina da propaganda falou, por mais de 15 minutos, mais de mil frases feitas". Mais tarde, desabafo: "Estou cheio, de saco cheio. Aprendem regras e não sabem improvisar". Não sabem? Mas sabem aproveitar: "Eles reciclam tudo. Papel, plástico, vidro, ferro, tudo tudo... Tem caixa coletora para garrafa, para papel... ora, que novidade estou a contar? Se os chineses aproveitam o cocô e a urina, não vão aproveitar garrafas?"

Sai Henfil. Entra a Coca-Cola. A China não é mais aquela. Ainda assim, imagina-se que os chineses estejam lá, como antes, trabalhando e falando mal do Bando dos Quatro. E que seja mais fácil ver o Vice-Ministro do Exterior de Cantão de pileque do que uma mosca. Henfil procurou uma mosca no país inteiro e não achou.

JOSÉ FONSECA

Dois livros de Goiás para você!

Peça já pelo reembolso postal



PANELA DE POBRE, de Jorge Braga
— o traço do humorista goiano posto à disposição da denúncia. Um livro de cartuns, para rir e meditar.

CANTIGAS MENORES... 60,00
PANELA DE POBRE... 100,00



CANTIGAS MENORES, de Dom Pedro Casaldáliga — 200 poemas em que o bispo de São Félix do Araguaia retrata, com amor e humor, o homem da Amazônia.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre — 90.000 — RS.

Nome: _____
End.: _____ N.º _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____

Lançamentos

A ECONOMIA POLÍTICA DA NOVA ESQUERDA, de Assar Lindbeck (org). O autor afirma: "Meu objetivo neste curto livro é tentar interpretar, compreender e examinar atentamente as idéias da Nova Esquerda. Em particular, tentarei discutir, em ordem, algumas das questões mais importantes sobre economia política assumidas por esse movimento..." Editora Paz e Terra, 232 páginas.

BOLÍVIA: VOCAÇÃO E DESTINO, de Omar de Barros Filho. É a história, trágica e épica de um dos povos mais sofridos da América Latina escrita por um jornalista de profundo senso crítico. Editora Versus, 210 páginas.

A GREVE DA ROSA, de Renato Pompeu. Uma narrativa lúcida, poética, às vezes mordaz e cheia de singela ironia sobre a vida operária brasileira da atualidade. Terceiro romance do ator de **Quatro Olhos** e **A Saída do Primeiro Tempo**, da mesma Editora Alfa-Ômega, 170 páginas.

VARGAS, de Hélio Silva. Esse volume faz parte da coleção Pensamento Político Brasileiro, que visa dar uma visão ampla da vida recente do país. Editora L&PM, 160 páginas.

A COLEIRA DE PEGGY, de Holdemar Menezes. Trata-se da terceira edição da obra deste escritor cearense, hoje vivendo em Santa Catarina. Dos contos que fazem parte desse livro, disse o crítico Fábio Lucas: Nesta ficção "cruzam-se várias tendências da arte narrativa contemporânea. Seu palavreado solto, sua franqueza vocabular além dos tabus lingüísticos, a construção metódica dos episódios a fim de proporcionar impacto e surpresa, a preferência por personagens marginalizados pelo sistema, tudo concorre para traçar um perfil populearesco dos contos, de fácil e instantâneo apelo para o leitor". Editora Atica, 64 páginas.

MORONGUÊTA, UM DECAMERON INDÍGENA, de Nunes Pereira. Os dois volumes que constituem Moronguêta tratam das lendas, mitos, tradições, fábulas e estórias dos índios do estado do Amazonas e dos territórios de Roraima e Rondônia, distribuídos por suas cinco áreas culturais. Estudam também a fauna e a flora, o relevo e o clima, a economia e a ecologia, os antecedentes da conquista e a situação atual dos índios amazônicos. Editora Civilização Brasileira, 840 páginas (2 vol.), Cr\$ 600,00.

AS AVENTURAS DE JULIO JURENITO, de Ilya Ehrenburg. A primeira edição desse livro só pode circular na União Soviética com um prefácio de Bukharin, e é o painel irônico e bem humorado de uma fase decisiva da história da humanidade, quando a velha ordem cedia lugar à revolução socialista. Editora Civilização Brasileira, 180 páginas.

O QUE É RACISMO? de Joel Rufino dos Santos. Neste livro, o racismo é tratado de uma maneira profunda mas com uma simplicidade formal que possibilita seu acesso a largos setores da sociedade. Editora Brasiliense, 82 páginas.

HISTÓRIA E CRISE, de Voltaire Schilling. São diversos artigos deste historiador gaúcho, analisando algumas das fases mais críticas da história da humanidade. Editora Movimento, 104 páginas.

O NEGRO NO BRASIL (Da senzala à Guerra do Paraguai), de Julio José Chiavenato. Este autor que desmistificou a Guerra do Paraguai agora analisa a situação do negro no Brasil. Editora Brasiliense, 258 páginas.

O REGIME DE VARGAS (os anos críticos 34/38), de Robert Levine. Professor da Universidade de Nova Iorque, Levine avança em seu projeto de análise dos papéis desempenhados na evolução política brasileira, de 1889 a 1937 de três estados: Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Editora Nova Fronteira.



AFINAL, QUEM É O AUTOR?

AMÍLCAR CABRAL — A arma da teoria, de Carlos Comitini, Editora Codecri, 93 páginas, Cr\$ 160,00.

ÁFRICA ARDE — LUTAS DOS POVOS AFRICANOS PELA LIBERDADE, de Carlos Comitini, Editora Codecri, 359 páginas, Cr\$ 300,00.

A falta de informações sobre a África, e, de resto, sobre o Terceiro Mundo, no Brasil, é quase total. Até aqui, nada de novo. Por isso, a iniciativa da Codecri no ramo só pode ser considerada positiva. Essa situação, porém, torna qualquer lançamento importante e exige um alto nível.

É justamente a qualidade o que falta aos textos de Comitini. No caso do primeiro livro, atribuir a sua autoria ao "africanista argentino" é, pelo menos, abusivo. Das 93 páginas, 71, capítulos IV e V, são transcrições de artigos e pronunciamentos do próprio Amílcar Cabral, contidos no primeiro volume das Obras Escolhidas editadas, em Portugal, pela Seara Nova, da página 199 à 247.

O pior, no entanto, ocorre com os capítulos I e II "de" Comitini. O primeiro, "Amílcar Cabral e sua obra", é a transcrição literal, ainda que isso não seja mencionado, de "Amílcar Cabral — o homem e a sua obra" publicado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Já no capítulo II, — "O testamento político de Amílcar Cabral" — Comitini nada mais fez senão suprimir alguns trechos do capítulo 5 do segundo volume das Obras Escolhidas, cujo título original é "O Estado da Guiné-Bissau", parte um, "A criação da Assembleia Nacional Popular da Guiné. Resultados e Bases das eleições gerais realizadas nas regiões libertadas em 1972".

Feitas as contas, Comitini só pode ser considerado o autor do capítulo III — "Assassinato de Amílcar Cabral" — um texto de duas páginas, nas quais há ainda a transcrição do despacho da agência France Press noticiando o fato. O livro, enfim, lembra aqueles trabalhos escolares em que o aluno copia alguns parágrafos de enciclopédia e apresenta ao professor como se fosse sua "pesquisa".

Em **África Arde**, Comitini foi mais sutil, envolvendo Newton Carlos, que escreveu o comentário de "orelha". O livro

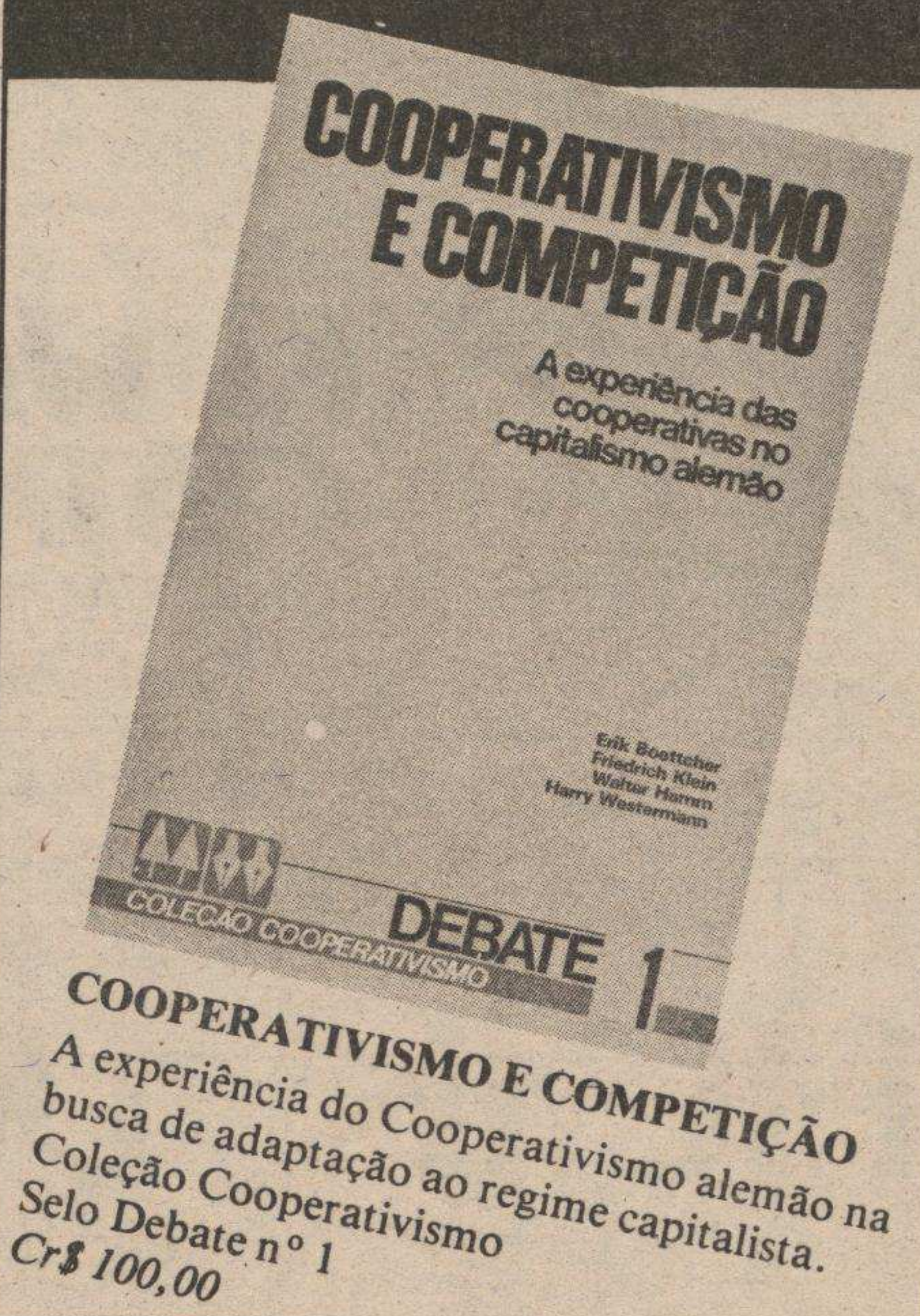
é interessante em algumas partes, mas chatíssimo e confuso em outras. Questões importantes são ignoradas ao mesmo tempo que assuntos sem maior significado são tratados em minúcias.

O capítulo dedicado à África do Sul é típico. São 53 páginas. Nas cinco primeiras, há um razoável resumo dos acontecimentos até 1960. De repente, um salto para as manifestações de Soweto, em 1976. A partir deste ponto, há uma dispensável relação dos dados pessoais de cada um dos africanos "suicidados" nas prisões racistas (dos casos que foram noticiados fora do país, bem entendido) e a transcrição de documentos das Nações Unidas redigidos numa formalíssima linguagem diplomática.

A explicação para os desequilíbrios de **África Arde**, pode ser encontrada na bibliografia (dos dez livros citados, 5 foram escritos na década de 50 e começo da de 60. Os demais são posteriores a 74) e numa entrevista de Comitini ao *Pasquim* de 28/3/80. Nela, ele conta que seu interesse pela África "tem mais ou menos uns 15 anos... Em 70, mais ou menos, comecei um arquivo diário, que continuo até hoje, sobre TUDO relativo à África".

CARLOS MULLER

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr\$ 100,00

ANTIGA POLÊMICA REACESA

A DEMOCRACIA E OS COMUNISTAS NO BRASIL, de Leandro Konder, Editora Graal, 156 páginas, Cr\$ 200,00.

Leandro Konder dispensa maiores apresentações, suficientemente reconhecido nos meios intelectuais brasileiros. Seu último livro, *A Democracia e os Comunistas no Brasil*, aparece num momento em que a questão democrática está em pleno debate em nosso país, seja no terreno imediatamente político de mudanças nas instituições políticas, seja no campo mais abrangente da teoria política.

Trata-se de um livro que também traz sua parcela de contribuição para esse debate, já em curso. O pensamento de esquerda brasileiro começa agora, de forma mais desinibida, a discutir a relevante relação entre Democracia e Socialismo.

No âmbito do debate teórico entre a intelectualidade cumpre registrar, como referências, a intervenção de Carlos Nelson Coutinho publicada inicialmente em forma de artigo na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* sob o título de *A Democracia Como Valor Universal*, e agora em livro, pela Editora Ciências Humanas, em 110 páginas.

É também necessário o registro de um outro artigo, rebatendo o de Carlos Nelson Coutinho, escrito por Adelmo Genro Filho na mesma *Encontros*, em seu nº 17, sob o título de *A Democracia Como Valor Popular e Operário*.

O livro de Konder, entretanto, situa-se na tentativa de reconstrução histórica da trajetória do Partido Comunista Brasileiro, enfatizando o que se poderia chamar de vocação democrática desse partido, sem deixar de acentuar seus momentos de desvios, expressos na predominância de diferentes tendências.

O trabalho de Konder fica prejudicado, antes de tudo, por seu estilo jornalístico, já que se compõe de pequenos ensaios publicados anteriormente, no extinto jornal *A República*.

O que mais prejudica entretanto essa peça de debate, são algumas deformações da própria concepção de democracia, nunca encarada dentro da teoria política do marxismo-leninismo ou mesmo dos chamados socialismos reais, além de estarem acompanhadas por um esforço exagerado de procurar adequar a prática do PCB dentro dos moldes da democracia até agora vivida no Brasil, quase elegendo-o como um partido mais fiel a ela, do que os próprios partidos burgueses.

Sua importância está em alimentar um debate necessário, portanto, um procedimento essencialmente democrático.

DILAN CAMARGO

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



QUERIDA FAMÍLIA
Um drama do nosso tempo. As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr\$ 100,00

CHATT-el-ARAB!

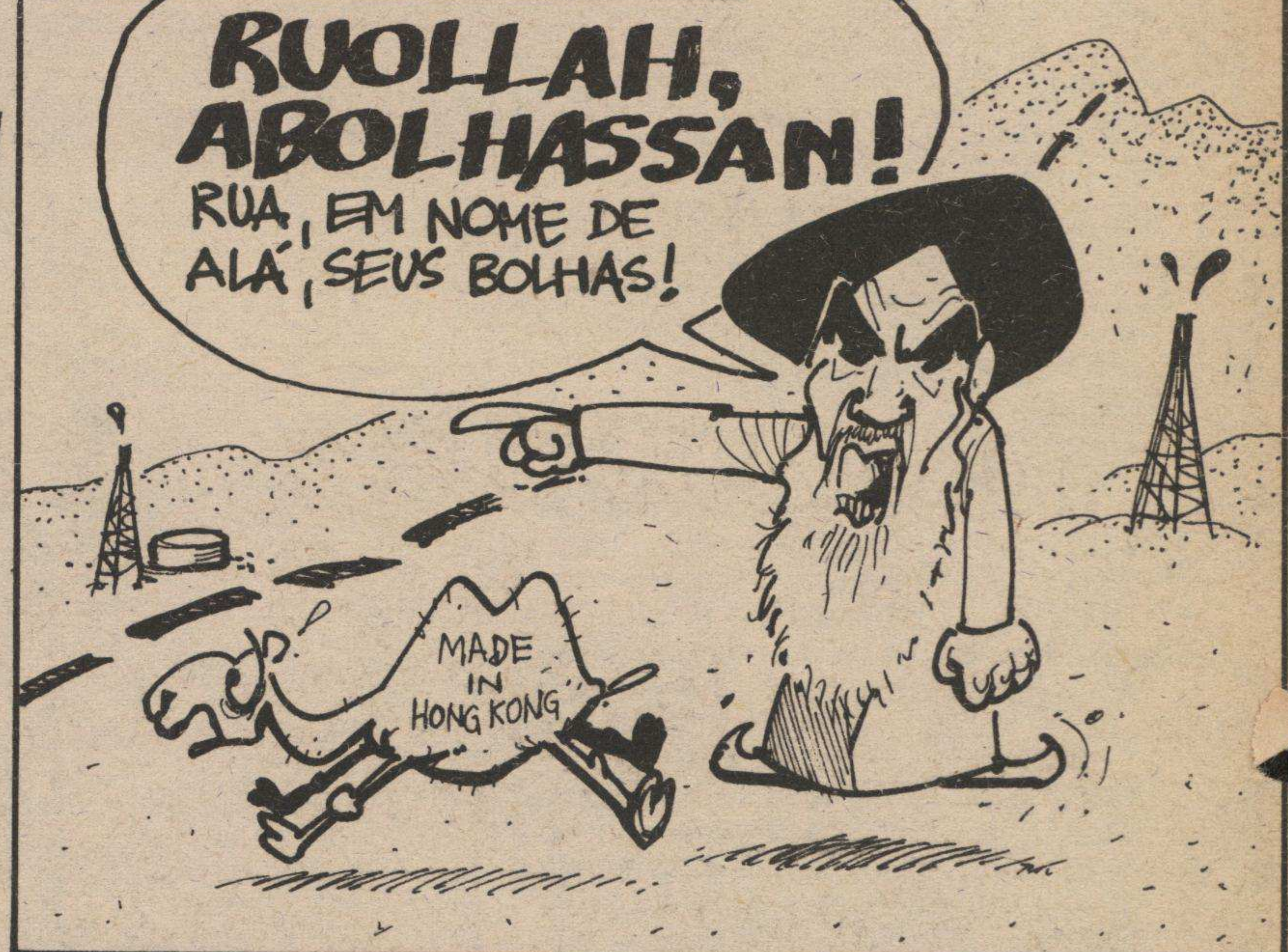
(FICOU CHATO PRÓS ÁRABES!)

SE O AMIGO LEITOR NÃO TA' ENTENDO LHUFAS DA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO, TRANQUILIZE-SE: NOSSO TRADUTOR JURAMENTADO DE PLANTÃO JÁ JÁ ESCLARECE TUDO PRA' VOCÊ. É O SEGUINTE:

SADDAM! SADDAM!
ABDALLAH TEHERAN!
SADDAM! SADDAM! JÁ TÁ PRA' LA' DE TEERÁ!

MULLAH JIDDAHI!
VAMO LA', QUE JÁ DA'!

KUOLLAH, ABOLHASSAN!
RUA, EM NOME DE ALÁ, SEUS BOIHAS!



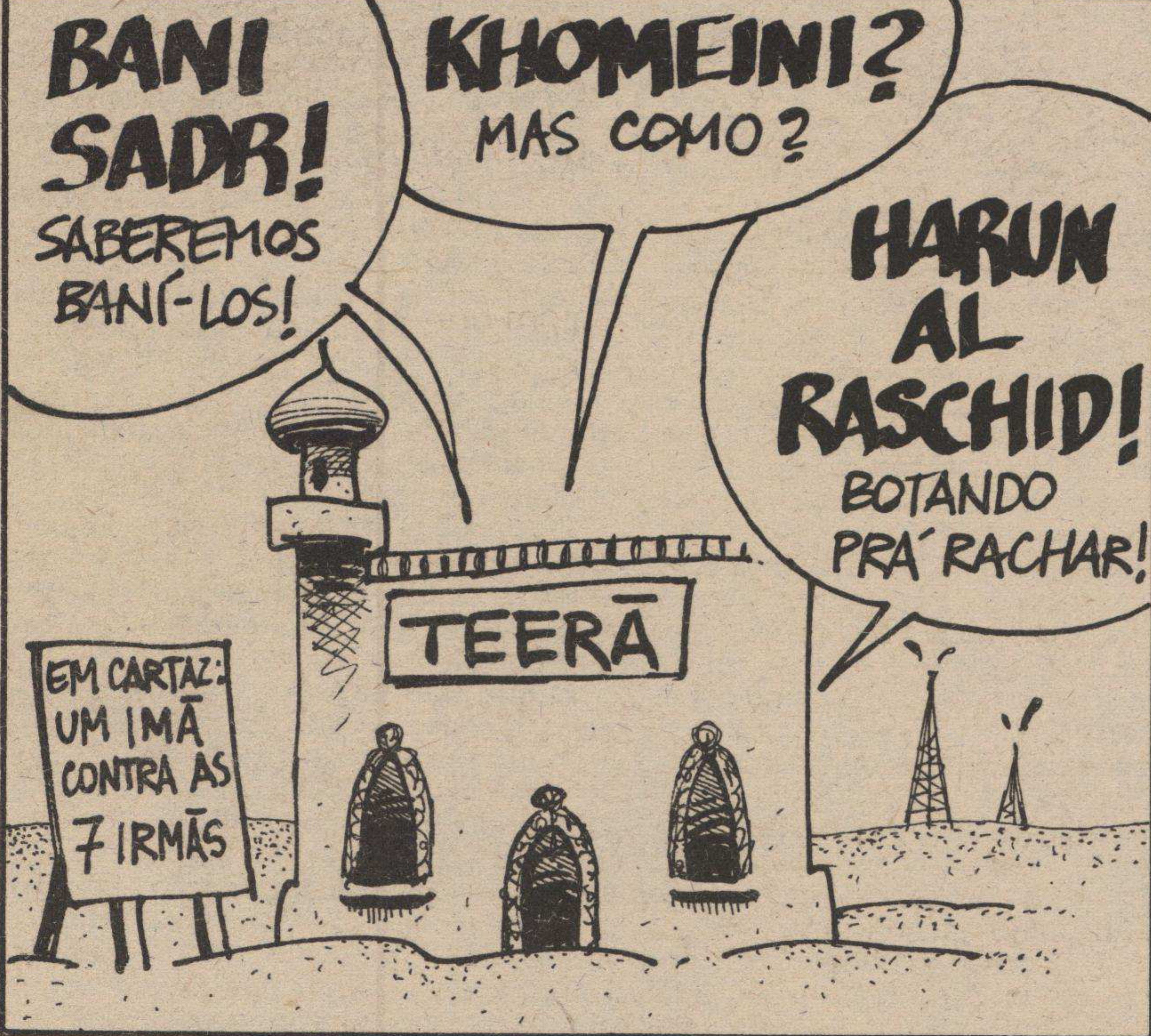
BANI SADR!
SABEREMOS BANÍ-LOS!

KHOMEINI?
MAS COMO?

HARUN AL RASCHIDI!
BOTANDO PRA' RACHAR!

EM CARTAZ:
UM IMÃ
CONTRA AS
7 FIRMAS

TEERÁ



ASSAD!
ASSAD!
TUDO QUEIMADO!
TUDO QUEIMADO!

SALIM, MALUFI!
SAI, Ô MALUÇO!

FAISSAL!
FASCISTA!

TUDEH MOSSUL IRAK!
TU É MUÇULMANO DE ARAQUE!

KUWAIT QATAR!
ORA, VAI TE CATAR!

AHVAZ AL FAW!
VAI ÀS FAVAS!



VOCÊ ACHOU BOBAGEM? BOBAGEM É ESSA GUERRA, MALANDRO! ALIÁS, POR FALAR NISSO, QUEREMOS FAZER UM APELO A TODOS OS BEUGERANTES, ATUAIS E FUTUROS, NA LÍNGUA QUE ELES ENTENDEM:

edgar
al bary
O PROFETA
(DO APOCALIPSE NOW)

SHEIK DE AGADIR!

(CHEGA DE AGREDIR!)